



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Escola Superior de Desenho Industrial

Sílvia Helena de Carvalho Schnaider

**Cursos superiores de graduação tecnológica em design: expansão e contexto
atual da oferta no Brasil**

Rio de Janeiro

2017

Sílvia Helena de Carvalho Schnaider

Cursos superiores de graduação tecnológica em design: expansão e contexto atual da oferta no Brasil



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Design e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Sydney Fernandes de Freitas

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CTC/G

S357 Schnaider, Sílvia Helena de Carvalho.

Cursos superiores de graduação tecnológica em design : expansão e contexto atual da oferta no Brasil / Sílvia Helena de Carvalho Schnaider. - 2017.

148 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Sydney Fernandes de Freitas.

Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Escola Superior de Desenho Industrial.

1. Design – Estudo e ensino - Teses. 2. Escolas de design – Brasil - Teses. 3. Ensino superior - Brasil - Teses. 4. Desenho industrial – Estudo e ensino - Teses. I. Freitas, Sydney Fernandes de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Escola Superior de Desenho Industrial. III. Título.

CDU 378.6

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra CRB7/6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sílvia Helena de Carvalho Schnaider

Cursos superiores de graduação tecnológica em design: expansão e contexto atual da oferta no Brasil

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-graduação em Design, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Design e Tecnologia.

Aprovada em 12 de dezembro de 2017.

Orientadores:

Prof. Sydney Fernandes de Freitas

Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ

Prof. Dr. Eduardo Ariel de Souza Teixeira

Escola Superior de Propaganda e Marketing ESPM

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Monat

Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ

Prof^a. Dra Lígia Medeiros

Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ

Prof^a. Dra Lucy Niemeyer

Instituto de Arte e Decoração IADE

Prof^a. Dra Maria de Lourdes Luz

Faculdade Tecnológica SENAC RJ

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

À minha mãe, professora, responsável pela minha formação educacional. Saudades, sempre.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Sydney Fernandes de Freitas, que me apoiou desde o início deste trabalho, acreditando sempre no potencial da minha pesquisa, com muita dedicação e paciência. À todos os professores que lecionam no Programa de Pós-Graduação em Design da Escola Superior de Desenho Industrial e, em especial, à professora Lucy Niemeyer, que contribuiu “pessoalmente” com seu conhecimento em meu Seminário Ensino de Design em Portugal.

Às minhas ex-chefes, Maria Eduarda Varela e Cecília Garcia de Carvalho, que acreditaram/acreditam no meu potencial como coordenadora de curso da Graduação Tecnológica em Design Gráfico do SENAC RJ. Aos coordenadores das graduações tecnológicas em Design Gráfico do Rio de Janeiro, que me receberam de braços abertos em suas IES e aceitaram contribuir para a pesquisa. À professora *expert* em embalagem Márcia Madanelo e à estudante de mestrado Sunny Purwin que, com suas idéias maravilhosas, contribuíram também para o projeto final.

Ao meu pai, aos meus tios, aos meus irmãos e aos meus quatro amores — Thiago, Matheus, Marina e Rafael Schnaider — que, mesmo à distância, deram-me força e estímulos necessários para terminar esta grande jornada da minha vida profissional.

E ao SENAC RJ, instituição de ensino a qual já dediquei dez anos de vida como professora e/ou coordenadora de curso na área tecnológica.

Aqui, no entanto, nós não olhamos para trás por muito tempo, nós continuamos seguindo em frente, abrindo novas portas e fazendo coisas novas. Porque somos curiosos... e a curiosidade continua nos conduzindo por novos caminhos. Siga em frente.

Walt Disney

RESUMO

SCHNAIDER, Sílvia Helena de Carvalho. *Cursos superiores de tecnologia em design: expansão e contexto atual da oferta no Brasil*. 2017. 148 f. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esta pesquisa apresenta dados sobre a configuração dos cursos superiores de tecnologia em design no Brasil, com ênfase no Estado do Rio de Janeiro. O levantamento inicial foi feito por meio de uma pesquisa bibliográfica a partir de referências publicadas em artigos, livros, dissertações e teses relacionadas ao tema “Educação Profissional no Brasil”. As análises quantitativas da pesquisa documental foram representadas por meio de figuras e gráficos gerados através de informações fornecidas dos portais responsáveis pela regulação do ensino superior no país, além de linha do tempo sobre a História dos cursos superiores de tecnologia em Design no Brasil. Para a verificação da hipótese, entrevistou-se os atuais coordenadores cariocas dos cursos superiores tecnológicos em Design com perguntas de opinião focadas nos Indicadores de Qualidade da Educação Superior – Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito de Curso (CC) e Exame de Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) – para saber se expressam ou não a qualidade das Instituições de Ensino Superior (IES) atuais. Para análise da técnica da Entrevista Semiestruturada, confrontaram-se dados e opiniões, visando identificar pontos comuns e divergentes que foram classificados em pauta de acordo com os seguintes critérios: perfil do aluno tecnólogo, inserção no mercado de trabalho, indicadores de qualidade, habilitações em Design e pesquisa em Design. Os resultados indicam que os cursos superiores tecnológicos em Design Gráfico são de curta duração e com o perfil do profissional de conclusão voltado para a prática profissional, porém estão sendo avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) praticamente no mesmo formato que os cursos de bacharelado (longa duração e perfil teórico) através do ENADE, que não avalia corretamente o conhecimento de seus alunos tecnólogos. Mais especificamente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) disponibiliza tipos de provas diferentes para os tecnólogos e bacharéis em Design, mas exige em seus conteúdos competências muito parecidas. Tudo indica que os cursos tecnológicos devam reavaliar seus currículos e inserir mais disciplinas teóricas, porém os estudantes tecnólogos têm maiores chances de se tornarem “empregáveis” se estiverem atualizados com os conhecimentos práticos exigidos constantemente em seu currículo pelo mercado de trabalho. Finalmente, verifica-se a importância de um equilíbrio entre teoria x prática através da implantação de unidades de apoio profissional (incubadoras, escritórios modelo de Design, etc).

Palavras-chave: Pesquisa documental. Ensino superior. Graduação tecnológica em *design*.

ABSTRACT

SCHNAIDER, Silvia Helena de Carvalho. *The design courses in Brasil: expansion and actual context*. 2017. 148 f. Tese (Doutorado em Design) – Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This research presents data and facts about the configuration of the top design technology courses in Brazil, focusing on the state of Rio de Janeiro. The data collection was done through a bibliographical research based on references published in articles, books, dissertations and theses related to the subject. The quantitative analyzes of the documentary research were represented through figures and graphs generated through information provided by the portals responsible for the regulation of higher education in the country, as well as a timeline on the history of the higher technology courses in Design in Brazil. In order to verify the hypothesis, we interviewed the current Rio coordinators of the technological superior courses in Design with questions of opinion focused on the Quality Indicators of Higher Education – Preliminary Concept of Course (CPC), Concept of Course (CC) and National Examination of Students' Performance (ENADE) – to know whether or not they express the quality of the current Institution of Higher Education (IES). For the analysis of the Semistructured Interview technique, data and opinions were analyzed in order to identify common and divergent points that were classified according to the following criteria: profile of the student technologist, insertion in the labor market, quality indicators, qualifications in Design and research in Design. The results indicate that the technological courses in Graphic Design are of short duration and with the profile of the professional of conclusion focused on the professional practice, but they are being evaluated by the Ministry of Education (MEC) practically in the same format as the baccalaureate courses duration and theoretical profile) through ENADE, which does not correctly evaluate the knowledge of its student technologists. More specifically, National Institute of Studies and Educational Research Anísio Teixeira (INEP) offers different types of tests for technologists and bachelors in Design, but requires in its contents very similar skills. It seems likely that technology courses should re-evaluate their curricula and insert more theoretical subjects, but student technologists are more likely to become "employable" if they are up-to-date with the practical knowledge that is constantly required in their curriculum by the job market. Finally, the importance of a balance between theory and practice is verified through the implementation of professional support units (incubators, model design offices, etc.).

Keywords: Document analysis. Higher education. Technological graduation in design.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Gráfico da taxa anual de crescimento das matrículas no Ensino Superior no período 1962-2005.....	32
Figura 2 –	Gráfico do número de matrículas por forma de organização acadêmica e dependência administrativa.....	32
Figura 3 –	Gráfico do número total de matrículas por áreas e dependência administrativa – Artes – 1995 a 2004.....	35
Figura 4 –	Linha do Tempo: História dos cursos superiores de tecnologia no Brasil	38
Figura 5 –	Linha do Tempo: Leis Brasileiras para o Ensino Superior.....	39
Figura 6 –	Imagem da Estrutura Organizacional do Ministério da Educação.....	40
Figura 7 –	Intervalos entre as quatro pesquisas.....	52
Figura 8 –	Nuvem de palavras dos cursos superiores de tecnologia em design: expansão e contexto atual da oferta no Brasil.....	69
Figura 9 –	Resultado por Consulta no Cadastro e-MEC por cursos de Design, separados por áreas e agrupados em 11 categorias.....	75
Figura 10 –	Resultado por Consulta Textual/Curso de Graduação/Nome do Curso/Design no cadastro e-MEC.....	76
Figura 11 –	Resultado dos grupos por Grau: sequencial, licenciatura, tecnológico e bacharelado.....	77
Figura 12 –	Capa das provas do ENADE 2012 e 2015.....	81
Figura 13 –	Consulta avançada no portal do MEC por: Cursos de Graduação, Nome do Curso (<i>Design</i> , <i>Design Gráfico</i> e <i>Desenho Industrial</i>) e Estado brasileiro (UF).....	86
Figura 14 –	Gráfico demonstrativo por região do país dos cursos com grau de Tecnológico e Bacharelado.....	87
Figura 15 –	Gráfico cronológico - IES - Região Norte do Brasil.....	89
Figura 16 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Norte do país; nome dos cursos.....	90
Figura 17 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Norte do país; grau dos cursos.....	90
Figura 18 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Norte do país; modalidade	

	dos cursos.....	90
Figura 19 –	Gráfico cronológico - IES - Região Nordeste do Brasil.....	91
Figura 20 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Nordeste do país; nome dos cursos.....	92
Figura 21 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Nordeste do país; grau dos cursos.....	92
Figura 22 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Nordeste do país; modalidade dos cursos.....	92
Figura 23 –	Gráfico cronológico - IES - Região Centro-Oeste do Brasil.....	93
Figura 24 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Centro-Oeste do país; nome dos cursos.....	94
Figura 25 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Centro-Oeste do país; grau dos cursos.....	94
Figura 26 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Centro-Oeste do país; modalidade dos cursos.....	94
Figura 27 –	Gráfico cronológico - IES - Região Sul do Brasil.....	95
Figura 28 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Sul do país; nome dos cursos.....	96
Figura 29 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Sul do país; grau dos cursos.....	96
Figura 30 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Sul do país; modalidade dos cursos.....	96
Figura 31 –	Gráfico cronológico - IES - Região Sudeste do Brasil.....	97
Figura 32 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Sudeste do país; nome dos cursos.....	98
Figura 33 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Sudeste do país; grau dos cursos.....	98
Figura 34 –	Gráfico demonstrativo das IES da Região Sudeste do país; modalidade dos cursos.....	98
Figura 35 –	Gráfico demonstrativo das IES do Rio de Janeiro.....	99
Figura 36 –	Gráfico demonstrativo das IES do Rio de Janeiro; grau dos cursos.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Graus X Cursos Superiores de Graduação ou não.....	43
Tabela 2 – Número de cursos no cadastro e-MEC por áreas/grupos nos diferentes graus.....	76
Tabela 3 – Cursos no cadastro e-MEC por modalidade de ensino EAD.....	78
Tabela 4 – IES no cadastro e-MEC que obtiveram nota 5 no ENADE e no CPC.....	82
Tabela 5 – 11 cursos que obtiveram nota 5 no ENADE e conceito diferenciado no CPC.....	82
Tabela 6 – IES no cadastro e-MEC que obtiveram nota 2 no ENADE e no CPC; visualização por Estados brasileiros.....	83
Tabela 7 – Tabela Cronológica (2001-2016) do estado do Rio de Janeiro das IES tecnológicas registradas no MEC.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC -	Acre
AL -	Alagoas
AM -	Amazonas
AP -	Amapá
BA -	Bahia
CC -	Conceito de Curso
CE -	Ceará
CNCST -	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
CPC -	Conceito Preliminar de Curso
CST -	Cursos Superiores de Tecnologia
DF -	Distrito Federal
DI -	Desenho Industrial
ENADE -	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM -	Exame Nacional do Ensino Médio
ES -	Espírito Santo
ESDI -	Escola Superior de Desenho Industrial
FAC -	Faculdade da Cidade
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FISS -	Faculdades Integradas Silva e Souza (Rio de Janeiro)
GO -	Goiás
IDD-	Indicador de Diferença entre o Desempenho Observado e Esperado
IES -	Instituição de Ensino Superior
IHC -	Interação Humano-Computador

INEP -	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB -	Lei das Diretrizes e Bases
MA -	Maranhão
MEC -	Ministério da Educação
MG -	Minas Gerais
MS -	Mato Grosso do Sul
MT -	Mato Grosso
NDE -	Núcleo Docente Estruturante
PA -	Pará
PE -	Pernambuco
PI -	Piauí
PB -	Paraíba
PDE -	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPC -	Projeto Pedagógico de Curso
PR -	Paraná
RJ -	Rio de Janeiro
RN -	Rio Grande do Norte
RO -	Rondônia
RR -	Roraima
RS -	Rio Grande do Sul
SC -	Santa Catarina
SE -	Sergipe
SESU –	Secretaria de Educação Superior
SINAES –	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SP -	São Paulo

TO - Tocantins

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
	DESENHO DA PESQUISA.....	17
	1 - Os problemas das escolas de Design no Brasil.....	17
	3 - O objeto da pesquisa.....	17
	4 - Objetivo da pesquisa.....	17
	5 – Hipótese.....	18
	6 - Métodos e Técnicas.....	18
	7 - Capítulos e Conteúdos.....	18
1	CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	20
1.1	História dos cursos superiores de tecnologia em Design no Brasil.....	22
1.2	Linha do Tempo.....	37
1.3	Campo da regulação da Educação no Brasil.....	40
1.3.1	<u>Caracterizações dos cursos superiores</u>	43
1.3.2	<u>Indicadores de Qualidade da Educação Superior (CPC, CC e ENADE)</u>	44
1.4	Definições e estrutura dos cursos superiores de tecnologia.....	45
1.5	Os cursos do eixo tecnológico Produção Cultural e Design.....	48
1.5.1	<u>O diploma de conclusão de curso</u>	49
2	ENSINO E PESQUISA EM DESIGN NO BRASIL.....	50
2.1	Quatro pesquisas sobre o ensino de Design no Brasil até 1999.....	50
2.2	Pesquisas sobre cursos superiores tecnológicos.....	55
2.3	Definições do termo Design, Design Gráfico e Desenho Industrial.....	57
3	MÉTODOS E TÉCNICAS.....	61
3.1	Pesquisa Bibliográfica.....	61
3.1.1	<u>Grupo básico</u>	62
3.1.2	<u>Grupo temático</u>	63
3.2	Pesquisa Documental.....	63
3.3	Seminário “Ensino de Design em Portugal”- data: 22/06/2016.....	64
3.4	Entrevista Semiestruturada com coordenadores de curso.....	65
3.4.1	<u>Entrevista piloto</u>	67
3.4.2	<u>Entrevista Semiestruturada</u>	67
3.5	Tag Cloud.....	69
4	ANÁLISE e RESULTADOS.....	70

4.1	Campo do Ensino Tecnológico em Design no Brasil.....	70
4.2	Pesquisa por cursos de Design.....	73
4.2.1	<u>Tipos de cursos.....</u>	75
4.2.2	<u>Modalidade dos cursos.....</u>	77
4.2.3	<u>ENADE.....</u>	78
4.2.3.1	Inscrição.....	79
4.2.3.2	Provas.....	80
4.2.3.3	Resultados.....	80
4.2.3.4	Cursos com nota máxima.....	81
4.2.3.5	Cursos com nota mínima.....	83
4.3	Pesquisa por cursos de “Design/Design Gráfico/Desenho Industrial”.....	84
4.3.1	<u>Tipos de curso.....</u>	86
4.3.2	<u>Modalidade dos cursos.....</u>	87
4.3.3	<u>Cronologia das IES: 1962-2016.....</u>	88
4.3.4	<u>O estado do Rio de Janeiro.....</u>	99
4.4	Análise da Entrevista Semiestruturada com coordenadores de curso....	101
4.4.1	<u>Perfil do aluno tecnólogo.....</u>	102
4.4.2	<u>Inserção no Mercado de Trabalho.....</u>	103
4.4.3	<u>Indicadores de Qualidade.....</u>	104
4.4.3.1	Percentual de doutores.....	105
4.4.3.2	Prova do ENADE.....	106
4.4.4	<u>Habilitações em Design.....</u>	106
4.4.4.1	Grau dos 742 cursos.....	107
4.4.5	<u>Pesquisa em Design.....</u>	108
4.4.5.1	Iniciação Científica nos cursos tecnológicos.....	108
	CONCLUSÃO E DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA.....	110
	Desdobramentos da pesquisa.....	111
	REFERÊNCIAS.....	113
	ANEXOS.....	118

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da configuração dos cursos superiores de tecnologia em design no Brasil (com destaque para o estado do Rio de Janeiro) e sua expansão recente de cursos e matrículas ofertadas na área. Por meio do levantamento da História da Educação Profissional no país, é possível traçar a trajetória do surgimento das primeiras instituições de ensino no país (Período Monárquico 1808 – 1889) até os mais recentes cursos oferecidos atualmente e registrados no portal do Ministério da Educação (MEC).

Apresenta um recorte para o Censo da Educação Superior, que oferece anualmente à comunidade acadêmica e à sociedade informações detalhadas sobre a situação das Instituição de Ensino Superior (IES) e seus cursos de graduação, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, além das tendências do setor. Os Indicadores de Qualidade da Educação Superior calculados pelo Inep-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, uma autarquia federal vinculada ao MEC, têm a missão de promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro (PORTAL INEP-CONHEÇA O INEP, 2017). Os principais itens dos indicadores de qualidade do INEP são: índice geral de cursos avaliados da instituição (IGC), conceito preliminar de curso (CPC), indicador de diferença entre o desempenho observado e esperado (IDD) e o conceito Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Esses indicadores de qualidade são expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 indicam qualidade satisfatória e os índices de níveis 1 e 2 são considerados insatisfatórios. No último Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial publicado pelo MEC em agosto de 2015 e que subsidia os atos autorizativos dos cursos tecnológicos, os avaliadores atribuem às IES conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada um dos indicadores: o conceito 1 corresponde ao item “Não Existente”, o 2 corresponde ao item “Insuficiente”, o 3 ao item “Suficiente”, o 4 ao item “Muito Bom/Muito Bem” e o 5 ao item “Excelente”.

Estes indicadores refletem hoje os principais problemas que marcam o ensino de design desde o seu início no país: corpo docente, escola (produção acadêmica, metodologia de ensino, infraestrutura e biblioteca), corpo discente e mercado de trabalho. A trajetória histórica configura o campo da contribuição social e profissional na área — a profissão do designer é reconhecida, porém não regulamentada. Ou seja, a legislação atual permite que qualquer cidadão exerça a atividade na área, porém somente os profissionais formados em

cursos superiores de design (formados em IES que possuam portaria de reconhecimento no MEC) são os que deveriam exercer a profissão.

O levantamento de dados foi feito por meio de uma pesquisa bibliográfica a partir de referências publicadas em artigos, livros, dissertações e teses relacionados ao tema “Educação Profissional no Brasil”, com foco nos cursos superiores tecnológicos em design. Merece destaque a tese de FREITAS “A influência de Tradições Acríticas no Processo de Estruturação do Ensino/Pesquisa de Design”, publicada em 1999 — uma pesquisa teórica na qual o autor levanta de forma aprofundada as 3 (três) dissertações mais relevantes na área (BOMFIM, 1978, WITTER, 1984 e NIEMEYER, 1995). A revisão e a pesquisa documental também envolveu obras pertinentes ao tema. Foram utilizados documentos publicados pelo governo federal e por instituições de ensino e pesquisa (destaque para o MEC e o INEP), além de faculdades e universidades.

A pesquisa utiliza-se de uma abordagem social assumida por Pierre Bourdieu: a Teoria Geral Bourdieusiana aponta para a existência de vários campos na sociedade, que estão numa cadeia de relações assimétricas e hierarquicamente situadas: “pode-se mesmo afirmar que os campos são áreas concretas do mundo social e suas relações são historicamente construídas” (MONTAGNER; MONTAGNER, 2011, p. 263).

O campo do design está em expansão no Brasil e constitui-se numa área de conhecimento multidisciplinar, visto que áreas afins podem vir a contribuir para a complementação da formação do profissional, ou seja, tendem a influenciar no seu campo de atuação, tais como a informática, a arquitetura, a engenharia, a ergonomia, a publicidade e propaganda, a semiótica, a usabilidade, a IHC-Interação Humano-Computador, o marketing e desta necessidade de complementação nascem, assim, o designer de interação, o designer de joias, o designer de games, o designer de interiores, o designer de carnaval, etc.

No primeiro capítulo, faz-se um levantamento da História da Educação Profissional no Brasil, que configura o campo dos cursos superiores de tecnologia por meio do resgate da origem da educação profissional, que compreende a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e seus consecutivos decretos. A História do Brasil também faz parte da pesquisa documental deste capítulo e foi exemplificada mediante a criação de uma linha do tempo que tem início no período colonial, com a criação das primeiras instituições de ensino no período monárquico (1808-1889).

No seminário “Ensino de design em Portugal”, realizado no auditório da ESDI-Escola Superior de DI (Desenho Industrial) em 22 de junho de 2016, discutiu-se sobre: a distribuição dos cursos superiores em Design no Brasil; os indicadores de qualidade das IES (que se

apresentam disponíveis para consulta no portal do MEC); a questão das alternativas existentes para o profissional recém-formado em design no mercado atual brasileiro; a atual formação do coordenador de curso na área; a configuração do ensino de design em Portugal.

Identificaram-se cinco pesquisas recentes no campo do ensino superior tecnológico, porém nenhuma delas envolve diretamente a área do design: AFONSO, 2017 (tese “Graduação Tecnológica de Graduação: concepção de educação nas políticas públicas para a formação de tecnólogos no Brasil e em cursos ofertados no Estado do Rio de Janeiro”), RAMOS, 2014 (tese “Formação para o trabalho: cursos superiores de tecnologia”), MELLO, 2011 (tese “Áreas de formação e diferenciação institucional: evidências de estratificação dos estudantes no ensino superior brasileiro”), FAVRETTO, 2010 (dissertação “Cursos Superiores de Tecnologia: surgimento, legislação e expansão no período pós-LDB”) e MARTINS, 2005 (tese “Modelo de dimensões internas e externas para orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia”).

Por meio do resgate da origem da educação profissional, que compreende a LDB e seus consecutivos decretos, é possível configurar também o campo do ensino tecnológico em design no Brasil. No fim da Segunda República e início do Regime Militar, foi registrado o primeiro curso superior de Design no Brasil no portal do e-MEC – o curso superior de Design da UFBA-Universidade Federal da Bahia no grau bacharelado foi registrado em 1961. Construída a partir de intensa participação do governo e da sociedade civil em discussões travadas desde a década de 1970, a LDB, sancionada em 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), é um importante instrumento de estudo para o entendimento das diferentes concepções de EPT no Brasil nas últimas décadas (AFONSO; GONZALEZ, 2016, p. 720). Somente em 2000 há, no portal do e-MEC, o primeiro registro oficial de um curso superior tecnológico em Design Gráfico no IFPE-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (PORTAL E-MEC, 2017). No entanto, existem indícios de que o Curso de DI da UFPB-Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande, foi criado em 1978. Já havia, naquela época, um clima de apoio em nível federal para o desenvolvimento de cursos tecnológicos. O aluno deveria integralizar o currículo pleno entre um máximo de seis anos e um mínimo de três, totalizando 2.930 horas ou 167 créditos (WITTER, 1985, p.116-117).

Os cursos superiores de tecnologia são, legalmente, cursos de graduação, regulamentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e focados no domínio e aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de conhecimentos relacionados a uma ou mais áreas profissionais (FAVRETTO,

2010, p. 408). O curso mais recente é o de Design Gráfico, na UDF-Centro Universitário do Distrito Federal, no grau tecnológico e na modalidade presencial, registrado em 02/02/2016.

O ensino de Design no Brasil iniciou-se em 1963, no Rio de Janeiro, mediante um Decreto baixado em 24 de dezembro de 1962, pelo então governador Carlos Lacerda, que determinou a criação da primeira escola de Design no Brasil: a Escola Superior de Desenho Industrial (FREITAS, 1999, p.1). Parte dos primeiros graduados pela ESDI foi responsável pela implantação de outros cursos de design e mais alguns passaram a integrar seus corpos docentes. Além de se tornar modelo de ensino de design no Brasil, a ESDI passou a ser um mito (NIEMEYER, 2007, p. 21).

Os cursos superiores de graduação tecnológica em design no Brasil são uma realidade há 40 anos e, portanto, fêz-se necessário configurar sua História e entender o seu processo educativo atual. É importante ressaltar que os cursos com grau de bacharelado predominaram no país até meados dos anos 2.000, possuíam carga horária entre 800 e 1.024 horas anuais de trabalho discente e tinham duração mínima de três anos. Já a recente modalidade de tecnólogo como graduação contempla cursos cuja carga horária varia entre 1.600 e 2.400 horas e com duração máxima de três anos. No Brasil, há atualmente **357 cursos superiores na área em atividade, sendo 160 com grau de bacharelado e 199 tecnológicos**. Além da maior quantidade de cursos em geral (156), **a Região Sudeste têm mais cursos no grau tecnológico do que as demais regiões do Brasil**.

Nos capítulos finais desta pesquisa, apresentam-se os principais dados sobre as IES brasileiras por região do país, que foram extraídos do banco de dados do MEC (e-MEC), avaliados e representados na forma de gráficos e tabelas. A Entrevista Semiestruturada realizada com os coordenadores de curso das graduações tecnológicas em Design Gráfico do Rio de Janeiro foram analisadas qualitativamente. Foram traçados os perfis profissionais destes gestores, além da categorização de informações específicas destes tipos de cursos.

DESENHO DA PESQUISA

1 - Os problemas das escolas de Design no Brasil

Os problemas das escolas de Design no Brasil foram abordados nos seguintes aspectos: corpo docente, discente, mercado de trabalho, instituição, infraestrutura. Quando expressos em uma escala de cinco níveis iguais ou superiores a 3 (três), podem indicar a qualidade satisfatória daquela instituição de ensino.

2 - O objeto da pesquisa

O objeto desta pesquisa são **os cursos superiores de graduação tecnológica em Design Gráfico.**

3 - Objetivo da pesquisa

Contribuir para a formação tecnológica em Design.

Delimitação da pesquisa:

- Campo da Pesquisa: a regulação dos cursos tecnológicos em design no Brasil face os Indicadores de Qualidade da Educação Superior (CPC, CC e ENADE) calculados pelo INEP;
- População: professores, estudantes e gestores de cursos superiores de graduação tecnológica em Design do Rio de Janeiro;
- Amostra: coordenadores de cursos superiores de graduação tecnológica em Design do Rio de Janeiro.

4 – Hipótese

Os Indicadores de Qualidade da Educação Superior (CPC, CC e ENADE) calculados pelo INEP – autarquia federal vinculada ao MEC – no caso dos cursos superiores de graduação tecnológica em Design, expressam ou não a qualidade da instituição de ensino?

5 – Métodos e Técnicas

Desenvolveram-se temas relacionados às origens e evolução histórica do ensino em Design no país, com foco em cursos tecnológicos, indicadores de qualidade do INEP e dados fornecidos pelo portal do MEC. A partir destas informações, organizaram-se tabelas, gráficos, linha do tempo e *tag cloud*. Para as entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de curso a respeito da adequação dos indicadores à qualidade, foram feitas análises de conteúdos, apresentadas também na conclusão da pesquisa.

6 – Capítulos e Conteúdos

No capítulo 1 – CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL - utiliza-se da teoria dos campos de Bourdieu na pesquisa. Relaciona-se o campo da educação/formação escolar e o campo que irá preparar para a formação profissional, ligado à universidade. Justifica-se a importância do diploma de conclusão de um curso superior e/ou os demais títulos acadêmicos como condição *si ne qua non* da posição do indivíduo no mercado de trabalho e na sociedade. Contextua-se a educação profissional no Brasil (do período colonial às políticas recentes), solidificando o campo do ensino tecnológico no país.

No capítulo 2 - CAMPO DO ENSINO E PESQUISA EM DESIGN NO BRASIL - identificam-se as quatro únicas pesquisas que abordam de forma ampla a estrutura de ensino de Design no Brasil: a dissertação de mestrado de BOMFIM (1978), a pesquisa de WITTER (1985), a dissertação de mestrado de NIEMEYER (1995) e a tese de doutorado de FREITAS

(1999). Identificam-se também outras pesquisas selecionadas para a revisão de literatura e que abordam cursos tecnológicos em outras áreas do conhecimento.

No capítulo 3 - MÉTODOS E TÉCNICAS - escrevem-se os procedimentos utilizados para o levantamento de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, seminário e entrevistas semi estruturadas com os coordenadores dos cursos superiores tecnológicos em Design do Estado do Rio de Janeiro.

No capítulo 4 – ANÁLISE E RESULTADOS - representam-se as análises quantitativas da pesquisa documental (por meio de figuras e gráficos gerados do levantamento de dados dos portais responsáveis pela regulação do ensino superior no país), além de linha do tempo sobre a História dos cursos superiores de tecnologia em Design no Brasil. As informações qualitativas das entrevistas semiestruturadas com os atuais coordenadores dos cursos superiores tecnológicos em Design das IES cariocas é apresentado sob a forma de texto/trechos categorizados.

No capítulo 5 - CONCLUSÃO E DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA - conclui-se que a quantidade de cursos superiores tecnológicos em Design aumentou muito nos últimos anos e que a área se segmentou para públicos distintos. Apresenta-se a opinião dos coordenadores cariocas sobre os indicadores como critérios de avaliação. Percebe-se também que os gestores das IES que obtiveram nota abaixo de 4 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) estão adequando as estruturas curriculares de seus cursos com o objetivo de preparar melhor seus alunos para a próxima prova.

1 CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Neste capítulo, usa-se a teoria dos campos de Bourdieu para contribuir e dar consistência e fundamentação à pesquisa. O campo da Educação está relacionado a outros campos existentes na sociedade em geral e mundial: o campo da formação escolar e o campo que irá preparar para a formação profissional, ligado à universidade. O campo do mercado de trabalho depende da educação superior do indivíduo, visto que sua formação educacional o qualifica para sua carreira profissional. Dessa forma, as relações entre os campos são entre campos dominantes e campos dominados.

A Teoria Geral Bourdieusiana aponta para a existência de vários campos na sociedade, que estão numa cadeia de relações assimétricas e hierarquicamente situadas: “pode-se mesmo afirmar que os campos são áreas concretas do mundo social e suas relações são historicamente construídas” (MONTAGNER; MONTAGNER, 2010, p. 263).

Desde o século XVIII, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo em que cada área corresponde a uma condição social e não a uma faixa etária: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (o primário) (BOURDIEU, 2011, p. 220). Esta afirmação de Bourdieu refere-se ao campo do ensino francês, em 1960. Já no mundo moderno, a educação, em sentido amplo de capacidade de aprender a aprender e de constantemente reciclar-se, tende a ser o patrimônio mais estratégico do indivíduo e da sociedade, principalmente em termos de oportunidade de desenvolvimento (DEMO, 1995, p. 10).

A expansão da oferta dos cursos superiores de tecnologia no âmbito da educação superior brasileira nas últimas décadas pode ser comprovada através da História da Educação Profissional e Tecnológica do país. A educação em geral exerce grande interferência no que diz respeito à mobilidade social, principalmente a educação superior — principal mecanismo de quem pretende obter uma evolução econômico-social (ROMANELLI, 1991 APUD COSTA et al., 2012, p. 67).

Além disso não há como não citar a História do Brasil, da criação das primeiras instituições de ensino no período Monárquico (1808-1889) à Proclamação da República, com a Carta Magna, que permitiu a descentralização do ensino superior e o aparecimento de novas IES de caracteres públicos e privados. Destaca-se a Primeira e Segunda Repúblicas como períodos de crescimento industrial no país; criação do vestibular e expansão do ensino superior através de 18 universidades públicas e 10 particulares, de maioria confessional católica e presbiteriana. Construída a partir de intensa participação do governo e da sociedade

civil em discussões travadas desde a década de 1970, a LDB, sancionada em 1996 pelo presidente FHC, é um importante instrumento de estudo para o entendimento das diferentes concepções de EPT no Brasil nas últimas décadas (AFONSO; GOLZALEZ, 2016, p. 720).

O campo da Educação Profissional no Brasil consolida-se através da História do país desde a época do Brasil Colônia, das leis sancionadas pelos governos direcionadas ao ensino tecnológico e dos órgãos da administração federal direta, que tem como área de competência a política nacional da educação em todos os níveis (compreendendo desde a educação infantil, passando pelo ensino médio, pela educação superior de jovens e adultos e pela educação profissional e tecnológica).

A escola, sujeito do primeiro nível do campo da Educação, particular ou pública, independentemente de seu grau de ensino ou modalidade, relaciona-se com o sujeito humano a quem deseja educar. Seu papel é fundamental para o indivíduo que deseja cursar o ensino superior, já que consta como requisito de acesso no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das IES, além de diversos outros documentos para matrícula, que o indivíduo comprove através da declaração ou certidão de conclusão do Ensino Médio suas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) emitidas pela Coordenação de Certificados da Secretaria Estadual de Educação e Institutos Federais.

A escola tem por objetivo principal formar indivíduos que atendam às necessidades da sociedade, e esta, por sua vez, estipula o tipo de profissional que é requisitado pelo seu mercado de trabalho, qual deve ser a sua qualificação, e assim por diante, numa constante influência de ambos os lados (WITTER, 1985, p. 45-46). A educação em geral exerce grande interferência no que diz respeito à mobilidade social, principalmente a educação superior — principal mecanismo de quem pretende obter uma evolução econômico-social (ROMANELLI, 1991; CANUTO, 1987 APUD COSTA et al., 2012).

Assim, a educação, que foi inicialmente transmissão da alta cultura, formação do caráter, modo de aculturação e de socialização adequado ao desempenho da direção da sociedade, passou a ser também educação para o trabalho, ensino de conhecimento utilitários, de aptidões técnicas especializadas capazes de responder aos desafios do desenvolvimento tecnológico no espaço da produção organizada (SANTOS, 1989, p. 21). Portanto, o trabalho, que pertencia ao campo da Produção, passou a fazer parte também do campo da Educação. O campo pode ser definido menos como uma “substância”, como um espaço concreto da sociedade real e mais como um espaço abstrato e representacional, no qual as definições do limite dos campos e suas características são uma construção teórica e histórica (MONTAGNER; MONTAGNER, 2010, p. 264).

Espera-se que todo indivíduo recém-saído do ensino médio deva estudar numa faculdade, independentemente de sua classe social e, por conseguinte, ingressar no campo do trabalho (a fim de gerar riquezas para a família e para a sociedade). No entanto, os agentes do campo acadêmico, aqui representados pelas diferentes instituições de ensino superior, são possuidores de grande volume de capital cultural; campo esse que valoriza e incentiva a aquisição de títulos e diplomas para a produção do conhecimento.

O campo do Ensino no Brasil tem passado por transformações e remodelações importantes nos últimos anos. Muitas dessas mudanças envolveram, e envolvem, a educação profissional na perspectiva da educação tecnológica, a qual, apesar de recente no país, merece especial atenção em virtude da crescente oferta de cursos nessa modalidade de ensino (FAVRETTO; MORETTO 2013, p. 408).

1.1 História dos cursos superiores de tecnologia em Design no Brasil

O Brasil é um país cujas questões do campo social resvalam sempre em seu processo de colonização. A trajetória histórica da implementação do ensino superior no Brasil tem início no **Período Monárquico (1808-1889)**, quando surgiram as primeiras instituições de ensino. Nesse mesmo período, foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, que traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas pelas ruas, inclusive à noite, ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir (PORTAL MEC-CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2009). É fato que a influência para financiamento do ensino superior no Brasil tem início a partir da colonização do Brasil (COSTA et al., 2012, p. 68).

Muitas terminologias são empregadas no campo da Educação Profissional pelos pesquisadores, dentre elas: formação profissional (Prado Jr., 1965), educação profissional (Castanho, 2005), ensino de ofícios (Cunha, 2000; Santos, 2000), ensino profissional, educação profissional, ensino de profissões, aprendizagem profissional, aprendizagem de ofícios (Santos, 2000) e aprendizagem compulsória (Fonseca, 1961; Santos, 2000) - (BATISTA; MÜLLER, 2013, p. 17-18). Todas elas referem-se, em épocas distintas da História do Brasil, ao campo do trabalho, inserindo o cidadão em uma sociedade de modo de produção capitalista.

A História da Educação Profissional no Brasil tem diversas experiências registradas nos anos de 1800, com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar, um instrumento de reforço das desigualdades (ROMANELLI, 1991, p.2 5). As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros (PORTAL MEC-CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2009).

Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, todas as escolas foram objetos de Cartas Régias, justificando suas criações, como seriam financiadas e as instruções para seu financiamento (COSTA et al., 2012, p. 68). No parecer CNE/CEB nº. 16/992, confirma-se que o início da educação profissional no país ocorreu em 1809, quando um decreto do príncipe regente D. João VI criou o Colégio das Fábricas, com o intuito de preparar mão de obra para as fábricas (FAVRETTO, 2010, p. 18).

Para a Coroa Portuguesa, não interessava a criação de instituições de ensino, muito menos universidades, visto que não era importante dar autonomia à Colônia. Desse modo, aqui no Brasil, foram introduzidos alguns cursos cuja conclusão ocorria em Portugal (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 01). Tendo início em 1809, a educação profissional foi com o tempo adquirindo uma nova configuração, sendo utilizada na formação de mão de obra para a indústria em desenvolvimento e deixando, assim, de ser um instrumento de “recuperação” ou “assistencialismo” aos pobres e desvalidos da sorte (FAVRETTO, 2010, p. 19).

A origem do ensino superior no Brasil data do século XIX, o que, na opinião de alguns estudiosos, Cunha (1980) e Durham (2005), reflete o seu advento tardio. As primeiras Instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808. As primeiras universidades são ainda mais recentes, datando de década de 1930 (DURHAM, 2005, p. 201). Portanto, somente em 1808, quando toda a corte transferiu-se para a Colônia, após a ameaça da invasão napoleônica à Portugal, começou a história do ensino superior no Brasil. A mudança da corte portuguesa transformou, principalmente, a cidade do Rio de Janeiro, que viria a ser a sede do reinado.

Os Liceus de Artes e Ofícios, fundados em 1858, contemplavam a formação do indivíduo como ser social, assentada nos pilares de uma nova filosofia que se apresentava em contraposição a de que o ensino de ofícios era deprimente e desmoralizante (FAVRETTO, 2010, p. 19). Foi a Sociedade Propagadora das Belas Artes (SPBA) — criada pelo arquiteto

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva para difundir o ensino das belas-artes aplicadas às indústrias — que manteve, durante anos, o Liceu no estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de garantir a educação fundamental e o ensino profissionalizante para a população operária. A SPBA foi fundada em 1856 enquanto o primeiro Liceu de Artes e Ofícios surgiu somente dois anos depois. Já contava com 351 alunos matriculados, sem discriminação quanto à idade, credo, raça, nacionalidade, estado civil ou social. A única exigência era o querer aprender e especializar-se em um ramo das artes consideradas “menores”. Os professores-artistas não recebiam remuneração pelas aulas ministradas; tradição que perdurou até 1930.

Assim, essas instituições multiplicaram-se em várias províncias e passaram a indicar novas ideias com relação ao ensino necessário à indústria. (CAMPELLO; LIMA FILHO, 2008 APUD FAVRETTO, 2010, p. 19). O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro serviu de modelo e colaborou para a criação de outros liceus: na Bahia (1872), em São Paulo (1873), em Uberaba (1880), em Pernambuco (1881), em Juiz de Fora (1882), em Santa Catarina (1883), no Amazonas (1884), em Alagoas (1884), em Petrópolis (1892), em Fortaleza (1894), etc.

Durante o Segundo Reinado, Dom Pedro II preocupou-se com a conservação e o aprimoramento de tudo o que já havia sido feito até então, além de fundar novas instituições de ensino superior. Em seu governo foram criadas a Escola de Minas de Ouro Preto (em 1875), a Escola de Belas Artes da Bahia (1880) e a Escola Politécnica da Bahia (em 1887) (COSTA et al., 2012, p. 68). Surgiram, neste período, 31 estabelecimentos de ensino superior no país.

Em 1910, fundou-se a Academia Real Militar, que mais tarde se transformaria na Escola Central e, depois, em Escola Politécnica, que passaria a ser a Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1927, foram criadas duas faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Olinda (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 03). Até então, havia somente a preocupação de implantar um modelo de escola autônoma que formasse para as carreiras liberais (advogados, engenheiros e médicos), a fim de atender às necessidades governamentais e, ao mesmo tempo, à elite local (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 03).

A formação profissional, originalmente, destinava-se às classes menos favorecidas, já que estava associada à formação de mão de obra, gerando uma nítida distinção entre os que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam trabalhos manuais (ensino profissional) (BRASIL, 1999 APUD FAVRETTO, 2010, p. 20).

No Brasil, a escravidão perdurou por mais de três séculos, deixando marcas profundas e preconceituosas para aqueles que executavam trabalhos manuais. Isso influenciou

fortemente nas relações sociais brasileiras, especialmente na visão da sociedade sobre a educação, ou seja, não se reconhecia vínculo entre educação e trabalho, porque para atividades manuais, não era necessária a educação formal.

Proclamada a República, a nova Carta Magna, promulgada em 1991, permitiu a descentralização do ensino superior e, como consequência, surgiram instituições, tanto as de caráter público (estaduais e municipais) quanto as de iniciativa privada. Na **Primeira República (1889-1945)**, foram criadas, no Brasil, 56 novas escolas superiores, a grande maioria privada. Era assim dividido o cenário da educação naquele momento: de um lado, instituições católicas, empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público; de outro, iniciativas de elites locais que buscavam beneficiar seus estados com estabelecimentos de ensino superior. Alguns desses estados contaram com o apoio dos governos estaduais ou foram encampados por eles; outros permaneceram essencialmente privados (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 03).

Em 1920, quatrocentos anos após as primeiras aldeias portuguesas terem fundado as primeiras colônias brasileiras, o país ainda não tinha desenvolvido uma universidade sequer (PEDROSA, 2014, p. 16). Já Teixeira afirma que neste mesmo ano aconteceu a reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades. O ensino superior no Brasil iniciou sua organização mais sistemática a partir de 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo. Este evento representa uma condição de história recente no cenário educacional (TEIXEIRA, 2008, p. 54). A diversificação do sistema vai perdurar até os dias de hoje no âmbito do ensino superior brasileiro: instituições públicas e leigas, federais ou estaduais, ao lado de instituições privadas, confessionais ou não (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 04).

O Brasil foi um dos últimos países das Américas a implementar o ensino superior. Na história mundial do ensino superior, pode-se dizer que o Brasil ficou para trás em relação a outros países das Américas — como o Canadá, os Estados Unidos e a maioria das antigas colônias espanholas — que desenvolveram universidades que remontam à era colonial (PEDROSA, 2014, p. 16). Contudo, não podemos deixar de registrar que o pós-guerra colocou o Brasil numa condição de país que mais expandiu seu sistema de educação, não apenas do nível básico, mas também da educação superior (TEIXEIRA, 2008, p. 54). Quando se proclamou a república em 1889, o país já possuía em São Paulo e Olinda, as escolas de Direito; na Bahia e no Rio de Janeiro, as escolas de Medicina; em Ouro Preto, as escolas de Minas e Farmácia — todas financiadas pelo governo (COSTA et al., p. 68).

O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil. Segue a declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (PORTAL MEC-CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2009).

As escolas técnicas brasileiras têm seu contexto histórico datado de 23 de setembro de 1909, quando o presidente na época, Nilo Peçanha, instituiu o Decreto nº 7.566 implantando 19 Escolas de Aprendizes Artífices. A partir de então, várias foram as reestruturações do ensino técnico no Brasil (COSTA et al., p. 69). A história desses Centros está, pois, ligada à origem do ensino profissionalizante, que, em termos de abrangência nacional, remonta a 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha determinou, por decreto, a criação de Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados, a fim de proporcionar um ensino profissional, primário e gratuito (PORTAL CEFET/RJ-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Entre as décadas de 1920-1930, deu-se o Movimento de Modernização do Ensino, ocorreram mudanças importantes para o ensino profissional: com a complexificação da maquinaria das manufaturas e das primeiras indústrias, emergiu a exigência da qualificação profissional e, conseqüentemente, houve uma valorização do ensino profissional (FAVRETTO, 2010, p. 20). A industrialização do país trouxe — além das transformações econômicas, culturais e urbanas — ideias de reformas do ensino como um todo (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 04). A década de 1920 consolidou-se como o Movimento de Modernização do Ensino.

Em 1923, surgiu o curso de Corte e Desenho, ministrado pela União dos Alfaiates do Rio de Janeiro; em 1930, o curso de Novas Técnicas, na União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro; em 1923, os cursos práticos de línguas e contabilidade, promovidos pela Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo (MANFREDI, 2002, p. 93). O Congresso Nacional sancionou, em 1927, o Projeto de Fidéris Reis, que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país (PORTAL MEC-CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2009).

O primeiro curso de Contabilidade, oferecido pela Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo, com a duração de três anos e no qual podiam matricular-se apenas trabalhadores bancários associados, seus familiares e parentes, foi um marco importante para o ensino profissional no Brasil. Assim, a concepção de educação profissional para o trabalho assalariado e para o emprego foi se tornando prioridade, o que deu início à

organização do ensino profissional com métodos que contemplavam a racionalidade técnica, em razão do predomínio da organização científica do trabalho (MANFREDI, 2002, p. 94).

Em 1929, com a mudança econômica provocada pelo fim do ciclo do café e pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, consolidou-se o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, como resultado da mudança de comportamento dos ex-barões do café, que passaram a investir significativamente no denominado “setor secundário” (AMARAL, 2006 APUD FAVRETTO, 2010, p. 21).

Com a criação do MEC e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930, foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da Agricultura. Essa Inspeção foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes (PORTAL MEC-CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2009). Em muitos países católicos, principalmente na América espanhola, a Igreja Católica sempre esteve à frente do sistema de ensino, principalmente do ensino superior. No Brasil, diferentemente desses países, a Igreja não conseguiu estabelecer o domínio desejado sobre o ensino (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 04). **Fim da Primeira República.**

A Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder conduziram para que muitas mudanças fossem implementadas, inclusive no campo educacional. Na década de 1930, as escolas de ensino profissional eram mantidas pelos governos federal e estadual, bem como por instituições privadas e pelas Forças Armadas. Como essas instituições atuaram conforme suas diretrizes e possuíam suas especificidades e ideologias, a organização do ensino industrial brasileiro era diferente em cada instituição. (CUNHA, 2005 APUD FAVRETTO, 2010, p. 21-22). A reforma do governo Vargas instituiu as universidades e definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil: a reforma não propôs a eliminação das escolas autônomas e não negou a liberdade para a iniciativa privada (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 04).

As primeiras estatísticas educacionais, em 1933, mostravam que as instituições privadas respondiam por cerca 44% das matrículas e por 60% dos estabelecimentos de ensino superior. Embora a clientela para essa estrutura fosse muito pequena, o número de alunos era de apenas 33.723 (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 04). Em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei nº 378 que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus

Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus (PORTAL MEC-CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2009).

A Educação profissional brasileira, no século XX, teve seu auge na década de 1940, com a Reforma Copanema e a criação das escolas do SENAI e SENAC, sendo fundamentais para a constituição da pedagogia do ensino profissionalizante (BATISTA; MÜLLER, 2013, p. 68). O SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial oficializou-se em 24 de janeiro de 1942, por meio do Decreto nº 4.048, aprovado pelo presidente Getúlio Vargas. O SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — foi criado pelo Decreto-lei no 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que foi regulamentado pelo Decreto no 61.843, de 5 de dezembro de 1967 (PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO SENAC RJ, 2017, p. 03). Ambas as instituições de ensino iniciaram seus cursos voltados para a promoção da aprendizagem comercial do menor aprendiz e com cursos práticos para os empregados adultos do campo do Comércio, evoluindo, ainda nesta década, para o oferecimento de Cursos Técnicos Comerciais.

Em 1945, o ensino superior brasileiro contava com cinco universidades públicas e 293 estabelecimentos isolados. O conjunto das universidades públicas era composto pela Universidade do Brasil (no Rio de Janeiro), a Universidade de São Paulo, a Universidade de Porto Alegre, a Universidade de Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (MELLO, 2011, pg. 48).

Entre 1946 e 1960, foram criadas 18 universidades públicas e dez particulares de maioria confessional católica e presbiteriana (SAMPAIO, 2000, p. 70-71). Já na segunda metade da década de 1950, durante a **Segunda República**, o movimento estudantil entrou em cena, pela “reforma profunda de todo o sistema educacional”. Uma das reivindicações da União Nacional dos Estudantes, a UNE, era a substituição de todo o setor privado. Mais tarde, essas instituições de ensino superior apoiaram o movimento estudantil, por intermédio da juventude católica, que se transformou num segmento importante na luta contra o regime militar (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 05).

Após esse período, o sistema de ensino superior continuou crescendo lentamente até 1960, época da formação da rede de universidades federais e da criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A Instituição, primeira de uma série de universidades católicas, foi fundada em 1941 por D. Sebastião Leme e pelo PE. Leonel Franca, S.J., e reconhecida oficialmente pelo Decreto nº 8.681, de 15/01/1946. Por Decreto da Congregação dos Seminários, de 20/01/1947, a Universidade recebeu o título de Pontifícia

(PORTAL PUC RIO, 2017). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, votada em 1961, atendeu aos anseios dos setores privatistas e conservadores, o que acabou por legitimar e ampliar o sistema existente. A LDB preocupou-se basicamente em estabelecer mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 05).

É importante destacar que o ensino de Design no Brasil iniciou-se em 1963, no Rio de Janeiro, mediante um Decreto baixado em 24 de dezembro de 1964, pelo então governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, que determinou a criação da primeira escola de Design no Brasil: a ESDI-Escola Superior de Desenho Industrial (FREITAS, 1999, p. 01). Parte dos primeiros graduados pela ESDI foi responsável pela implementação de outros cursos de design e mais alguns passaram a integrar seus corpos docentes. Além de se tornar modelo de ensino de design no Brasil, a ESDI passou a ser um mito (NIEMEYER, 2007, p. 21).

No período de 1945 a 1965, o ensino superior público teve um crescimento de matrículas de cerca de 27 mil para cerca de 142 mil alunos. A ampliação das matrículas nas instituições públicas foi o principal componente do crescimento das matrículas no período, correspondendo, em 1964, por uma parcela de 61% das matrículas. Neste ano, o sistema contava com 39 universidades, sendo 29 públicas e 10 confessionais (MELLO, 2011, p. 49).

O **Regime Militar** continha basicamente as seguintes mudanças: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 05). As instituições privadas de ensino superior tornaram-se um grande negócio.

Merece destaque o ano de 1978, quando as grandes Escolas Técnicas de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), com o objetivo inicial de formar engenheiros de operação e tecnólogos (COSTA et al., 2012, p. 69). O Curso de DI da UFPB, em Campina Grande, também foi criado em 1978. Já havia naquela época um clima de apoio a nível federal para o desenvolvimento de cursos tecnológicos; o aluno deveria integralizar o currículo pleno entre um máximo de seis anos e um mínimo de três, totalizando 2.930 horas ou 167 créditos (WITTER, 1985, p.116-117).

A **Nova República (1984)** ou **Sexta República Brasileira** é o período da História do Brasil que se seguiu ao Regime Militar. A década de 1980 foi uma época de crise econômica

e de transição política, que culminou com uma nova Constituição em 1988. Logo no início da década seguinte, ocorreram eleições diretas para presidente (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p.6). A década de 80 caracterizou-se pelo crescimento reduzido do número de matrículas e pela reestruturação do setor privado (MELLO, 2011, pg. 17-18).

Em 1986, 76,5% das matrículas no ensino superior concentravam-se no setor privado. As universidades federais resistiam à implementação de cursos noturnos, com um percentual de apenas 16% das matrículas (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 06). A expansão das matrículas arrefeceu seu ritmo a partir do final da década de 70 - entre 1980 e 1992 a oferta manteve-se estabilizada em torno de 1 milhão e 500 mil matrículas (MELLO, 2011, p. 51) Entre 1985 e 1990, aumentou em 145% o número de instituições privadas, passando de 20 para 49 (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 07).

Na década 1990, tanto o setor público quanto o privado foram atingidos pela estagnação no ensino superior. Os reflexos da crise econômica causaram maior efeito principalmente no setor privado. Houve aumento da oferta dos cursos noturnos para atender a uma nova demanda de alunos impossibilitados de frequentar cursos diurnos.

O crescimento das matrículas foi retomado na primeira metade da década de 90. A partir de 1992, as taxas de crescimento aumentaram, variando, de 1992 a 1996, entre 4% e 6%, e atingindo índices muito elevados a partir de 1997. Este crescimento recente é atribuído ao aumento do número de concluintes no nível médio e às políticas governamentais implementadas com a promulgação da lei nº 9.394/96 (SCHWARTZMAN, 2000, APUD MELLO, 2011, p. 17-18). O governo federal, a partir de 1996, iniciou uma política de expansão do ensino superior com a expectativa de atingir uma taxa de matrícula da ordem de 30% do grupo de idade entre 19 e 24 anos num prazo de dez anos (MELLO, 2011, p. 19).

Em 1996, somente 12,7% dos jovens brasileiros na faixa etária entre 20 e 24 anos estavam matriculados no ensino superior. Além de restrito, os indicadores mostravam que o sistema era fortemente elitizado: 44% dos estudantes eram provenientes de famílias de renda mensal maior que 20 salários mínimos, que correspondiam, à época, a cerca de 9% das famílias brasileiras (Barreto e Schwartzman, 1999 APUD MELLO, 2011, p. 17).

O destaque principal da **Era FHC** é a aprovação da LDB em dezembro de 1996 - Lei nº 9.394/96. Construída a partir de intensa participação do governo e da sociedade civil em discussões travadas desde a década de 1970, a LDB, sancionada em 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, é um importante instrumento de estudo para o entendimento das diferentes concepções de EPT no Brasil nas últimas décadas (AFONSO; GOLZALEZ, 2016, p. 720).

A inserção do ensino técnico na LDB é fruto de cinco anos de debate entre educadores, gestores e a sociedade. “Um dos objetivos das alterações na lei é o de estabelecer melhores condições de capacitação dos alunos para aumentar suas chances de empregabilidade”, afirma Irineu Colombo. (PORTAL MEC - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2014).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (1996, p.13), as modalidades de cursos de ensino superior no Brasil podem ser divididas em três grandes grupos: bacharelado, licenciatura e tecnologia, sendo esse último “[...] regulamentado a partir da década de 2.000, com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (Resolução CP/CNE nº 3/2002) e com o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que prevê a educação profissional em nível tecnológico correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico” (PRIETO; COSTA, 2008 APUD MENDES; FALHEIROS, 2013, p. 121).

As políticas governamentais promoveram a autonomia das universidades, que já contavam com a maior parte das matrículas para a criação de novos cursos e vagas; a diferenciação institucional, com a criação dos centros universitários, que passaram a ter autonomia; e a diversificação de modalidades de ensino superior, com a introdução dos cursos sequenciais e tecnológicos (MELLO, 2011, pg. 19).

As principais ações voltadas para o ensino superior no octênio de FHC foram: a normatização fragmentada — conjunto de leis regulando mecanismos de avaliação; a criação do Enem, como alternativa ao tradicional vestibular; a ampliação do poder docente na gestão universitária, a contragosto de discentes e de técnico-administrativos; a reconfiguração do Conselho Nacional de Educação, com novas atribuições; a gestação de um sistema de avaliação da educação superior e o estabelecimento de padrões de referência para a organização acadêmica das IES.

As ações levadas a cabo pelo governo federal atingiram, sem dúvida, a oferta de ensino superior. O número de matrículas chegou a novos patamares: no período entre 1997 e 2002 as matrículas cresceram entre 9 e 14% ao ano, e o setor privado foi o maior responsável por este crescimento (MELLO, 2011, p. 52):

O gráfico a seguir apresenta a taxa de crescimento anual das matrículas no período de 1962 a 2005:

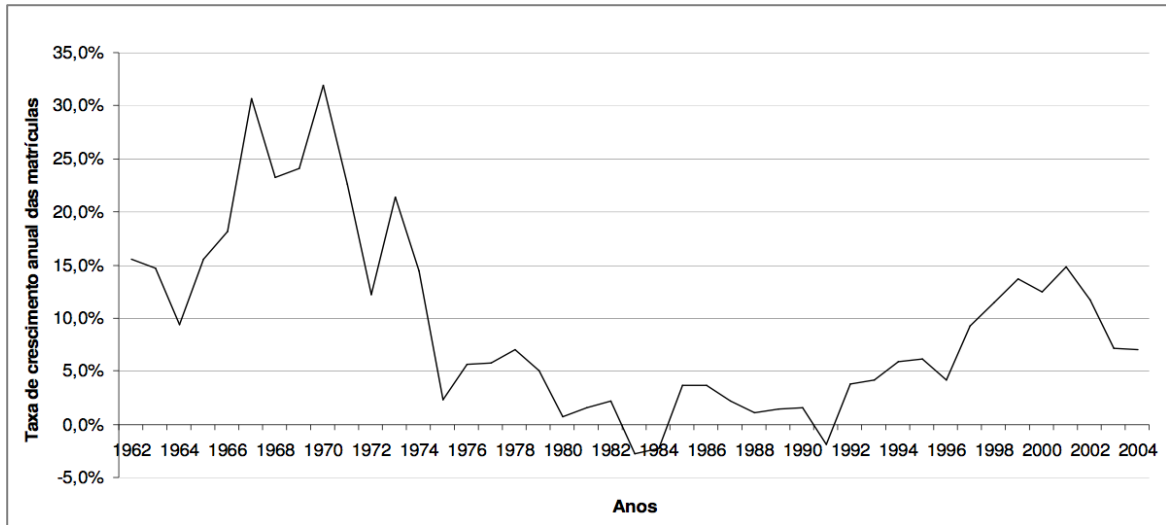


Figura 1: Gráfico da taxa anual de crescimento das matrículas no ensino superior no período 1962-2005. Fonte: Censo Superior. Retirado da tese de MELLO, J. C. S. Áreas de formação e diferenciação institucional: evidências de estratificação dos estudantes no ensino superior brasileiro. 2011. 158f. Tese (Doutorado) PUC-Rio.

O crescimento dos centros universitários e dos centros tecnológicos, novas formas de organização institucional, foi relevante. Entre 1997 e 2003, foram criados 81 centros universitários e 93 centros tecnológicos (estes a partir de 1999).

O gráfico a seguir apresenta o número de matrículas por forma de organização acadêmica e dependência administrativa – instituições universitárias e não universitárias – no período de 1995 a 2004:

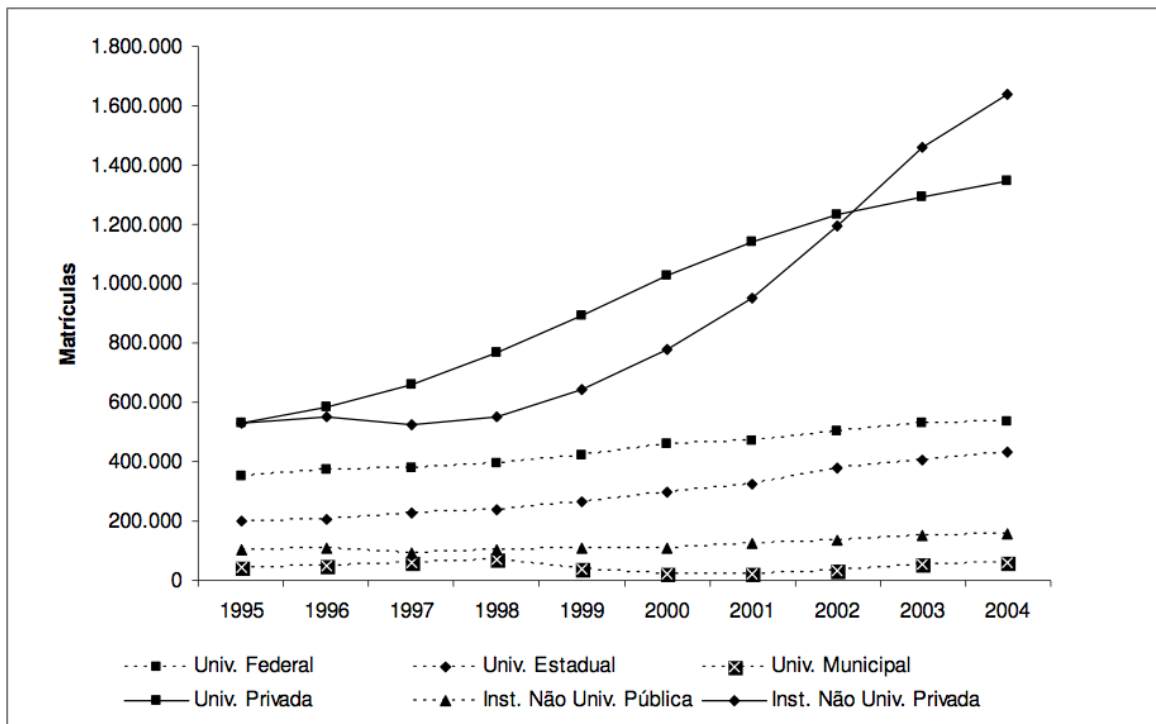


Figura 2: Gráfico do número de matrículas por forma de organização acadêmica e dependência administrativa. Fonte: Censo Superior. Retirado da tese de MELLO, J. C. S. Áreas de formação e diferenciação institucional: evidências de estratificação dos estudantes no ensino superior brasileiro. 2011. 158f. Tese (Doutorado) PUC-Rio.

O crescimento das matrículas nos centros tecnológicos (onde somente 34% são do setor privado) não foi suficiente para que esta forma de organização chegasse a contar com 2% das matrículas em 2004 (MELLO, 2011, p. 57).

A Edição do Decreto de 20 de outubro de 2003 que “institui Grupo de Trabalho Interministerial – GT encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES” (CÂMARA DOS DEPUTADOS-LEGISLAÇÃO, 2003) fez parte das políticas educacionais para o ensino superior no **Governo Lula**, iniciado em 2003. Por se apresentar como um governo popular democrático, as expectativas da sociedade eram muitas e ambiciosas.

O GT deveria “analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES” (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p. 07).

Entretanto, o período do Governo Lula foi de muitas críticas advindas das universidades federais, alegando a tentativa de o governo desobrigar o Estado das suas responsabilidades para com a educação como um bem público. A prioridade ao setor privado chegou ao setor do ensino superior ocasião em que as universidades privadas experimentaram uma expansão recorde, porém, se encontravam ameaçadas pelo risco de uma grande inadimplência e crescente desconfiança quanto a seus diplomas.

Os acontecimentos de 2003, no campo do ensino superior, revelam a dificuldade do governo para a realização de um debate democrático sobre a Reforma Universitária e a sua continuidade, com traços de acentuação, do processo iniciado no governo anterior. (MANCEBO; SILVA JÚNIOR, 2004, p. 1-2).

Ainda no ano de 2003, ocorreram duas outras iniciativas importantes que suscitaram debates sobre diversos temas relacionados à redefinição de uma agenda para o ensino superior: a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) organizou o Seminário “Universidade: por que e como reformar” e o MEC, com o apoio da UNESCO, do Banco Mundial e da ONG internacional ORUS (*Observatoire International des Réformes Universitaires*) realizou o Seminário Internacional “Universidade XXI: novos caminhos para a ensino superior”. O conjunto das reflexões provenientes desses seminários serviu de referência para os trabalhos do GT.

O relatório conclusivo da GT apresentou um diagnóstico do ensino superior organizado em quatro partes: conjunto de ações emergenciais para o enfrentamento dos questionamentos quanto à situação das universidades federais; a premência da efetiva

implantação da autonomia das IFES; defesa da necessidade de complementação de recursos e da garantia de gestão de um novo modelo em relação ao atual e etapas necessárias para a formulação e a implantação da Reforma Universitária brasileira (CÂMARA DOS DEPUTADOS-LEGISLAÇÃO, 2003).

Tarso Fernando Herz Genro, ministro das relações institucionais do Governo Lula, assumiu como tarefa prioritária realizar a Reforma Universitária, não obtendo êxito algum. Apesar disso, ocorreram as seguintes ações: aprovou-se da Lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); apresentou-se ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (Lei nº .627 de 28 de abril de 2004) que instituía a política de reserva de vagas para egressos de escolas públicas, negros e indígenas nas instituições públicas de ensino superior e criou-se, por meio de Medida Provisória (Medida Provisória nº. 213, de 10 de setembro de 2004) o Programa Universidade Para Todos (Prouni). Para finalizar o anteprojeto da Reforma Universitária, o então Ministro da Educação Fernando Haddad juntou-se a Tarso no início de 2004.

A agenda do MEC tinha quatro itens prioritários: 1) alfabetização com inclusão, 2) reforma do ensino superior, 3) reorganização do ensino técnico e 4) aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) (SANTOS; CERQUEIRA, 2009, p.10). Novas ações e/ou políticas vêm sendo implementadas pelo MEC, ou seja, pouco a pouco, o governo colocou em prática a Reforma Universitária.

Merece destaque o período entre 1995 e 2004: a área de Design tem crescimento superior a 200%, assim como as áreas das carreiras mais tradicionais, a engenharia e a medicina não acompanharam o processo de expansão recente.

Na área de artes, os cursos de Design cresceram às custas do setor privado, enquanto os cursos de artes tiveram seu crescimento sustentado pelos dois setores, com a maioria das matrículas no setor público (MELLO, 2011, p. 85).

Os gráficos a seguir representam o número total de matrículas por áreas e dependência administrativa – Artes – 1995 a 2004:

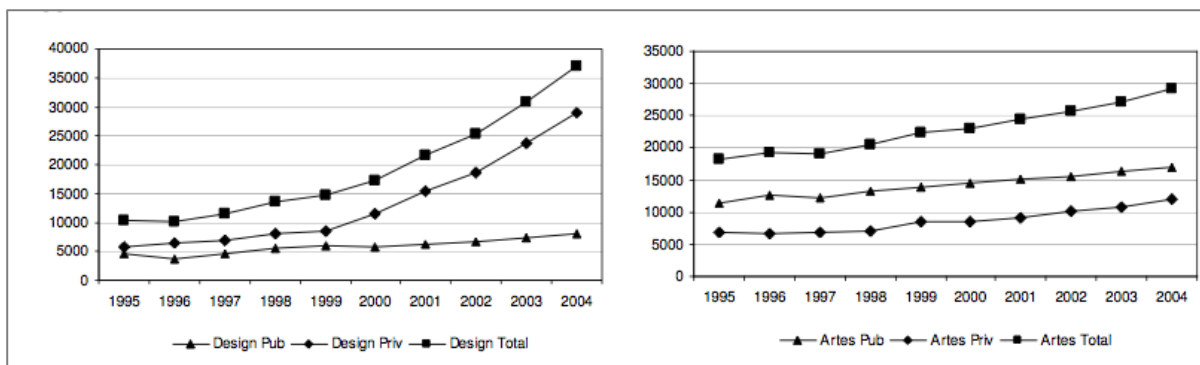


Figura 3: Gráfico do número total de matrículas por áreas e dependência administrativa – Artes – 1995 a 2004. Fonte: Censo Superior. Retirado da tese de MELLO, J. C. S. Áreas de formação e diferenciação institucional: evidências de estratificação dos estudantes no ensino superior brasileiro. 2011. 158f. Tese (Doutorado) PUC-Rio.

A partir dessa mudança estrutural, as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais foram sequencialmente transformando-se em Cefets entre os anos 80 e 90. A segunda grande mudança estrutural data de 2005, com a transformação do Centro Federal de Educação tecnológica do Paraná em Universidade Federal Tecnológica do Paraná – UTFPR (PORTAL E-MEC, 2010). A partir de então, em 24 de abril de 2007, foi instituído o Decreto nº 6.095, cujo objetivo era estabelecer diretrizes para integrar as instituições federais de educação tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no escopo da Rede Federal de Educação Tecnológica (COSTA et al., 2012, p. 69).

Foi no dia 16 de julho de 2008, que o campo o ensino tecnológico passou a integrar a Lei nº 9.394/96, de diretrizes e bases da educação citada anteriormente, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional e técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

“Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.” (NR). “Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (PORTAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL - SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 2016).

Essas alterações têm o propósito de transformar em lei as inovações trazidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que passaram a ser obrigatórias aos estados e municípios, tornando-se mais um componente da política de melhoria da qualidade da educação brasileira.

A nova redação dos artigos 39 e 41 propunha que a educação profissional se integrasse aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, com cursos organizados por eixos tecnológicos. Assim, possibilitariam a construção de diversos itinerários formativos — um aperfeiçoamento do aluno na área escolhida. A lei também dispôs sobre os tipos de curso que a educação profissional e tecnológica passariam a abranger: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

O ensino universitário brasileiro passou por intensas transformações nas últimas décadas em função da necessidade de mão de obra especializada em determinadas áreas, oportunizando melhoria de vida para as diversas camadas da sociedade (MENDES; FALHEIROS, 2013, p. 121).

O campo dos cursos superiores de Tecnologia surgiram para atender uma necessidade do mercado de trabalho e essa questão fica mais evidente em áreas ou países subdesenvolvidos. O fato é que "os países subdesenvolvidos se constituem em consumidores de bens da civilização, enquanto os centros culturais de difusão se comportam como produtores desses bens" (ROMANELLI, 1991, p. 24). Para agravar essa situação, em países como o Brasil, a educação escolar tem estado quase sempre em atraso em relação ao desenvolvimento tecnológico mundial. Esse *gap* tecnológico, responsável pela modernização técnica do país, se faz sentir profundamente no campo educacional.

O SENAC RJ, atento às necessidades da sociedade e do mercado de trabalho, oferece desde 2010 o curso de Graduação Tecnológica em Design Gráfico e vem formando, desde então, profissionais capazes de colaborar para o aumento da competitividade das empresas fluminenses, por meio da promoção do design como fator de diferenciação, inovação e valorização dos produtos e serviços produzidos no estado do Rio de Janeiro (PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO - Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico, 2017, p. 06).

Sobre as **Políticas Recentes**, encontram-se hoje vinte programas/ações direcionadas ao ensino superior, levados a cabo pela SESu/MEC, que estão separados em cinco campos: programas/ações de diversificação acadêmica e de articulação do ensino, pesquisa e extensão; programas/ações de avaliação e de regulação do sistema; programas/ações de cooperação e relações internacionais; programas/ações de articulação da educação superior com a educação básica e programas/ações de acesso e permanência. Formar para o ofício, para a profissão, enfim, para o trabalho, reproduzindo e mantendo as diferenças entre as classes sociais e sua desigualdade, passou a ser a tônica permanente na construção conflituosa da sociedade brasileira (BATISTA; MÜLLER, 2013, p. 08).

A partir das informações reunidas neste capítulo, observa-se que os cursos profissionalizantes sempre tenderam à formação de mão de obra específica para o mercado de trabalho, ou seja, o indivíduo dito “empregável” é somente aquele que busca adequar-se sempre ao que o mercado lhe exige. E o campo do mercado de trabalho, por sua vez, muda constantemente em função das inovações tecnológicas. Sendo assim, para atuar no campo da educação profissional hoje, o indivíduo precisa atualizar constantemente seu currículo.

1.2 Linha do Tempo

O levantamento de dados foi feito por meio de uma pesquisa bibliográfica a partir de referências publicadas em artigos, livros, dissertações, teses relacionados ao tema “Educação Profissional no Brasil”, assim como documentos publicados pelo governo federal e por instituições de ensino e pesquisa (destaque para o MEC e o INEP).

A criação de uma linha do tempo permite uma melhor visualização dos principais eventos que constituem esta História:

Figura 4: Linha do Tempo: História dos cursos superiores de tecnologia no Brasil. Período Monárquico ao Governo Dilma/Temer.

1.3 Campo da regulação da Educação no Brasil

MEC: este é o portal da Educação de todos os brasileiros. Em quase 80 anos, o MEC busca promover ensino de qualidade para nosso país (PORTAL DO MEC- APRESENTAÇÃO, 2016). É importante ressaltar que esta é a única fonte de dados brasileira oficial e ligada ao governo no que concerne à informações da Educação Superior, da Educação Profissional e Tecnológica, da Educação Básica e da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão para os pesquisadores (SCHNAIDER; FREITAS, 2016, p. 222).

O quadro a seguir apresenta a estrutura organizacional do campo da regulação da Educação no Brasil:

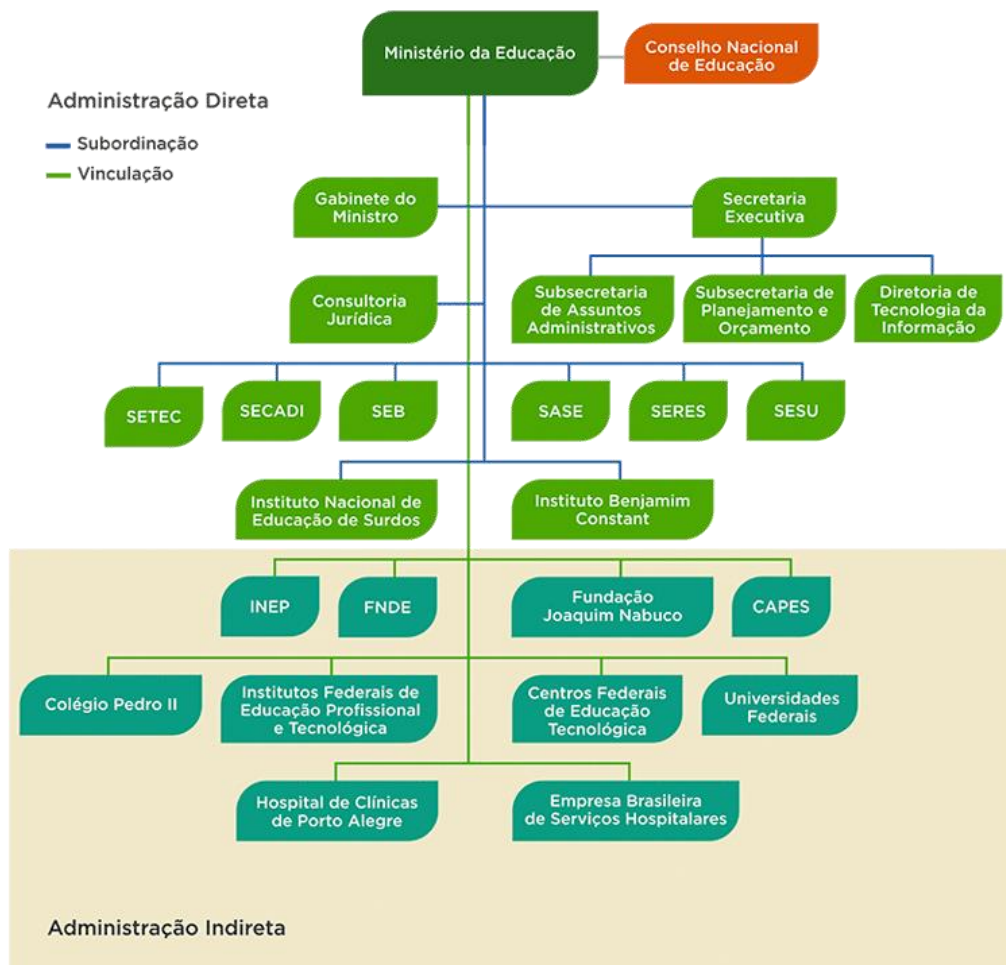


Figura 6: Imagem da Estrutura Organizacional do MEC.

Para se buscar informações sobre a situação do ensino no país, deve-se recorrer principalmente ao Portal Oficial do MEC na Internet, no endereço “[http://portal.mec.gov/br](http://portal.mec.gov.br)”.

Existem várias formas de consulta no portal do Ministério da Educação, que disponibiliza no portal do E-MEC quatro links específicos: Consulta Interativa, Consulta Textual, Consulta Avançada e IES extintas.

O *link* Consulta Interativa, oferece a Busca Interativa. Trata-se da consulta das Instituições de Educação Superior no sistema e-MEC clicando em um dos estados do mapa do Brasil: em cada estado, é possível consultar as IES existentes conforme a seleção do curso e/ou município (PORTAL DO MEC – E-MEC –CONSULTA INTERATIVA, 2016). Após clicar-se no estado escolhido, aparece uma lista com todo os cursos daquele estado e suas respectivas IES, podendo o usuário ainda escolher o Município para continuar sua busca.

O *link* Consulta Textual, oferece as seguintes opções para consulta: Mantenedora, Instituições, Curso de Graduação (IES), Curso de Especialização e Endereço (Local de Oferta).

Já o link Consulta Avançada oferece mais detalhes na busca, como por exemplo: ao escolher sua busca por Instituição de Ensino Superior ou Curso de Graduação ou Curso de Especialização, o usuário ainda deverá digitar o nome da Instituição procurada, detalhando o Estado, o Município, a Categoria Administrativa (Pública Municipal, Pública Federal, Pública Estadual, Privada sem fins lucrativos, Privada com fins lucrativos, Privada Beneficente e Especial), a Organização Acadêmica (Faculdade, Centro Universitário, Institutos Federais e Universidades), o Índice (CI, IGC, combinando com 1,2,3,4,5 e SC-Sem Conceito) e a Situação (Ativa e Inativa).

O *link* IES extintas é o mais compacto, a busca é feita somente por Código, Nome ou Sigla, Categoria Administrativa ou Organização Acadêmica.

Todas as buscas exigem do usuário a digitação de um Código de Verificação obrigatório no sistema. E as mesmas levam o usuário para os Detalhes das IES: todos os cursos de *Design* possuem um número de cadastro no portal do MEC, tal como as IES que se dividem em universidades, centros universitários ou faculdades. O cadastro e-MEC informa dados como a situação de regulação das instituições e dos cursos por elas oferecidos, endereços de oferta e indicadores de qualidade obtidos nas avaliações do MEC.

O reconhecimento deve ser solicitado pela IES quando o curso de graduação tiver completado 50% de sua carga horária. O reconhecimento de curso é condição necessária para a validade nacional dos respectivos diplomas (PORTAL DO MEC-INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS, 2016).

O credenciamento ou a renovação de credenciamento das instituições de educação superior e o reconhecimento ou a renovação de reconhecimento de cursos de graduação terão prazo de validade de até 5 (cinco) anos, exceção feita às universidades, para as quais esse prazo será de até 10 (dez) anos, diz o Art. 4º, da LEI Nº 10.870, de 19 de maio de 2004, que institui a taxa de avaliação *in loco* das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências (PORTAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL - SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS - DECRETO Nº 10.870, 2016).

Ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país é o principal objetivo do MEC neste eixo de atuação (PORTAL DO MEC-PROGRAMAS E AÇÕES, 2016). Para tanto, destaca-se o Secretaria de Educação Superior (SESU) como unidade responsável pelos programas da Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Demais unidade envolvidas: IBC, IFES, CEFETs, HCPA, FIES, IF's, FNDE, Hospitais Universitários e IBGE.

A SESU é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior (PORTAL DO MEC-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR-APRESENTAÇÃO, 2016).

Em resumo, as IES dependem de autorização do MEC para ofertar cursos de graduação no mercado acadêmico. O Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, diz em seu capítulo 1 que a supervisão será realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável (PORTAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL - SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS – DECRETO Nº 5.773, 2016). No entanto, essas instituições devem informar à secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento (PORTAL DO MEC-APRESENTAÇÃO, 2016).

O SISNAES analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente (PORTAL DO INEP, 2016). Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do INEP.

O SINAES é composto, ainda, pelos processos de Avaliação de Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional que, junto com o ENADE, formam um ‘tripé’ avaliativo que permite conhecer em profundidade o modo de funcionamento e a qualidade dos cursos e instituições de educação superior (IES) de todo o Brasil (INEP-MANUAL ENADE, 2015).

1.3.1 Caracterizações dos cursos superiores

Verifica-se que os cursos considerados de graduação são: os bacharelados, as licenciaturas e os tecnólogos. Segue uma tabela demonstrativa dos tipos de Graus existentes para uma melhor compreensão das informações:

Grau do curso	Superior	Superior (mín. 4 anos)	Graduação
Bacharelado	Sim	Sim	Sim
Licenciatura	Sim	Sim	Sim
Tecnólogo*	Sim	Não	Sim
Sequencial de formação específica	Sim	Não	Não
Sequencial de complementação de estudos	Não	Não	Não

Tabela 1: Tabela demonstrativa dos Graus X Cursos Superiores de Graduação ou não. * Superior mínimo de 2 anos.

A carga horária mínima dos cursos de Bacharelado em Design na modalidade presencial têm a carga horária mínima de 2.400 horas (PORTAL MEC–CARGA HORÁRIA–ENSINO SUPERIOR - BACHARELADO, 2016) e duração mínima de três anos.

A licenciatura habilita para o exercício da docência em educação básica (da educação infantil ao ensino médio); trata-se de uma graduação de nível superior, sendo que oferece, além das disciplinas intrínsecas ao curso escolhido, disciplinas destinadas à formação de professores, de Didática, Psicologia e Pedagogia, por exemplo. As licenciaturas, que igualmente conduzem a diploma de graduação, licenciatura, tiveram sua duração fixada em 2.800 horas PORTAL (PORTAL MEC-CNE-APRESENTAÇÃO, 2016).

Recentemente, aprovou-se no Brasil a figura da modalidade de tecnólogo como graduação de natureza especial. Esta contempla cursos cuja duração, fixada em horas, varia

entre 1.600 horas e 2.400 horas (PORTAL MEC-CNE-APRESENTAÇÃO, 2016); seu formato é mais compacto. Os cursos de Tecnólogo em *Design* têm carga horária mínima de 1.600 horas e duração mínima de dois anos (CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA, 2016, p. 123).

Verifica-se que as exigências ao candidato para ingressar num curso sequencial são as mesmas da graduação. Os cursos sequenciais são superiores, porém não são de graduação, e estão divididos em: sequencial de formação específica (confere diploma ao final do curso) e sequencial de complementação de estudos (confere certificado ao final do curso) (PORTAL MEC-PERGUNTAS FREQUENTES SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2016).

O ensino superior pode ser ministrado nas seguintes modalidades: presencial, quando exige a presença do aluno em, pelo menos, 75% das aulas e em todas as avaliações e é a distância quando a relação professor-aluno não é presencial, e o processo de ensino ocorre utilizando os meios de comunicação: material impresso, televisão, internet, etc (PORTAL DO MEC- E-MEC - CURSOS, 2016). O ensino presencial ocorre em espaço físico, onde o professor está fisicamente na presença do aluno e pode, se quiser, utilizar-se das novas tecnologias em suas aulas (computador, TV, *datashow*, etc). Em cursos presenciais é comum a utilização do quadro-negro (*interface*) pelo professor como forma de transmissão de conhecimento, além da indicação de livros, apostilas, *links* de vídeos e *sites* como material didático de apoio.

Caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (PORTAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL - SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS – DECRETO Nº 5.622, 2016). A EaD pode ser ministrada mediante a utilização das mais variadas tecnologias: material impresso (como, por exemplo, módulos instrucionais), rádio, televisão, telefone, computador e outros recursos tecnológicos, como o satélite.

1.3.2 Indicadores de Qualidade da Educação Superior (CPC, CC e ENADE)

O CPC é composto por diferentes variáveis, que traduzem resultados da avaliação de desempenho de estudantes, infra-estrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e

corpo docente (PORTAL DO MEC-O QUE É CPC?, 2016). O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área (MANUAL ENADE 215, 2016, p. 87).

São estas as três categorias que constituem o ciclo avaliativo de uma IES e que estão disponíveis para consulta no portal e-MEC: CPC, Conceito de Curso (CC) e ENADE.

Os resultados do ENADE, assim como titulação dos professores e carga horária dos mesmos em regime parcial ou integral (não horistas), são algumas das variáveis que interferem no CPC. O Conceito Preliminar de Curso vai de 1 à 5 e, como o próprio nome diz, é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Para que os valores se consolidem, e representem efetivamente o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores farão visitas *in loco* para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente.

O CPC será divulgado anualmente, junto com os resultados do ENADE. Operacionalmente, cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do INEP. Os demais casos, ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente.

Consolidado o processo de avaliação conduzido pelo INEP, cursos com conceito 3 serão aqueles que atendem plenamente aos critérios de qualidade para funcionarem. Da mesma forma, cursos com conceito 5 serão cursos de excelência, devendo ser vistos como referência pelos demais (PORTAL DO MEC-O QUE É CPC?, 2016).

O CC diz respeito à periodicidade do ciclo, dos indicadores de qualidade e conceitos de avaliação de um curso superior. São conceitos de avaliação, os resultados após avaliação *in loco* realizada por Comissão de Avaliação do INEP: **I** - de curso: o Conceito de Curso (CC), consideradas, em especial, as condições relativas ao perfil do corpo docente, à organização didático-pedagógica e às instalações físicas; **II** - de instituição, o Conceito de Instituição (CI), consideradas as dimensões analisadas na avaliação institucional externa. **Parágrafo único.** As Comissões de Avaliação utilizarão o CPC e o IGC como referenciais orientadores das avaliações *in loco* de cursos e instituições, juntamente com os instrumentos referidos no art. 17-J e demais elementos do processo (INEP-APOSTILA ENADE 2015, 2016, PG. 88).

O objetivo do ENADE é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sinaes, juntamente a avaliação institucional e a avaliação dos cursos de graduação (PORTAL DO INEP-ENADE-PERGUNTAS FREQUENTES, 2016).

Em 2015, o ENADE completou onze anos e a periodicidade máxima de aplicação do Enade em cada área será trienal. Dentre as inovações mais recentes, estão o tempo mínimo de

permanência no local de prova, de 1 (uma) hora, implementado em 2013, além da exigência de preenchimento do Questionário do Estudante e da publicação do Manual do Estudante, adotadas em 2014 (INEP-MANUAL ENADE, 2015, p.4).

O Conceito Enade é calculado para cada curso, tendo como unidade de observação a IES, o município da sede do curso e a área de avaliação. A Nota Enade do curso é a média ponderada da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral e no Componente Específico. A parte referente à Formação Geral contribui com 25% da nota final, enquanto a referente ao Componente Específico contribui com 75%. O conceito é apresentado em cinco categorias (1 a 5), sendo que 1 é o resultado mais baixo e 5 é o melhor resultado possível, na área (PORTAL DO INEP-ENADE-PERGUNTAS FREQUENTES, 2016).

O ENADE é, atualmente, o mais importante indicador de qualidade de uma IES e esta, por sua vez, é avaliada através do desempenho de seus alunos.

1.4 Definições e estrutura dos cursos superiores de tecnologia

Os cursos superiores de tecnologia compreendem o campo da educação superior que forma profissionais aptos a desenvolver as atividades próprias de cada tipo de curso (eixo tecnológico) com capacidade de utilizar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com os outros campos da sociedade a ele subordinados. Estes cursos funcionam como uma mola propulsora que estimulam e determinam o campo da educação profissional, consolidando suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade.

De acordo com o Art. 39 da LDB, a educação profissional é concebida como integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (PORTAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-CASA CIVIL-SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, 2017).

Os cursos superiores de tecnologia pertencem ao campo da Educação Profissional — expressão genérica e que abrange vasta gama de processos educativos, de formação e de treinamento em instituições e modalidades variadas, que contemplam a formação técnica do estudante, tanto em nível médio quanto superior, por meio de cursos ofertados tanto por instituições formais de ensino, como por organizações patronais que compõem o sistema

"S" — organizações sindicais, comunitárias ou não governamentais (CHRISTOPHE, 2010, p. 02). Os cursos superiores de tecnologia são, legalmente, cursos regulares de graduação, regulamentados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e focados no domínio e na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de conhecimentos relacionados a uma ou mais áreas profissionais (FAVRETTO, 2013, p. 02).

A nova versão do CNCST (Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia), a partir da publicação da Portaria MEC no 413, de 11 de maio de 2016, confirma que o MEC contribui para qualificar a oferta dos CST e formar profissionais cada vez mais aptos a desenvolver as atividades próprias de cada curso tecnológico (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA, 2016, p. 07).

Atualmente existem 13 (treze) eixos tecnológicos que estruturam a organização das 134 (cento e trinta e quatro) denominações de Cursos Superiores de Tecnologia. São eles: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Militar, Produção Alimentícia, **Produção Cultural e Design (onde se encontram os cursos superiores de tecnologia em Design Gráfico)**, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Com o propósito de aprimorar e fortalecer os CST (Cursos Superiores de Tecnologia), o Ministério da Educação encarrega-se, periodicamente, da atualização do CNCST (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA, 2016, p. 07). A terceira edição (11/05/2016), atualizada por especialistas selecionados pelo MEC, aprimorou o texto do eixo tecnológico Produção Cultural e Design do tecnólogo em Design Gráfico, trazendo informações atualizadas sobre o perfil do profissional de conclusão, da infraestrutura mínima requerida, do campo de atuação, da ocupação CBO associadas e as possibilidades de prosseguimento de estudos na Pós-Graduação.

As informações disponíveis no CNCST são as diretrizes para a elaboração/atualização do PPC das IES que oferecem estes cursos. A atualização dos PPC está prevista no art. 5º, § 3º, inciso VI do Decreto nº 2006/5.773, e na Portaria nº 2006/1.024, é imprescindível para assegurar que a sua oferta acompanhe a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA, 2016, p. 07). Realiza-se nos cursos tecnológicos pelos membros do NDE, o coordenador é o presidente do núcleo, a cada dois anos; que revisam/atualizam basicamente o perfil do profissional de conclusão, carga horária das disciplinas, bibliografia básica e complementar

do cursos e infraestrutura da IES; podendo o prazo de inserção do novo código levar até quatro anos para ser homologado.

1.5 Os cursos do eixo tecnológico Produção Cultural e Design

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN compreende tecnologias relacionadas com representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas. Abrange criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento aplicadas em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e projetos de produtos industriais. São eles: curso superior de tecnologia em Comunicação Assistiva; Conservação e Restauro; Design de Animação; Design de Interiores; Design de Moda; Design de Produto; Design Gráfico; Fotografia; Produção Audiovisual; Produção Cênica; Produção Cultural; Produção Fonográfica; Produção Multimídia e Produção Publicitária.

De acordo com o parágrafo 1º do Art. 39 da LDB, Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (PORTAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-CASA CIVIL-SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS- LEI Nº 9.394, 1996-CAPÍTULO III-DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2017).

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico e estético; ciência e tecnologia; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e *marketing*; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

1.4.1 O diploma de conclusão de curso superior

Baseando-se na **Teoria Geral dos Campos** (BOURDIEU, 2009) onde cada espaço corresponde a um campo específico da sociedade – cultural, econômico, educacional, científico, jornalístico, etc –utilizou-se do sociólogo Pierre Bourdieu e seus conceitos para facilitar a compreensão da estrutura do ensino superior brasileiro na dimensão material. O diploma de conclusão de um curso superior e/ou os demais títulos acadêmicos (diplomas de mestrado, especialização e ou doutorado) representam e justificam a posição deste indivíduo no mercado de trabalho e na sociedade. O *habitus* (mediante o diploma de nível superior) funciona, então, como um esquema de ação e classificação da coletividade no campo profissional.

O *habitus* é concebido como um sistema de esquemas, individual e socialmente constituído de disposições estruturadas e estruturantes, ou seja, estruturadas socialmente e estruturantes nas mentes dos indivíduos e que acabam por ser adquiridos pelas experiências, orientando as ações dos indivíduos. Nesse sentido, apoiando-se nas considerações de Bourdieu, é possível afirmar que a escolha (acadêmica, por exemplo) é resultado da relação entre um *habitus* e as pressões do meio (profissional, no caso).

Por outro lado, o conceito de *habitus* exige uma hermenêutica pouco evidente e um arsenal de provas não negligenciável. Ele demanda apelo a variáveis geracionais, quantitativas, grupais, de efeitos de trajetórias, de análise histórica de grupos no tempo; do mesmo modo no caso da análise de um campo, mas envolve também variáveis menos objetivas, mais qualitativas e subjetivas. (MONTAGNER; MONTAGNER, 2010, p.258).

Acontece, então, uma mudança na modalidade do ensino da graduação plena para uma outra mais compacta, ou simplesmente mais ajustada a uma nova sociedade moderna regida pela oferta/procura do mercado de trabalho. Trata-se do campo estruturando o *habitus* e o *habitus* constituindo o campo.

O processo Histórico da construção do ensino superior brasileiro pode ser considerado um espaço plural de múltiplas relações sociais, econômicas e políticas desde a colonização. Considera-se o campo da Formação Profissional estruturado pelas relações dinâmicas entre IES e agentes sociais reguladores da Educação no país distintamente posicionados em função de recursos disponíveis para tal. A relação de interdependência entre eles é uma forma de afirmar que podem ser aliados ou não. Podem ser relações de continuidade ou de ruptura. E podem determinar uma gama variada de experiências singulares de socialização.

2 ENSINO E PESQUISA EM DESIGN NO BRASIL

Existem poucas pesquisas que procuram retratar o processo histórico de criação, desenvolvimento e consolidação dos cursos de Design no Brasil. Mesmo com poucas pesquisas na área do Design, ainda há falta de uma instituição que possa disponibilizar, com segurança, informações sobre a situação do ensino no país.

Embora a questão da educação profissionalizante no Brasil venha despertando o interesse de pesquisadores há algum tempo, obras que reúnem vários autores refletindo sobre o tema ainda são raras (BATISTA; MÜLLER, 2013, p. 11).

2.1 Quatro pesquisas sobre o ensino de Design no Brasil até 1999

Identificaram-se quatro pesquisas relevantes sobre o ensino de Design no Brasil. Três delas foram referenciadas na tese “A influência de tradições acríticas no processo de estruturação do ensino/pesquisa de *Design*” do Professor Sydney Fernandes de Freitas, em 1999.

A primeira pesquisa foi desenvolvida pelo designer Gustavo Amarante BOMFIM, em 1978, 15 anos após a criação da primeira escola de Design no Brasil; a segunda pesquisa, 6 anos após a de Bonfim, em 1984, por Geraldina WITTER; e a terceira, 11 anos após a pesquisa de Witter, em 1995, pela designer Lucy NIEMEYER (FREITAS, 1999, p.61).

A pesquisa de Bonfim é basicamente bibliográfica e documental. Trata-se da dissertação de mestrado “*Desenho Industrial: proposta de reformulação do currículo mínimo*” (BOMFIM, 1978, APUD FREITAS, 1999, pg. 63) contabilizando 16 cursos na época: três no Rio de Janeiro (ESDI, EBA-UFRJ e PUC-RJ), oito em São Paulo (FAUUSP, FAAP, MACKENZIE, UNIFRAN, FARPS, FARIAS BRITO, MAUÁ e BAURU), dois no Paraná (UCPR e UFPR) e os demais distribuídos por Minas Gerais (FUMA), Maranhão (UFM) e Pernambuco (UFPE).

No Brasil, raros são os estudos sistemáticos sobre o ensino do DI, situando-se entre eles o trabalho de Bomfim (1978) que, em sua dissertação de mestrado, comparou o currículo de 16 escolas e ainda apresentou uma proposta para reformulação do currículo mínimo à luz

de um modelo que tem por perspectiva atender às necessidades humanas, levando-se em conta as funções práticas e estéticas do produto desenhado (WITTER, 1984, p.8).

A pesquisa de Witter, transformada no livro “Desenho Industrial – uma perspectiva educacional” relata que no Brasil não há uma boa tradição arquivística nem a cultura geral valoriza a preservação e o cultivo da memória nacional. Como a história do ensino do DI é relativamente recente, é possível recompô-la a preservar sua documentação básica para análises mais diversas, viabilizando e facilitando outros trabalhos na área.

A pesquisadora fez um trabalho de levantamento das condições do ensino do DI no Brasil, realizou entrevistas e questionários como acervo documental e depositou os dados brutos no Arquivo do Estado de São Paulo, deixando-os à disposição para estudos e análises de outros pesquisadores. O livro de Witter contém apenas os dados gerais. A diferença básica entre as duas primeiras pesquisas é que a segunda realiza uma análise, colhendo, analisando e criticando dados obtidos por meio de pesquisa de campo.

Com base em um referencial teórico pertinente e em critérios explícitos, a pesquisa de Niemeyer definiu o rol de entrevistados, propôs e testou perguntas, gravou e analisou um conjunto significativo de depoimentos. Para conhecer os fatos, estudaram-se documentos oficiais e relatórios das várias comissões envolvidas na introdução de design no cenário brasileiro.

A pesquisa “*Desenvolvimento e Modernismo: implicações para o ensino de Design na ESDI*” – realizada por Niemeyer em 1995 (FREITAS, 1999, p.80) para obtenção do seu grau de mestre em Educação no curso de Pós-Graduação na UFF – concentrou-se no processo de criação da ESDI e questiona a “capacitação” e “qualificação” do corpo docente formado na época, considerando que a motivação de criação dos cursos estavam vinculados a interesses políticos e com poucos objetivos educacionais.

Um dos projetos que Lacerda - governador do Estado da Guanabara e uma das principais lideranças civis da “revolução” de 1964 – teve um interesse pessoal de concretizar foi o da criação do curso de design no estado. Acorde Niemeyer, “ele parecia conhecer o significado do papel a ser desempenhado pelo design num projeto de desenvolvimento. Ao pretender ser a expressão da modernidade na cultura material industrializada, o design se coadunava com o projeto político pessoal do governador e com o ideário liberal desenvolvimentista que ele representava. A escola de design do estado surgiu como o espaço institucional em que seria produzida a identidade nacional dos produtos” (NIEMEYER, 2007, p. 14).

Nesse período, surgiram mais 3 escolas de design no país, duas particulares no Rio (FAC-Faculdade da Cidade e FISS-Faculdades Integradas Silva e Souza) e uma pública na Paraíba (UFPB). A Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) foi moldada segundo a Escola de Ulm, fundada em 1953, na Alemanha – de modelo, serviram seu currículo e ideologias e de molde, seu corpo docente e modelo de ensino.

No Brasil, a trajetória do design merece cada vez mais atenção de pesquisadores e, pouco a pouco, se desfaz o mito fundador da ESDI. A Escola de Desenho Industrial é, sem dúvida, um marco para o ensino de design no Brasil, mas como em qualquer outra parte do mundo, fica cada vez mais evidente que o design, como quaisquer outras práticas, antecede as academias, e estabelecer o que foi e o que não foi design na breve história da manufatura em nosso país seria tarefa semelhante a querer distinguir quiromantes e médicos na alta Idade Média. [...Talvez porque a ESDI tenha sido criada como uma Instituição isolada permaneceu um consenso silencioso de que o ensino do design pertenceria a um processo à parte dos demais bacharelados]. (COUTO-Posfácio Gustavo Amarante Bomfim *in memoriam*, 2008, pg. 85).

O quadro a seguir apresenta o ano de conclusão da pesquisa, o autor e os intervalos entre as quatro pesquisas sobre o ensino de Design no Brasil:

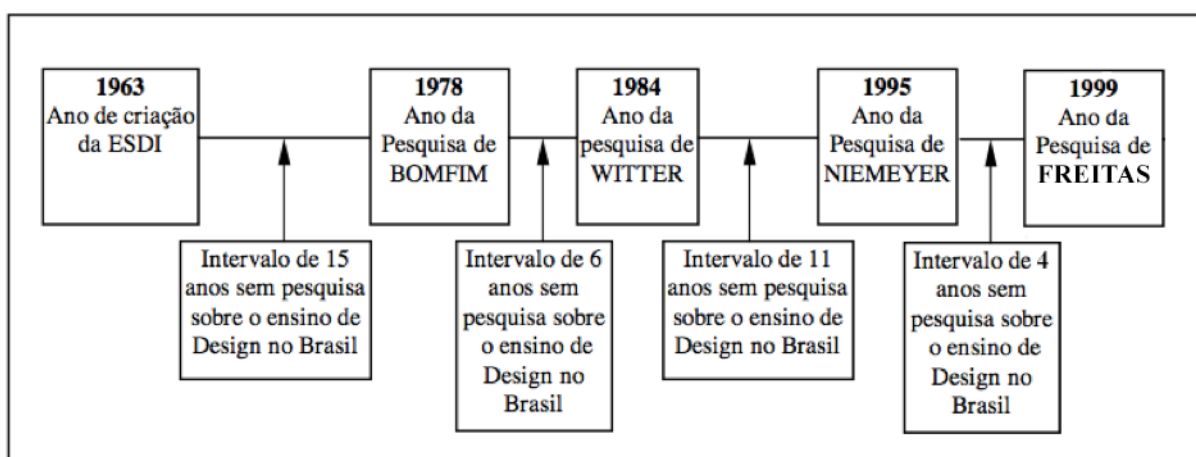


Figura 7: Quadro que representa os intervalos das pesquisas: Bonfim, Witter; Niemeyer e Freitas.

A pesquisa do Professor Sydney Fernandes de Freitas, analisa a influência de tradições acrílicas (reprodutivismo, espontaneísmo, pseudo-ativismo, consuetudinário) no ensino/pesquisa de nível superior de Design. Esta pesquisa merece destaque dentre as demais, não apenas por ser a mais recente tese escrita na área, mas também, por seu objetivo assemelhar-se ao objetivo da pesquisa atual. O estudo contribui para subsidiar o processo de configuração do ensino/pesquisa de Design no Brasil, considerando o processo histórico da evolução das IES brasileiras na área, que acabaram por seguir o modelo de ensino da primeira escola de design do mundo, a Bauhaus, fundada na Alemanha em 1919. E esse modelo acabou por engessar durante décadas o ensino-aprendizagem nacional, visto que o Brasil é um país dependente da tecnologia dos países ditos de economia desenvolvida.

No capítulo inicial, intitulado “Alguns conceitos fundamentais”, Freitas justifica o uso do termo “Design” no lugar de “Desenho Industrial”, definindo-o como uma tecnologia. Esta parte da pesquisa foi utilizada como fundamentação teórica no item 4.3 da pesquisa atual, visto que é muito importante entender por que o uso dos termos Design e/ou Design Gráfico têm sido mais utilizados pelas IES no registro do nome do curso no MEC, no caso da abertura de um curso novo; o que independe do grau ser tecnológico ou bacharelado.

Ao tratar da origem e evolução do ensino de design, logo no início da sua tese, o autor faz um detalhamento minucioso da origem das escolas de design, atrelando a Revolução Industrial ao surgimento do Design propriamente dito: “Considerando-se que o Design é uma atividade de configuração de produtos produzidos industrialmente, será no período de surgimento dessa atividade que encontraremos seu nascedouro. Isto é, no período da Revolução Industrial” (FREITAS, 1999, p. 26).

A Bauhaus, em Weimar e, posteriormente, a *Hochschule für Gestaltung* (HfG), em Ulm, moldaram um modelo de ensino que foi deixado como herança mundial na Alemanha. Em abril de 1933 a Bauhaus é invadida pela polícia e a maioria de seus professores emigra para os Estados Unidos, onde, a reboque do espantoso desenvolvimento econômico americano, passam a contribuir para a fundação de numerosas escolas que reivindicavam, cada uma, o título de continuadoras da Bauhaus (FREITAS, 1999, p.43). Foi o ex-aluno Max Bill que fundou, em 1953, a primeira escola que tinha o objetivo de resgatar os princípios filosóficos do modelo de ensino da Bauhaus.

No Brasil, não foi diferente; muito embora a introdução de um sistema de ensino de Design no país não tenha tido como fundamento uma necessidade industrial, os interesses políticos particulares eram imediatos. Naturalmente o molde alemão também foi importado, juntamente às ideologias da escola europeia. Fundada a primeira escola, outras começaram a surgir. As escolas de Design no Brasil multiplicaram-se na razão aproximada de uma para cada nove meses nos 35 anos que se seguiram (FREITAS, 1999, p. 46).

Ao falar de pedagogia e ensino de Design no país, Freitas procurou esclarecer o conceito de educação e de pedagogia, examinando ideias e métodos de ensino divulgados e adotados pelas escolas de Design até 1999. Como até esta época existiam poucas escolas superiores tecnológicas em Design no Brasil, o texto versa sobre o modelo seguido pela Bauhaus, que mantém até aquele momento condutas e atitudes acríticas em sua estrutura de ensino.

Conclui que o modelo de ensino seguido pelas escolas de Design no Brasil não tem gerado estruturas que contribuam para a construção de um pensamento educativo brasileiro que vá além do próprio Design. Para entender o tipo de pensamento pedagógico que vem orientando o ensino de Design no Brasil, **é preciso investigar mais sobre a trajetória histórica do ensino superior e a própria História do Brasil.**

Sobre pesquisa no ensino de Design, Freitas afirma que o ensino de Design no Brasil apresenta-se com baixo índice de capacitação e de produção científica. É muito pequeno o número de mestres e doutores. Isto torna difícil e lento o processo de formação de novos pesquisadores (FREITAS, 1999, p. 114). Fica claro que a falta de pesquisas em Design está aliada ao processo de capacitação docente — as três pesquisas/autores anteriores já apontavam para o mesmo problema.

Do total de designers com capacitação, identificados por Couto, 85 estavam atuando como docentes em alguma instituição de ensino de Design. Em seu levantamento, localizou 39 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado, alcançando 46 trabalhos disponíveis para análise produzidos por 40 docentes. Desses docentes, 22 (55%) lecionam em escolas de Design do Rio de Janeiro. Nenhuma das dissertações ou teses identificadas por Couto foi desenvolvida em Desenho Industrial ou Programação Visual (FREITAS, 1999, p. 119). Se faltam mestrados e doutorados na área, logicamente faltarão mestres e doutores em Design.

Na pesquisa, documentos foram levantados e entrevistas foram feitas (com diretores de cursos, professores representantes de modelos de ensino e professores com e sem produção científica). Aplicaram-se questionários a dirigentes de cursos de Design no Brasil e a professores de cursos de Design do Rio de Janeiro. Com a aplicação do método Delphi, levantaram-se opiniões de professores/pesquisadores. Os dados levantados, analisados quantitativa e qualitativamente, contribuíram para o aprofundamento e melhor conhecimento dos problemas apresentados, para a verificação e contrastação da hipótese, para a apresentação de requisitos para uma reforma curricular fundada no ensino/pesquisa e para a indicação de novas e necessárias pesquisas sobre o ensino/pesquisa de Design.

A pesquisa mostrou também o processo de reprodução do currículo europeu no ensino de Design no Brasil e a influência do currículo mínimo na configuração dos cursos. O conteúdo apresentou o processo de geração e acumulação de problemas decorrentes da dicotomia entre o ensino e a pesquisa existente no modelo de ensino adotado pelas escolas brasileiras. Questionários foram aplicados a dirigentes de cursos de Design no Brasil e a professores de cursos de Design do Rio de Janeiro.

Os resultados revelaram que havia cerca de 47 instituições oferecendo cursos com habilitações em Projeto de Produto e Programação Visual até 1999, além de outras com cursos de Design de Interiores, Estilismo, Computação Gráfica, etc. Dessas instituições, 29 cursos de Graduação em Design pertenciam à Região Sudeste do país. Como conclusão, demonstrou-se que a atitude de adesão, de docentes e dirigentes, às tradições acríticas (reprodutivismo, espontaneísmo, pseudoativismo e consuetudinário) mantiveram-se no

cerne da estrutura de ensino de Design.

Concluiu-se, também, que o atual movimento em busca de capacitação do corpo docente, e da consequente incrementação da produção científica, vem contribuindo para a superação do pensamento empírico-discursivo pelo científico-teórico. Criou-se e consolidou-se, assim, um modelo de ensino fundado na tradição pseudoativista Bauhausiano e que permanece até hoje, conforme observou-se nas entrevistas, nos questionários e na análise dos artigos publicados (FREITAS, 1999, p 353).

Não é suficiente capacitar o corpo docente, visto que o professor-horista acumula uma sobrecarga de horas/aulas, lecionando, muitas vezes, disciplinas com conteúdos completamente diferentes entre si e que não são a sua especialidade. Com um corpo docente não qualificado, o desenvolvimento de pesquisa científica fica impossibilitado. Resumindo: é necessária a existência da cultura da pesquisa no meio acadêmico do Design.

2.2 Pesquisas sobre cursos tecnológicos – teses, dissertações e artigos

Até 1994, a produção científica em Design limitava-se a algumas teses, dissertações e pouquíssimos artigos (SYDNEY, 1999, p.140). A pesquisa intitulada “Formação e perfil dos coordenadores de curso de ensino superior em Design” (GUIMARÃES, 2016) aproxima-se do tema da pesquisa atual. Neste estudo, abordou-se questões sobre a formação e o perfil dos coordenadores-gestores em design com o objetivo de sugerir um conjunto de requisitos para uma formação adequada dos gestores dos cursos superiores na área. Elaborou-se também um questionário obtendo informações sobre gênero, formação acadêmica e publicações.

Podemos destacar as entrevistas não estruturadas, com as seguintes perguntas: a) de que maneira a IES na qual você trabalha contribui para a atualização da sua formação?; b) na sua opinião, como deveria ser a relação ideal entre a carga horária em sala de aula e a carga horária total?; c) qual é o modelo de gestão educacional que você utiliza no seu trabalho?; d) na sua opinião, de que maneira essa gestão influencia na qualidade do curso?; e) na sua opinião, de que maneira a demanda administrativa diária de um coordenador pode contribuir/ prejudicar para a qualidade do curso? f) o que você crê que poderia encaminhar para a direção da sua IES como sugestão para melhorar o seu trabalho de coordenação?; g) qual a maior dificuldade que enfrenta no seu trabalho de coordenação? (GUIMARÃES, 2016, p.86-87).

Guimarães concluiu que o coordenador de curso tem a função de realizar articulações entre corpo docente, corpo discente em formação e egressos, visando assegurar o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no PPC. E que encontra muitas dificuldades na execução de seu trabalho, tais como: ausência de secretaria em função de

greve (IES públicas); impossibilidade de contratar docentes que são referência de mercado e excelentes didaticamente, visto que não possuem titulação requerida pela IES; ausência de autonomia do coordenador para certas tarefas; engessamento do processo, precisando passar por várias instâncias; grande quantidade de tarefas administrativas; superioridade em função do cargo ocupado; falta de comunicação entre os setores; falta de conhecimento por parte dos alunos das funções de um coordenador; dificuldades em realizar eventos em função da verba orçamentária.

O ponto alto deste estudo são as sugestões que poderiam ser encaminhadas à direção da IES para melhorar o trabalho do coordenador: existência de maior número de professores no corpo docente; laboratórios mais bem equipados; contratação de técnicos para os laboratórios; melhor distribuição das tarefas administrativas diárias; criar ferramentas de trabalho para auxiliar na gestão do curso; criação de um acervo de informações por curso; contratação de funcionário para auxiliar nas tarefas burocráticas; aumento da carga horária pedagógica do coordenador.

Os cursos de Design não têm particularidades que os isentem destes requisitos, e os projetos pedagógicos deveriam priorizar cargas horárias voltadas à formação de gestores, desenvolvendo suas habilidades e competências, para que tenham condições de fazer projeções, pensar no futuro e usar práticas gerenciais, a fim de reduzir evasões e estabelecer diretrizes para gerenciar as dinâmicas de trabalho de forma mais eficiente (GUIMARÃES, 2016, p.89).

Outras pesquisas selecionadas para a revisão de literatura e que abordam cursos tecnológicos são: a tese de Anna Cristina Pascual Ramos, para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP em 2014, intitulada “Formação para o trabalho: cursos superiores de tecnologia”; a dissertação de Juliana Favretto, para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo/Rio Grande do Sul em 2010, intitulada “Cursos superiores de tecnologia: surgimento, legislação e expansão no período pós-LDB” ; a tese de Anderson Antônio Mattos Martins, para a obtenção do grau de doutor no programa de Pós-Graduação em Engenharia de produção da Universidade Federal de Santa Catarina/Florianópolis em 2005, intitulada “Modelo de dimensões internas e externas para orientar as condições de autorização e de reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia”.

Percebe-se, em todas as pesquisas selecionadas, que existe uma prevalência pelo estudo das questões que envolvem a Região Sudeste do Brasil, que hoje constitui a região mais desenvolvida do país.

2.3 Definições do termo Design, Design Gráfico e Desenho Industrial

Normalmente entende-se o design industrial como a concepção de objetos para fabrico industrial, isto é, por meio de máquinas, e em série (MALDONADO, 1922, p. 11). A maioria dos produtos que nos acompanha em nossa vida diária foi objeto de um estudo de design industrial (SCHULMANN, 1994, p.9). Grande parte dos trabalhos sobre design inicia-se pela conceituação da profissão. Talvez esse tipo de ocorrência não se dê em outras áreas, mesmo as mais novas, como a informática e o marketing (NIEMEYER, 2007, p. 23).

A tentativa de conceituar a profissão sempre foi um dilema desde a época da Revolução Industrial, no início do século XVIII, na Inglaterra — época da transição dos métodos de produção artesanais para a produção por máquinas. O próprio Tomás Maldonado, designer, pintor, filósofo e professor argentino, já afirmava que a referida definição não apontava com nitidez a diferença existente entre a atividade do mesmo e a atividade de um engenheiro, haja vista que não diz onde começa nem onde acaba o papel projetivo de um e de outro no desenvolvimento de um produto fabricado industrialmente. Completa: por conseguinte, deixa por esclarecer em que condições um engenheiro pode eventualmente desempenhar, como muitas vezes acontece, a actividade de designer industrial e vice-versa (MALDONADO, 1922, p. 11).

Em inglês, a palavra *design* funciona como substantivo e também como verbo (ação que caracteriza muito bem o espírito da língua inglesa). Como substantivo significa, entre outras coisas, "propósito", "plano", "intenção", "meta", "esquema maligno", "conspiração", "forma", "estrutura básica". Na situação de verbo – *to design* – significa, entre outras coisas, "tramar algo", "simular", "projetar", "esquematizar", "configurar", "proceder de modo estratégico" (FLUSSER, 2007, p. 181). O filósofo e jornalista tcheco (naturalizado brasileiro) Vilém Flusser estudou profundamente a relação entre objetos e seres humanos, contribuindo desde a década de 1960 para consolidar o significado que a palavra *design* ocupa no espaço que lhe é conferido no discurso contemporâneo.

Esta pesquisa não se aprofundará na questão do termo Design, visto que o eixo tecnológico da área, já citado no item 1.4 “Os cursos do eixo tecnológico Produção Cultural e Design” são suficientes para mostrar que o campo, assim como os seus cursos, estão consolidados há mais de uma década para o Ministério da Educação (Conforme ANEXO F):

A atualização do CNCST consistiu de uma construção coletiva que contou com a participação de professores, especialistas e pesquisadores, entidades representativas das instituições de educação superior, entidades de representação profissional, dentre outros, inclusive via consulta pública por meio da qual se acolheram inúmeras sugestões para o aprimoramento do documento. Desse trabalho, resultou a revisão dos descritores dos 113 cursos já constantes do catálogo anterior, e o acréscimo de 21 novas denominações, totalizando 134 denominações de Cursos Superiores de Tecnologia a integrarem o novo CNCST. (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA, 2016, pg. 7).

DI é a atividade científica de projetar, integrando várias áreas do conhecimento e estabelecendo relações múltiplas para a solução de problemas de produção de objetos que têm por alvo-final atender às necessidades do homem e da comunidade (WITTER, 1985, p. 60-61). Esta definição é resultado de parte da pesquisa de Geraldina Witter, que solicitou em entrevista que 93 pessoas vinculadas ao ensino de DI no Brasil respondessem à questão: Que entende por DI?

O design tem sido entendido segundo três tipos distintos de prática e conhecimento. No primeiro, o design é visto como atividade artística, em que é valorizado no profissional o seu compromisso como artífice, com a estética, com a concepção formal, com a fruição do uso. No segundo, entende-se o design como um invento, como um planejamento, em que o designer tem o compromisso prioritário com a produtividade do processo de fabricação e com a atualização tecnológica. Finalmente no terceiro, aparece o design como coordenação, onde o designer tem a função de integrar os aportes de diferentes especialistas, desde a especificação de matéria-prima, passando pela produção à utilização e ao destino final do produto. Nesse caso, a interdisciplinariedade é a tônica (NIEMEYER, 2007, p. 24).

Os termos **Design**, **Design Gráfico** e **Desenho Industrial** em seu campo de atuação teórica são importantes para esta pesquisa, visto que se trata dos termos mais utilizados nos últimos anos como registro de nome dos cursos superiores de graduação tecnológica em Design.

No início da década de 1970, Aloísio Magalhães (1927-1982), professor da Esdi e consagrado designer gráfico, procurou o filólogo Antonio Houaiss na expectativa de ele encontrar a solução para a denominação adequada, em língua nacional, para a profissão. A sugestão do acadêmico foi o termo *projética*, que jamais passou a integrar o vocabulário de alguém. Qual teria sido a derivação para indicar o profissional? *Projetador, projeticista?* (NIEMEYER, 2007, p. 28).

A palavra **design** é de origem inglesa e significa tanto “desenho” quanto “projeto”; em latim, *designare* significa “escolher por sinais”. O termo pode ser empregado em diferentes contextos: design industrial, design de produto, design de automóvel, design gráfico, design de ambiente, design global, design prospectivo e gerenciamento de design (SCHULMANN, 1994 APUD SCHNAIDER, 2006, pg.9).

Fundamentalmente, o desenho industrial é uma disciplina de projeto — constitui o elo entre a indústria (produto) e o consumidor (usuário). O design gráfico é um processo técnico e criativo que utiliza imagens e textos para comunicar mensagens, ideias e conceitos, com objetivos comerciais ou de fundo social (PORTAL ADG, 2017).

O design industrial é um processo estratégico de resolução de problemas que impulsiona a inovação, constrói o sucesso do negócio e leva a uma melhor qualidade de vida por meio de produtos, sistemas, serviços e experiências inovadores (PORTAL THE WORLD DESIGN ORGANIZATION, 2017).

Saber projetar pode ser fácil quando se conhece exatamente as necessidades do consumidor, ou seja, quando se conhece o problema a ser resolvido. Projetar no campo do design necessita de um método; pesquisar sobre o que já foi feito de semelhante ao que se quer projetar, mesmo sem saber que materiais serão utilizados na sua construção e sem a definição da sua exata função (MUNARI, 1998 APUD SCHNAIDER, 2006, pg.10). Isso não significa, de forma alguma, perder a criatividade, mas sim ordenar o processo de criação para que o designer possa descobrir novos caminhos para a solução daquele mesmo problema.

Com o novo currículo mínimo do curso de desenho industrial, introduzido em 1988, foi feita uma redefinição dos termos adotados: desenho industrial passou a designar globalmente a profissão, enquanto programação visual e projeto de produto referiam-se às duas habilitações já existentes (NIEMEYER, 2007, p. 28).

O design gráfico está ligado à comunicação visual/programação visual, ou seja, às imagens que nossos olhos veem. Estas podem ser uma nuvem, uma flor, um desenho técnico, um sapato, um cartaz, uma libélula, um telegrama (excluindo o conteúdo), uma bandeira, etc (MUNARI, 1998 APUD SCHNAIDER, 2006, pg. 11).

Portanto, ao designer gráfico cabe a função de trabalhar os elementos visuais no papel ou na web: texto + imagem (foto ou ilustração). É justamente na forma visual da transmissão da informação que o designer gráfico atua, trabalhando a diagramação (organização das informações), combinando tipologias (texto), cores e organizando da melhor forma possível o espaço visual.

Em julho de 1988, a plenária final do V Encontro Nacional de Desenhistas Industriais (Endi), realizado em Curitiba, que reuniu participantes de todo o país (estudantes, docentes e profissionais da área), decidiu pela aprovação da proposta de alteração de nome da profissão para designer como termo genérico (NIEMEYER, 2007, p. 28).

“Ninguém fala sobre esse assunto. Ninguém conseguiu registrar a profissão de design aqui no Brasil. Tem várias escolas, tem faculdades de design e ninguém conseguiu registrar o design. Eu não consigo nem registrar o imposto sobre serviços da prefeitura como designer; eu sou registrado como artista comercial” (DVD ALEXANDRE WOLLNER E A FORMAÇÃO DO DESIGN MODERNO NO BRASIL, 2005). É importante ressaltar que Alexandre Wollner sempre foi reconhecido como um crítico na área do Design.

A cultura moderna, burguesa, fez uma separação brusca entre o mundo das artes e o mundo da técnica e das máquinas, de modo que a cultura dividiu-se em dois ramos estranhos entre si: por um lado, o ramo científico, quantificável, “duro”; por outro, o ramo estético, qualificador, “brando” (FLUSSER, 2007, p. 183). E foi justamente no final do século XIX que o termo Design consolidou-se como campo, através da brecha entre técnica e arte.

A palavra **design** permaneceu sem uma denotação específica no Brasil, não particularizando a profissão ou o seu conceito. No momento, há o emprego do termo **design** em áreas nas quais não há um trabalho conceitual e de projeto. Não é raro notarmos o uso indiscriminado da palavra **designer** para qualquer profissional que faça algum tipo de interferência formal ou gráfica (NIEMEYER, 2007, p. 27).

O que acontece até hoje, justamente pela falta de um órgão com autonomia para orientar e fiscalizar o exercício da profissão, é o uso impreciso no mercado de trabalho de termos compostos que se utilizam de parte das competências teóricas e práticas do designer gráfico, por exemplo, os já clássicos: *hair design* e *cake design*.

A palavra **design** adquiriu a posição central que tem hoje no discurso cotidiano porque estamos começando a perder a fé na arte e na técnica como fonte de valores. Porque estamos começando a escrever o design que há por trás delas (FLUSSER, 2007, p. 186).

3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Em seu sentido mais geral, método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um resultado desejado; ele depende, fundamentalmente, do **objeto da pesquisa** (CERVO, 2007, pg. 27).

O objeto desta pesquisa são **os cursos superiores de graduação tecnológica em design**. Para o levantamento dos dados, utilizaram-se os seguintes procedimentos:

- Pesquisa bibliográfica
- Pesquisa documental
- Seminário
- Entrevista Semiestruturada

Para a etapa final e conclusão, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de cursos superiores tecnológicos em Design do Estado do Rio de Janeiro.

3.1 Pesquisa Bibliográfica

Esta pesquisa diz respeito aos cursos superiores de Design — o campo mais recente da educação superior no Brasil: as graduações tecnológicas. À medida em que cada livro básico, dissertação e artigo relacionado ao ensino de *Design* eram lidos, citações eram separadas, a fim de contribuir para o esclarecimento do problema e verificação da hipótese proposta.

Artigos sobre o tema também foram publicados ao longo do desenvolvimento da tese no próprio Simpósio da Pós-Graduação em Design da ESDI (2015-2017) e em outras IES.

O interesse e a curiosidade do homem pelo saber levam-no a investigar a realidade sob os mais diversos aspectos e dimensões. Cada abordagem ou busca admite níveis diferentes de aprofundamento e enfoques específicos conforme o objeto de estudo, os objetivos visados e a qualificação do pesquisador. É natural, pois, a existência de vários tipos de pesquisa. Cada tipo de pesquisa possui, além do núcleo comum de procedimentos, suas próprias peculiaridades (CERVO, 2007, pg. 60).

Todas as dissertações que procuram retratar o processo histórico de criação, desenvolvimento e consolidação dos cursos de *Design* no Brasil, ou seja, que abordam o mesmo tema são apontadas no capítulo 2.

No entanto, a tese desenvolvida por Sydney Freitas para obtenção do grau de Doutor em Ciências em Engenharia de Produção no programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — destacou-se das demais pela utilização de métodos e técnicas semelhantes aplicadas. Conforme descrito no Capítulo 2 desta pesquisa, item 1.1 “Quatro pesquisas sobre o ensino de Design no Brasil até 1999”.

Já a dissertação de mestrado intitulada “Formação e perfil dos coordenadores de curso de ensino superior em Design” — concluída recentemente por Fernanda Rebelo Guimarães na Pós-Graduação em Design na ESDI — também mereceu destaque na área pelo caráter inovador, abordando questões como a formação e o perfil dos coordenadores-gestores, com o objetivo de sugerir um conjunto de requisitos para uma formação adequada dos gestores dos cursos superiores em Design. Sobretudo, é necessário “descobrir” algo que ainda não foi dito por eles (ECO, 2004, pg. 2).

A leitura dessas referências teóricas tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema, colaborando para a fundamentação da pesquisa e a elaboração da tese. Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias ideias e ordenar os dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um “objeto” que, como princípio, possa também servir aos outros (ECO, 2004, p. 5).

Parte do material impresso foi adquirida do acervo pessoal do orientador e a outra parte, em livrarias especializadas. Já o material digitalizado foi reunido na internet em sites de instituições conhecidas e renomadas com todas as fontes referenciadas.

Além disso, consultaram-se bibliotecas de instituições de ensino superior de grau tecnológico — publicações sobre a metodologia de ensino-aprendizagem aplicada em sala de aula, assim como o material do projeto do curso em questão. Algumas obras importantes para a fundamentação teórica desta pesquisa serão comentadas, para que se compreenda o momento atual em que se encontra o campo do ensino de Design no país.

3.1.1 Grupo Básico

A pesquisa de FREITAS (1999) foi escolhida como modelo para a organização do problema. Métodos e técnicas aplicadas são atemporais, ou seja, totalmente adequados a uma investigação atual sobre o processo educativo dos cursos de graduação tecnológica em Design Gráfico. A escolha se deu, então, por três motivos:

- Configura a mais recente tese publicada na área.
- Trata-se de uma pesquisa teórica na qual o autor já levanta, de forma bastante aprofundada, todas as dissertações anteriores: BOMFIM (1978), WITTER (1984) e NIEMEYER (1995).
- Não existe nenhuma outra investigação ampla sobre o processo educativo dos cursos de graduação tecnológica em Design Gráfico que atenda aos objetivos desta pesquisa.

3.1.2 Grupo Temático

O material que compõe o grupo temático foi levantado e organizado pelos seguintes temas até o momento:

- História do Brasil
- História da Educação Profissional
- Pesquisa Bibliográfica e Documental
- Documentos do Inep e do MEC
- Metodologia de Projeto

- Outros

3.2 Pesquisa Documental

Os dados e fatos colhidos da própria realidade, disponibilizados nesta pesquisa, foram retirados do portal do MEC, configurando uma pesquisa documental. Os dados, por ocorrerem em seu hábitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito (CERVO, 2007, pg. 62).

Com efeito, elaborar uma tese significa: (1) identificar um tema preciso; (2) recolher documentação sobre ele; (3) pôr em ordem estes documentos; (4) reexaminar em primeira mão o tema à luz da documentação recolhida; (5) dar forma orgânica a todas as reflexões precedentes; (6) empenhar-se para que o leitor compreenda o que se quis dizer e possa, se for o caso, recorrer à mesma documentação a fim de retomar o tema por conta própria (ECO, 2004, pg. 5).

Para viabilizar a coleta de dados sobre as IES e os respectivos cursos de Design no Brasil, a pesquisa desdobrou-se em análise e discussão dos mesmos. Foram elaboradas perguntas referentes a cada dado levantado que envolvessem o assunto Ensino e Pesquisa nos cursos superiores de Tecnologia em Design no Brasil; instrumentos, como o Seminário, foram utilizados para medir com mais exatidão essas questões.

A pesquisa descritiva, sob forma assumida de pesquisa documental, busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO, 2007, pg. 62).

São estudos descritivos como este que geram dados sobre as relações existentes em determinada comunidade e que visam identificar suas estruturas, formas, funções e conteúdos, além de traçar o perfil de indivíduos e grupos.

3.3 Seminário “Ensino de design em Portugal” - data do evento: 22/06/2016

A condução de um seminário é uma das atividades obrigatórias para a formação no Programa de Pós-Graduação em Design da ESDI, além do cumprimento de determinado

número de créditos de carga horária, publicação de no mínimo dois trabalhos acadêmicos e estágio docente.

O seminário em questão apresentou-se dentro da técnica painel com interrogadores ou audiência de comissão. O objetivo dessa técnica é informar, esclarecer e aprofundar um assunto por meio de perguntas elaboradas por um grupo seletivo de interrogadores a um grupo seletivo de especialistas. Portanto, os participantes foram divididos em dois grupos: os interrogadores e os especialistas (MANUAL DE TÉCNICAS DE CONCLAVES, 1996, p. 51).

O evento aconteceu no auditório de Pós-Graduação da ESDI — situada na Rua Evaristo da Veiga nº 95, Centro, Rio de Janeiro — às 15h do dia 22 de junho de 2016 e durou três horas. O grupo de discussão era formado pela pesquisadora no papel de moderadora (professora e coordenadora de curso superior tecnológico em Design Gráfico), pelo especialista e palestrante convidado (professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Design da ESDI), dois interrogadores alunos do Programa de Pós-Graduação em Design da ESDI (um professor Doutor de curso tecnológico em Design Gráfico e um coordenador de curso), além do público (dirigentes, professores e alunos da ESDI).

Após a preparação do local, a moderadora abriu a sessão apresentando o grupo para o público presente. As fases da sessão foram explicadas, principalmente sobre a técnica que seria utilizada. Informou-se que após as apresentações dos interrogadores, seguida da especialista, seriam iniciadas as perguntas sobre o ensino de design, temática principal do seminário. Quando o assunto é complexo ou polêmico, os questionamentos feitos por pessoas mais preparadas contribuem para um melhor esclarecimento do público (MANUAL DE TÉCNICAS DE CONCLAVES, 1996, pg. 51).

A primeira apresentação iniciou com um quadro alusivo ao intervalo entre as quatro pesquisas mais relevantes na área, encontrado no Capítulo 2 - Ensino e pesquisa em design no Brasil, pg. 45. Comentou-se sobre os dois últimos tipos de busca realizados no portal do MEC — consulta textual por nome de curso e consulta interativa por estados e nome de curso — Finalizou-se a sessão com uma observação a respeito da importância do Cadastro e-MEC, única ferramenta disponível atualmente que permite ao público a consulta de dados sobre instituições de educação superior e cursos.

A segunda apresentação abordou a gestão de escritórios de Design com objetivo de mostrar a relação entre o currículo e a atividade profissional. Discutiui-se sobre as alternativas existentes no mercado atual brasileiro para a profissão: abrir a própria empresa; ser empregado em escritório de design; trabalhar em departamento de design na área industrial ou com atuação diferente do design; atuar como *freelancer* e/ou na academia.

A terceira apresentação tratou da formação em gestão do coordenador de curso. A principal atividade do coordenador de curso é gerenciar um conjunto de funções acadêmicas, institucionais e administrativas. A palestrante principal encerrou as apresentações com o tema “Ensino de Design em Portugal”, o que possibilitou traçar relações históricas com o desenvolvimento das escolas de design brasileiras e entender como se deu a formação do ensino superior em Portugal.

Durante as perguntas, após todas as apresentações concluídas, surgiram questionamentos e discussões sobre a função do coordenador de curso (cargo inexistente no ensino superior de Portugal), o campo da regulação das IES e o currículo atual do profissional.

3.4 Entrevistas semiestruturadas com coordenadores de curso

A técnica escolhida para a coleta de dados foi a da entrevista semiestruturada, que permite, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão do entrevistado e a manutenção do foco pelo entrevistador (GIL, 2010, p. 137).

Foram selecionados coordenadores e ex-coordenadores de cursos superiores de graduação tecnológica em Design Gráfico do Estado do Rio de Janeiro. Todos os convidados aceitaram participar da pesquisa e da entrevista, realizadas individualmente.

Evidentemente que a opinião dos coordenadores não expressa de maneira completa a opinião de todos os coordenadores de cursos superiores em Design do Brasil. Contudo, esses profissionais são líderes de opinião na área e as instituições que eles representam têm reconhecida influência no mercado acadêmico regional.

Os entrevistados pertencem às seguintes IES: Escola Superior de Propaganda e Marketing-ESPM, Faculdade de Tecnologia SENAC Rio-FATEC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense-IF Fluminense, Instituto INFNET Rio de Janeiro-INFNET, Universidade Castelo Branco-UCB, Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy-UNIGRANRIO, Universidade Estácio de Sá-UNESA e Universidade Veiga de Almeida-UVA.

Para a entrevista semiestruturada (semidiretiva ou semiaberta), na elaboração das perguntas, foram considerados o problema, a hipótese e os objetivos da pesquisa. A pauta constou de 10 perguntas, todas de opinião, divididas em 4 grupos temáticos:

- Sobre a Formação Tecnológica – 3 perguntas

Procuram saber a opinião dos coordenadores de curso sobre a formação tecnológica em Design Gráfico e suas diferenças e/ou semelhanças com os cursos de grau Bacharelado no Brasil.

- Sobre os Indicadores de Qualidade – 2 perguntas

Têm por objetivo saber o conhecimento acerca das particularidades dos Indicadores de Qualidade da Educação superior calculados pelo Inep para os cursos superiores de graduação tecnológica. Aborda o conteúdo e o resultado da prova do ENADE (2015).

- Sobre as Habilitações em Design – 2 perguntas

Visam validar se os coordenadores de curso acompanham o crescimento e a segmentação da área nas diferentes regiões do país. Contemplam as questões práticas sobre quantidade, habilitações e tipos de cursos de Design ofertados nos dias atuais.

- Sobre Pesquisa – 2 perguntas

Objetivam saber como os coordenadores de curso veem a importância da iniciação científica nos cursos tecnológicos em Design; se os seus alunos participam de algum programa de pesquisa, e se conhecem pesquisadores relevantes na área.

3.4.1 Entrevista piloto

Foi realizada entrevista-piloto com ex-coordenador de curso de graduação tecnológica em Design Gráfico. A pauta inicial sofreu algumas alterações: sugeriu-se que as perguntas relativas às quantidades de cursos fossem práticas e que a pergunta sobre História da Educação Profissional no Brasil fosse retirada, já que a pesquisa contempla estas informações mediante uma linha do tempo. O entrevistado alegou que era improvável o conhecimento dos coordenadores neste nível aprofundado. A entrevista durou 14 minutos.

3.4.1 Entrevista Semiestruturada

Manteve-se o agrupamento em 4 temas: Sobre a Formação Tecnológica; Sobre os Indicadores de Qualidade; Sobre as Habilitações em Design; Sobre Pesquisa. Foram

solicitados dados sobre o currículo dos entrevistados; emissão de opiniões; conceituações; definições.

A titulação de todos os coordenadores de curso foi comentada no início da entrevista por meio do preenchimento do seguinte cabeçalho: nome, coordenador da IES, período como coordenador, última titulação e minicurrículo. Antes das gravações iniciarem de fato, fez-se um alinhamento com cada entrevistado sobre a pesquisa: tema, problema, hipótese e objetivos, criando um clima amistoso e agradável para as perguntas de cunho pessoal. Também reforçou-se o caráter confidencial das informações pessoais na pesquisa.

Foram elaboradas 8 perguntas abertas (1 dupla) e 2 fechadas práticas (uma com tabela para ordenação da quantidade de cursos na área por quantidade e outra com gráfico-pizza para desenhar/completar sobre a especificidade dos tipos de cursos).

Tipos de perguntas por tema:

- Sobre a Formação Tecnológica – composta por três perguntas abertas: uma pergunta de opinião sobre a contribuição da formação tecnológica para a área; uma pergunta de opinião sobre a escolha entre um curso superior de tecnologia e um bacharelado; uma pergunta de cunho extremamente pessoal, buscando saber se o entrevistado incentivaria seu filho a fazer um curso tecnológico.
- Sobre os Indicadores de Qualidade – duas perguntas abertas: uma de conhecimento sobre os indicadores de qualidade para os cursos de Design Gráfico; outra sobre a opinião a respeito da prova do ENADE, envolvendo conteúdo e resultado das provas.
- Sobre as Habilitações em Design – composta de três perguntas fechadas: uma com cartões impressos contendo as habilitações da área: Design de Animação, Design de Carnaval, Design Digital, Design Educacional, Design de *Games*, Design Gráfico, Design de Interiores, Design de Moda, Design de Produto, Design Publicitário e *Web Design*, para ordenação por maior quantidade de curso numa tabela vazia; uma pergunta para pintar a quantidade desses tipos de cursos – bacharelado, tecnológico, sequencial e licenciatura – num gráfico-pizza em branco; uma pergunta outra sobre a opinião a respeito da Região Sudeste e Sul constituírem as únicas regiões do país que apresentam a maior quantidade de cursos em Design Gráfico no grau bacharelado.
- Sobre Pesquisa – duas perguntas abertas: uma sobre o conhecimento no tema “Ensino e Pesquisa em Design”, solicitando a citação do nome da pesquisa e/ou do pesquisador; outra sobre a importância da iniciação científica nos cursos tecnológicos em Design Gráfico.

O material foi organizado seguindo as categorizações definidas e a ordem estabelecida. Excluíram-se as informações que estivessem demasiadamente afastadas dos

objetivos da pesquisa. As perguntas foram prontamente respondidas; as gravações variaram de 14 a 47 minutos, seguindo rigorosamente a ordem estabelecida na pauta. Evitaram-se interferências externas e conversas entre pesquisador e entrevistado que pudessem caracterizar fator de indução.

Para análise das entrevistas, confrontaram-se dados e opiniões, visando identificar pontos comuns e divergentes entre os coordenadores de curso e os resultados organizados a partir da pauta. Os discursos não previstos, mas considerados relevantes para a pesquisa, foram classificados de acordo com os critérios — Formação Tecnológica, Indicadores de Qualidade, Habilitações em Design e Pesquisa.

Dos 8 coordenadores e ex-coordenadores de curso em Design Gráfico, somente um foi descartado da amostra. Um dos cursos, apesar do nome Design Gráfico registrado no portal do MEC, tem a grade curricular totalmente diferenciada: trata-se de um curso de Ilustração e Animação Digital. As respostas foram agrupadas a fim de se identificar palavras, termos e expressões que indicassem um consenso do grupo a respeito de cada questão levantada.

3.5 Tag Cloud

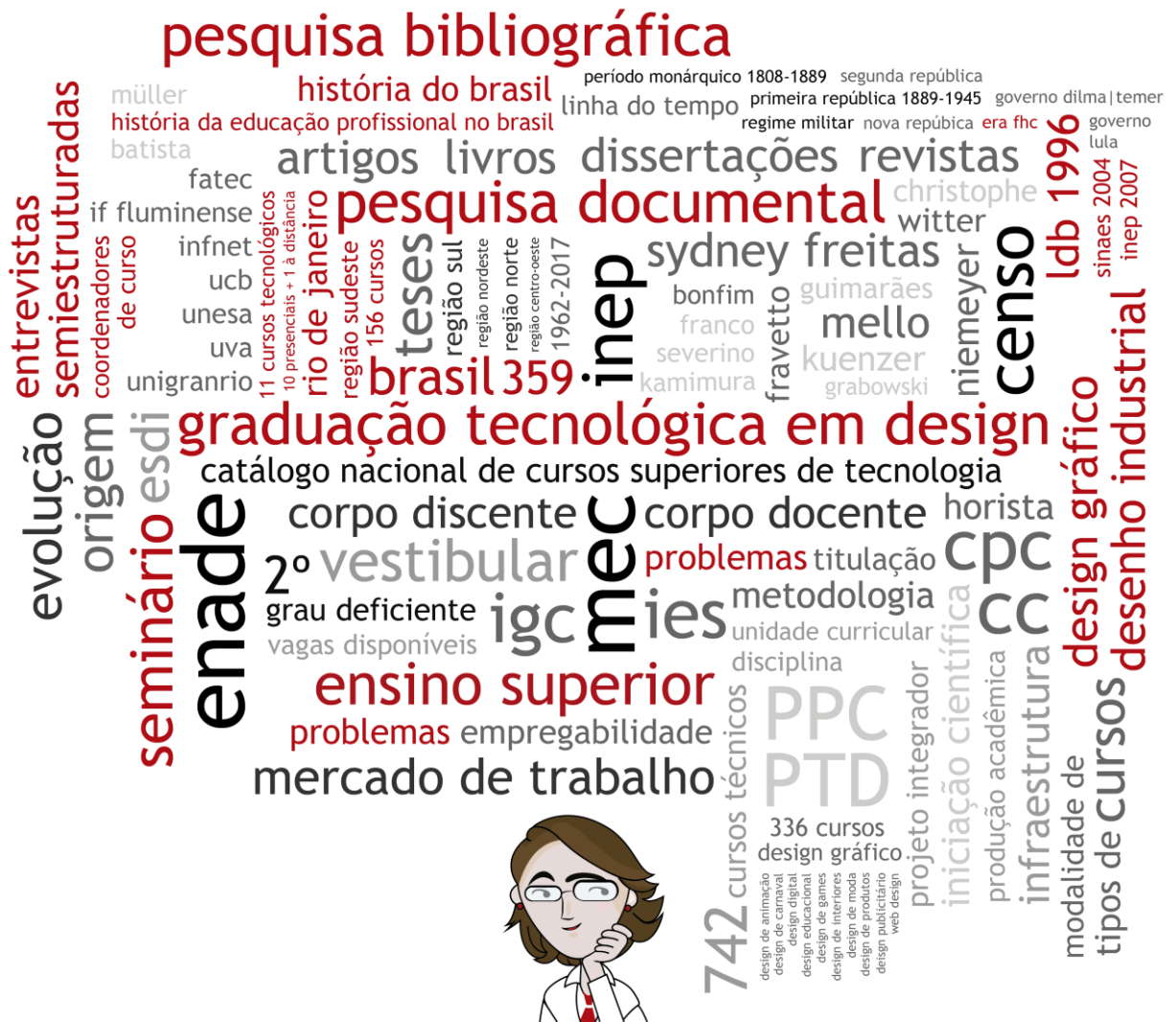


Figura 8: *Tag Cloud* dos cursos superiores de tecnologia em design: expansão e contexto atual da oferta no Brasil.

Construiu-se manualmente uma *tag cloud* (nuvem de palavras) dos cursos superiores de tecnologia em Design, ou seja, não utilizou-se ferramenta automática pronta. A ideia básica foi construir uma lista de *tags* e frequência das mesmas baseada na popularidade e/ou no número de itens associados no texto da pesquisa; o tamanho, destaque em negrito e a cor das palavras correspondem à ênfase dada àquela determinada *tag*.

A nuvem de palavras foi criada no programa Adobe Illustrator e foi sendo desenhada aos poucos, acompanhando o processo de desenvolvimento da pesquisa. O ponto de partida foram as palavras-chave: Pesquisa documental, Ensino superior e Graduação tecnológica em *design*; esta última centraliza todo o desenho, uma vez que é o objeto da pesquisa. O destaque em tamanho de fonte e na cor vermelha foi proposital, visto que a segunda camada de palavras constitui a hipótese da pesquisa: ENADE, INEP e MEC. Para finalizar a *cloud tag*,

os demais espaços vazios do desenho foram sendo preenchidos de palavras que naturalmente surgiram ao longo da pesquisa.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Este capítulo apresenta análises quantitativas da pesquisa documental por meio de figuras e gráficos gerados do levantamento de dados do portal e-MEC; bem como dados de artigos apresentados em Simpósios da ESDI, entre 2015 e 2016, além de outras publicações relevantes. As respostas das entrevistas semiestruturadas com os coordenadores de cursos superiores de graduação tecnológica em Design Gráfico do Rio de Janeiro mostram a opinião a respeito de cada questão levantada, configurando o nível de entendimento e envolvimento deles sobre os seguintes assuntos: Formação Tecnológica, Indicadores de Qualidade, Habilitações em Design e Pesquisa.

Os dados atualizados para 2017 são apontados durante o capítulo, conforme necessário. Nos anexos, encontram-se as tabelas por regiões do país que mostram cronologicamente todas as IES, as informações principais dos cursos em atividade, além de outras referências, tais como: data de registro no portal e-MEC, nome do curso, grau, modalidade e vagas.

4.1 Campo do Ensino Tecnológico em Design no Brasil

Datando da década de 1960, o registro dos primeiros cursos superiores de Design no Brasil no portal do MEC e somente as Regiões Nordeste e Sudeste apresentam cursos registrados naquela época. O curso de bacharelado em Design e na modalidade presencial, da UFBA-Universidade Federal da Bahia, consta com data de início de funcionamento em 08/03/1961 (PORTAL DO MEC – CONSULTA TEXTUAL, 2018). Os cursos de Desenho Industrial da FAAP-Faculdade de Artes Plásticas da Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, e da UERJ-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ambos também no grau bacharelado e na modalidade presencial, foram registrados, respectivamente, em 1967 e 1969. Já o curso mais recente é o de Design Gráfico, na UDF-Centro Universitário do Distrito Federal, no grau tecnológico e na modalidade presencial, registrado em 02/02/2016.

Somente em 2000, há no portal do e-MEC o primeiro registro oficial de um curso superior tecnológico em Design Gráfico no IFPE-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (PORTAL DO MEC – CONSULTA TEXTUAL, 2016). Em 1968, aprovou-se, no Brasil, a figura da modalidade de tecnólogo como graduação de natureza especial. São cursos cuja duração, fixada em horas, varia entre 1.600 horas e 2.400 horas (PORTAL MEC-CNE-APRESENTAÇÃO, 2016); seu formato é mais compacto. Os cursos de tecnólogo em design têm carga horária a partir de 1.600 horas e duração mínima de dois anos (CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA, 2016, pg. 123), assim como a carga horária dos cursos de bacharelado em design na modalidade presencial têm a carga horária a partir de 2.400 horas (PORTAL MEC–CARGA HORÁRIA–ENSINO SUPERIOR - BACHARELADO, 2016) e duração mínima de três anos.

O Curso de DI da UFPB¹ foi criado em 1978, conforme citação na pesquisa de Geradina Witter (1985). Contudo, atualmente não há registro desse curso no portal do MEC.

No 1º SPGD-Simpósio de Pós-Graduação em Design da ESDI, o artigo intitulado “Amostragem do crescimento e da distribuição dos Cursos de Design nas Instituições de Educação Superior-IES”, com base no portal do MEC, apresentou dados que mostram uma prevalência sob as rubricas Design, Design Gráfico e Desenho Industrial em relação às demais habilitações (SCHNAIDER, 2015). A quantidade de cursos com estas denominações é elevada em relação a outras habilitações em Design, tais como: Moda, Interiores, Produto, Joias, etc.

Para a apresentação dos dados, foram consideradas as seguintes categorias: região/estado, atividade/extinção, habilitações e modalidade. O objetivo do trabalho é contribuir para a visualização do cenário de ensino de design no Brasil e, desta forma, melhorar a qualidade do ensino. Realizada a consulta textual no portal do MEC por “Nome de Curso”, verificaram-se-se 38 Nomes diferentes para as habilitações em *Design*, dentre 1.511 cursos (PORTAL DO MEC – CONSULTA TEXTUAL, 2015).

Para facilitar o entendimento, separaram-se esses 38 nomes de cursos por áreas, agrupados em 11 categorias: Design Gráfico, Design de Moda, Design de Interiores, *Web Design*, Design de Produtos, Design Digital, Design de Joias e Gemas², Design de Games, Design de Animação, Design de Carnaval e Design Publicitário. Para esta categorização, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2016 foi uma referência fundamental,

¹ A Universidade Federal da Paraíba oferece um curso de bacharelado em design, cuja data de início de funcionamento data de 07 de maio de 2007. O mesmo oferece a carga horária mínima de 2.820 horas, com periodicidade semestral (8.0) e 50 vagas autorizadas (PORTAL DO MEC – CONSULTA TEXTUAL, 2016).

² A O curso de Design de Jóias e Gemas estava sendo ofertado pela faculdade Cambury-GO, no grau tecnológico e na modalidade presencial (busca realizada em: 13/03/2016). Seu registro atualmente não aparece mais no portal e-MEC (2017).

visto que mesmo em sua terceira edição, manteve praticamente as mesmas denominações de cursos disponibilizadas das edições anteriores (2006 e 2010); conforme item 1.3 “Definições e estrutura dos cursos superiores de tecnologia” desta pesquisa.

Os dados apresentados no referido artigo decorreram de uma busca geral no cadastro por Nome de Curso “*Design*”. Após o resultado da consulta, verificou-se que o portal do MEC não estava naquele momento com os botões “Exportar PDF” e ou “Exportar Excell” ativos no sistema. Com isso, foram retirados *prints* de telas com Registros de 30 cursos por página para análise dos resultados.

No 2º SPGD-Simpósio de Pós-Graduação em *Design* da ESDI, o artigo intitulado “A distribuição dos cursos superiores de design no Brasil”, também com base no portal do MEC, buscou atualizar alguns dados anteriores (SCHNAIDER, 2016). Constatou-se, nesta época, que a ferramenta do sistema no portal do MEC estava exportando corretamente os documentos solicitados. Tal fato possibilitou uma verificação mais precisa dos dados sobre as IES brasileiras na área.

Realizou-se novamente a busca geral por Nome de Curso “*Design*” no portal do MEC, separou-se os mesmos por áreas e agrupou-se em 11 (onze) categorias: Design Gráfico, Design de Moda, Design de Interiores, Web Design, Design de Produtos, Design Digital, **Design Educacional**, Design de Games, Design de Animação, Design de Carnaval e Design Publicitário.

Já o curso de tecnólogo em Design Educacional, pertencente à UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo, é na modalidade a distância e consta no registro do MEC como um curso em atividade. Contudo, no site institucional da universidade, o curso está previsto para iniciar somente em 2017, oferecendo 200 (duzentas) vagas por semestre e será a primeira graduação a distância da UNIFESP.

O designer educacional possui um perfil multi e interdisciplinar e suas ações permeiam os campos da educação, da tecnologia, design, comunicação e a gestão de processos. No campo da educação à distância, o designer educacional é um formador que busca construir o diálogo com o aluno, mediado por recursos digitais e eletrônicos, em parceria com os professores, somando suas competências ao conhecimento dos docentes em relação aos conteúdos, metodologias e aos processos didáticos. A profissão foi oficialmente descrita e incorporada à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2008. (PORTAL UNIFESP, 2016).

Em artigo publicado na Revista Diálogo com a Economia Criativa v. 1, n. 3 (2016) do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa da ESPM-Rio, intitulado “Os cursos superiores de design no Brasil”, o enfoque foi no indicador de qualidade ENADE. Tabelas e gráficos mostram os cursos superiores na área que obtiveram nota 5. O grupo

explorado foi o mesmo indicado acima: os 185 cursos superiores tecnológicos de graduação em design, design gráfico e ou desenho industrial em atividade no Brasil.

Hoje, além do aumento de bacharelados, surgiu um número expressivo de cursos de graduação tecnológica em design, sendo **o nome Design Gráfico o que mais aparece como oferta nas variadas instituições das diversas regiões do Brasil.**

Este capítulo traz o resultado de duas buscas diferentes realizadas no portal e-MEC: a primeira, uma consulta textual por nome de curso Design; a segunda, uma Busca Interativa por Estados e por nome de curso Design/Design Gráfico/Desenho Industrial. A segunda busca é mais refinada que a primeira, feita em três etapas e por Estado. Existem cursos ainda no país cujo nome de registro é Desenho Industrial, e como a grade curricular é semelhante aos dos cursos ditos “novos” de nome Design ou Design Gráfico, esta opção é a mais completa para estudo.

A escolha do termo Design na primeira busca é justificada pelo objetivo de configurar o campo dos cursos superiores tecnológicos de uma forma ampla. Torna-se importante para mostrar o quanto a área cresceu nos últimos anos. Já na segunda busca, encontra-se o foco principal da pesquisa, uma vez que mostra dados reais das IES em funcionamento nos cursos em Design/Design Gráfico/Desenho Industrial em atividade e registrados no portal.

Os cursos são denominados pelos nomes Design, Design Gráfico e/ou Desenho Industrial. Encontram-se também nos registros do MEC alguns cursos mais novos registrados com os nomes Design Visual e Design de Produto.

4.2 Pesquisa por cursos de Design

Atualizado o relatório da consulta textual no portal do MEC por “nome de curso - Design” em 13 de março de 2016, considerando as categorias região/estado, atividade/extinção, habilitações e modalidade, verificaram-se, novamente, 38 nomes diferentes para as habilitações em design, dentre os 742 cursos (PORTAL DO MEC – CONSULTA TEXTUAL, 2016).

Os dados apresentados nesta pesquisa decorreram de uma busca geral no cadastro por nome de curso “Design”. Após o resultado da consulta, clicou-se no botão “exportar PDF” ativo no sistema. A partir desta etapa, foi gerado um documento pelo sistema e-MEC, que apresenta uma tabela com o nome da IES, Nome do Curso, Grau, Modalidade,

CC, CPC e ENADE, mostrando 30 resultados por página.

Para facilitar o entendimento, separaram-se resultados por áreas e agrupou-se em 11 categorias: Design Gráfico, Design de Moda, Design de Interiores, *Web Design*, Design de Produtos, Design Digital, Design Educacional, Design de *Games*, Design de Animação, Design de Carnaval e Design Publicitário.

1. Design Gráfico - 173 cursos em Design, 148 cursos em Design Gráfico, 1 curso em Design Programação Visual, 1 curso em Interdisciplinar em Artes e Design, 1 curso em Artes Visuais-Design Gráfico, 1 curso em Comunicação Visual Design e 1 curso em Design Visual. **Total: 336.**

2. Design de Interiores – 165 cursos em Design de Interiores, 2 cursos em Design de Ambientes, 1 curso em Artes Visuais-Design de Interiores e 1 curso em Decoração e Design. **Total: 169.**

3. Design de Moda – 151 cursos em Design de Moda, 1 curso em Design de Moda-Estilismo, 1 curso em Design de Moda-Modelagem, 1 curso em Design-Moda, 1 curso em Moda, Design e Estilismo, 1 curso em Moda e Design, 1 curso em Desenho Industrial-Design de Moda e 1 curso de Design de Calçados. **Total: 158.**

4. Design de Produtos – 47 cursos em Design de Produtos, 1 curso em Design de Móveis, 1 curso em Design-Industrial e 1 curso em Design de Embalagens. **Total: 50.**

5. Web Design – 1 curso em *Web Design* e Programação, 6 cursos em *Web Design*, 1 curso em *Web Designer* e *Web Master*, 1 curso em Comunicação em criação e Desenvolvimento de *Websites* e Design, 2 cursos em tecnologia da Informação em *Web Design*, 1 curso em Projeto em *Web Design*, 1 curso em *Web Design* e *Internet*, 1 curso em *Web Designer*. **Total: 14.**

6. Design Digital – 8 cursos em Design Digital e 1 curso em Desenho Industrial-Design Digital. **Total: 9.**

7. Design de Games – 2 cursos. **Total: 2.**

8. Design de Animação – 1 curso. **Total: 1.**

9. Design de Carnaval – 1 curso. **Total: 1.**

10. Design Educacional– 1 curso. **Total: 1.**

11. Design Publicitário – 1 curso. **Total: 1.**

A seguir, apresenta-se um gráfico que facilita a visualização do resultado:

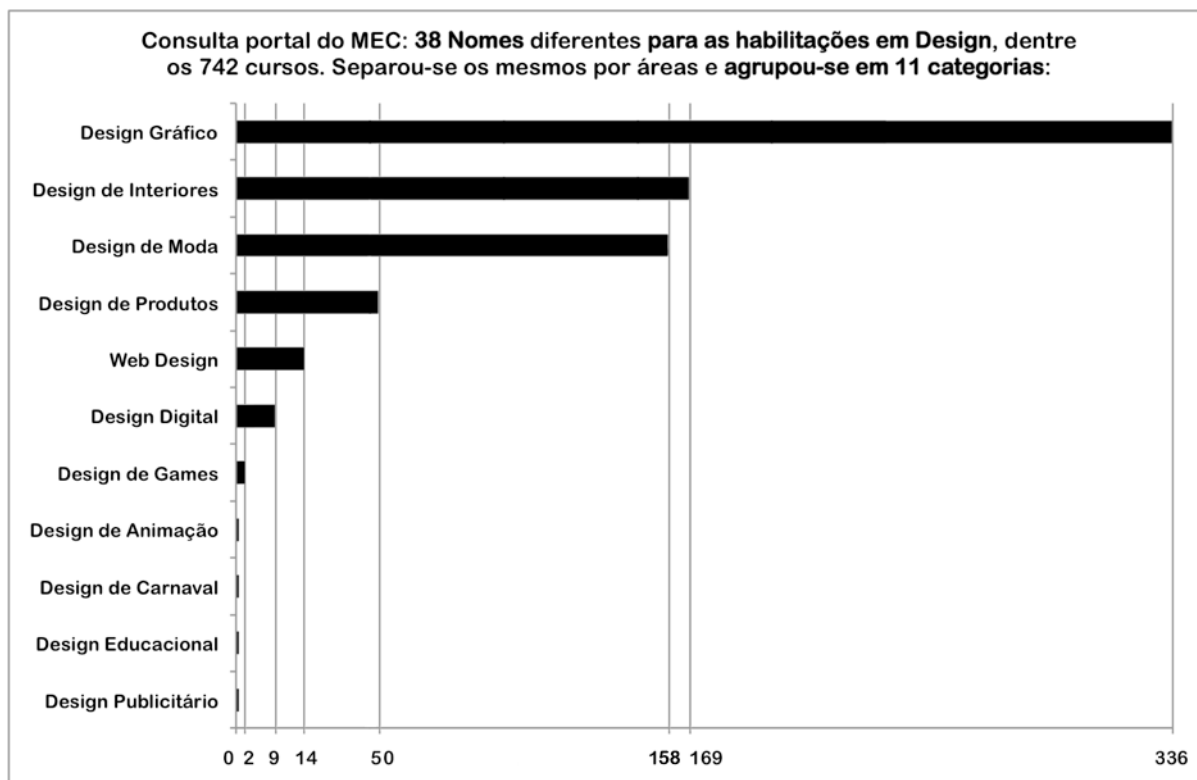


Figura 9: Resultado por consulta no cadastro e-MEC por cursos de Design, separados por áreas e agrupados em 11 categorias: Design Gráfico, Design de Moda, Design de Interiores, *Web Design*, Design de Produtos, Design Digital, Design Educacional, Design de *Games*, Design de Animação, Design de Carnaval e Design Publicitário (Relatório extraído do portal e-MEC em 13/03/2016).

Ao observar o gráfico, fica evidente a quantidade de cursos superiores no grupo **Design Gráfico**, representado pelos cursos em Design, Design Gráfico, Design Programação Visual, Interdisciplinar em Artes e Design, Artes Visuais-Design Gráfico, Comunicação Visual Design e Design Visual. Este grupo (336) representa quase o dobro da quantidade de cursos do segundo maior grupo Design de Interiores (169).

4.2.1 Tipos de Cursos

A seguir, apresenta-se outro gráfico que facilita a visualização da realidade brasileira na categoria grau X IES cadastradas no portal do e-MEC que possuem cursos de Design. Considerou-se, novamente, todas as diversidades por nome do curso:

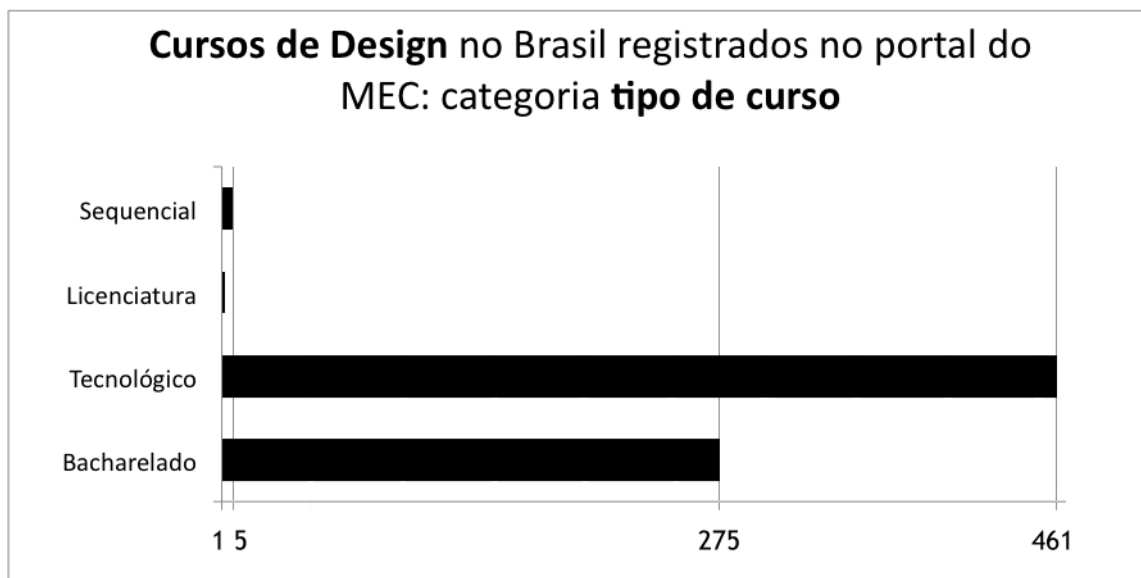


Figura 10: Resultado por Consulta Textual/Curso de Graduação/Nome do Curso/Design no cadastro e-MEC (742 cursos). (Relatório extraído do portal e-MEC em 13/03/2016)

Ao observar o gráfico, fica evidente a quantidade superior de **cursos no grau tecnológico: 63% do total (742)**. Os cursos no grau bacharelado representam 37%, os sequenciais 0,7% e os licenciatura 0,1%.

Segue abaixo uma tabela detalhada com número de cursos em Design por áreas/grupos nos graus: Bacharelado, Tecnológico, Licenciatura e Sequencial:

Áreas/Grupos	Cursos	Bacharelado	Tecnológico	Licenciatura	Sequencial
Design Gráfico	336	199	137	0	0
Design de Interiores	169	9	149	0	1
Design de Moda	158	37	127	1	0
Design de Produtos	50	16	37	0	0
Web Design	14	2	9	0	3
Design de Digital	9	9	0	0	0
Design de Games	2	2	0	0	0
Design de Animação	1	1	0	0	0
Design de Carnaval	1	0	1	0	0
Design Educacional	1	0	1	0	0
Design Publicitário	1	0	0	0	1
Total:	742	275	461	1	5

Tabela 2: Número de cursos no cadastro e-MEC por áreas/grupos nos diferentes graus.

Os 336 cursos do grupo Design Gráfico, como já foi comprovado, constituem quase o dobro em quantidade do total de cursos dos demais grupos. Portanto, merecem destaque para maior compreensão dos dados: os cursos de nome Design são 171 no grau de bacharelado e 2 no grau tecnológico; os cursos de nome Design Gráfico são 24 no grau de bacharelado e 134

no grau tecnológico; o curso de nome Design Programação Visual é no grau tecnológico; os demais, Interdisciplinar em Artes e Design, Artes Visuais-Design Gráfico, Comunicação Visual e o Design Visual, são todos no grau de bacharelado.

Segue o gráfico abaixo para uma melhor visualização do grupo **Design Gráfico**:

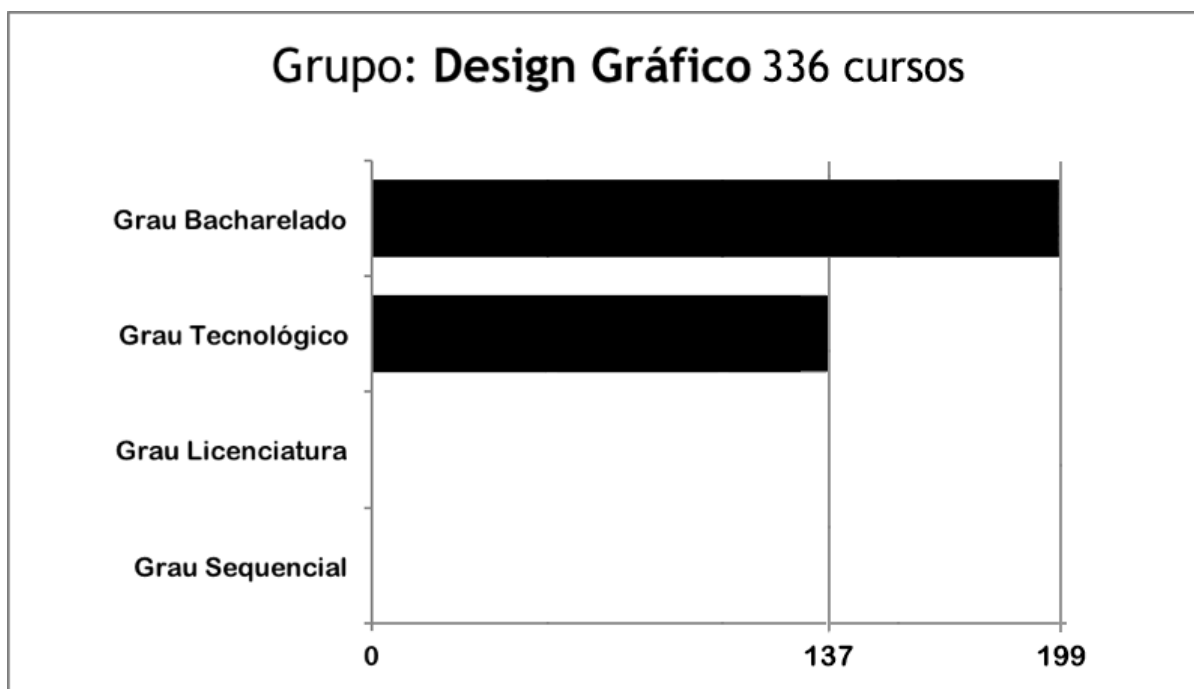


Figura 11: Resultado do grupo Design Gráfico — que engloba os cursos de nome Design, Design Gráfico, Design Programação Visual, Interdisciplinar em Artes e Design, Artes Visuais-Design Gráfico, Comunicação Visual Design e Design Visual — por graus sequencial, licenciatura, tecnológico e bacharelado.

Percebe-se que a maioria dos cursos é predominantemente no grau bacharelado. Os demais cursos com grau licenciatura e/ou sequencial são na modalidade presencial. Contudo, como a quantidade de registros de cursos com estes graus são mínimos, esta pesquisa não contemplará esses dados no momento.

4.2.2 Modalidade dos cursos

Os 742 cursos superiores de Design dividem-se em 734 na modalidade presencial e 8 na modalidade a distância. Nos cursos na modalidade a distância, destacam-se as seguintes áreas: 1 curso em Design Educacional, 3 cursos em Design Gráfico, 2 cursos em Design de Interiores, 1 curso em Design de Modas e 1 curso em *Web Design e Programação*.

A graduação a distância de tecnologia em Design Educacional será oferecida na UNIFESP-Universidade Federal de São Paulo a partir de 2017 (PORTAL DA UNIFESP, 2016). Os três cursos em Design Gráfico a distância são CEUCLAR-Centro Universitário Claretiano/SP, Instituto INFNET/RJ e UNIASSELVI-Centro Universitário Leonardo da Vinci/SP.

A CEUCLAR é uma Instituição de Ensino que possui apenas um curso nesta área. O INFNET apresenta um curso na mesma área de nome Design Gráfico na modalidade da Educação Presencial (desde 2007). A UNIASSELVI possui o mesmo curso em Indaial, Santa Catarina (desde 2006).

Quanto aos cursos do grupo Design de Interiores, o INFNET (unidade do Rio de Janeiro) e o Centro Universitário de Maringá (no Paraná) possuem o mesmo curso, apenas na modalidade presencial.

Todos os cursos encontram-se em situação de funcionamento — com exceção do curso de *Web Design* e Programação na Universidade do Sul de Santa Catarina — conforme tabela abaixo:

IES	Áreas/Grupos	Grau	Data início do curso	Carga Horária	Períodos	Nº Vagas
CEUCLAR	Design Gráfico	Tecnológico	9/02/2008	1.600hs	Semestral 4.0	150
INFNET	Design Gráfico	Tecnológico	14/04/2005	2.182hs	Trimestral 12.0	500
	Design de Interiores	Tecnológico	-	2.269hs	Trimestral 12.0	500
UNIASSELVI	Design Gráfico	Tecnológico	-	2.600hs	Semestral 5.0	200
UNICESUMAR	Design de Interiores	Tecnológico	-	1.600hs	Anual 2.0	1.500
	Design de Moda	Tecnológico	-	1.600hs	Anual 2.0	1.500
UNIFESP	Design Educacional	Tecnológico	-	2.016hs	Semestral 5.0	200
UNISUL	<i>Web Design</i> e Programação	Tecnológico	2/02/2105	2.010	Semestral 5.0	200

Tabela 3: Cursos no cadastro e-MEC por modalidade de ensino EAD.

4.2.3 ENADE

Frente ao objetivo de investigar a estratificação dos estudantes no ensino superior, os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes do Ensino Superior (ENADE)

apresentam novas possibilidades de pesquisa. O ENADE produz informações sobre o desempenho e o perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de graduação no país.

O acesso a tais informações recentes permite verificar as relações entre os destinos educacionais, tendo em vista a diferenciação institucional e as distinções entre as áreas de formação, e as características dos estudantes, por meio de indicadores como renda familiar, escolaridade dos pais, gênero, cor, trajetória escolar e desempenho escolar, viabilizando a análise da estratificação no caso brasileiro.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento (PORTAL MEC-ENADE, 2017).

Em sua primeira aplicação (2004), a área do Design ainda não havia sido avaliada. Foi no ano de 2006, juntamente com as áreas da Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Formação de Professores (Normal Superior), Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo, que os alunos bacharéis em Design participaram do exame. Assim ocorreu consecutivamente nos anos de 2009 e 2012. Já em 2015, foi a vez dos alunos tecnólogos em Design realizarem a prova pela primeira vez (PORTAL DO INEP-ENADE-PERGUNTAS FREQUENTES, 2017).

4.2.3.1 Inscrição

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes foi criado com o SINAES, pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. O aluno precisa obrigatoriamente participar do processo para concluir o curso de graduação, colar grau e receber seu diploma de conclusão. Cada coordenador de curso é o responsável (TEM QUE) inscrever os seus alunos.

A cada ano, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pelo Sistema de Avaliação do Ensino, juntamente com o MEC, definem as áreas (com seus cursos/habilitações) que serão avaliadas pelo Enade, de tal forma que cada curso/habilitação seja convocado de 3 em 3 anos a participar.

Todos os ingressantes (inscritos no ano do ENADE no curso e com 25% da carga horária do curso cumprida) e concluintes (com carga horária igual ou superior a 70% do

curso) das áreas/cursos/habilitações definidos pelo MEC/Inep, devem ser inscritos para participar do exame, sendo que apenas os alunos concluintes respondem ao questionário do estudante e realizam a prova.

Para os ingressantes, são usados os resultados do ENEM. A partir da edição 2014 do ENADE, o aluno que não preencher o questionário ficará em situação IRREGULAR, mesmo que tenha feito a prova. O estudante que estiver com matrícula trancada, ou afastado da Instituição, deverá ser também inscrito. Caso contrário, ficará em situação irregular e terá que esperar a edição seguinte do Exame.

4.2.3.2 Provas

Quem aplica o exame são instituições contratadas pelo Inep e que atendam às exigências estabelecidas no projeto básico do ENADE.

A prova é composta de 40 questões, sendo 10 questões da parte de formação geral e 30 da parte de formação específica da área, contendo as duas partes questões discursivas e de múltipla escolha (PORTAL DO INEP-PERGUNTAS FREQUENTES, 2017). As questões de formação geral são 8 de múltipla escolha e 2 discursivas (25%) e as demais compõem-se em 27 de múltipla escolha e 3 discursivas (75%).

4.2.3.3 – Resultados

O INEP não fornece resultados individuais aos alunos participantes do exame, remete o relatório específico somente à IES. Os estudantes devem entrar em contato com o coordenador do curso, após a prova para verificar a sua participação.

Atualmente, dos 742 cursos superiores de Design registrados, apenas 224 apresentam nota no item ENADE no portal do MEC, somando-se mais 26 com o valor SC-Sem Conceito. O Curso fica sem conceito Enade (SC) quando não reúne condições que possam estabelecer seu cálculo. Como exemplo, pode-se citar os casos em que menos de dois estudantes concluintes selecionados participam da prova (PORTAL DO INEP-ENADE-PERGUNTAS FREQUENTES, 2016). Isso significa que existem ainda 487 cursos registrados sem

nota nessa categoria, quase 2/3 do total dos cursos.

No ano de 2015 o MEC aplicou a prova também para os cursos superiores de graduação tecnológica e o resultado foi divulgado recentemente no portal. Segue uma imagem abaixo das capas das provas mais recentes, com as informações sobre a quantidade de questões e respectivos pesos (conforme Anexos G e H):

ENADE 2012
EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES
06
DESIGN
Novembro/2012

ENADE 2015
EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES
17
TECNOLOGIA EM DESIGN GRÁFICO
Novembro/2015

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste caderno, você recebeu o Caderno de Respostas, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha (objetivas), das questões discursivas e do questionário de percepção da prova.
2. Confira se este caderno contém as questões de múltipla escolha (objetivas), as discursivas de formação geral e do componente específico da área e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Número das questões	Peso das questões	Peso dos componentes
Formação Geral/Objetivas	1 a 8	60%	25%
Formação Geral/Discursivas	Discursiva 1 e Discursiva 2	40%	
Componente Específico/Objetivas	9 a 35	85%	75%
Componente Específico/Discursivas	Discursiva 3 a Discursiva 5	15%	
Questionário de Percepção da Prova	1 a 9	-	-

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste caderno, você recebeu o Caderno de Respostas, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha (objetivas), das questões discursivas e do questionário de percepção da prova.
2. Confira se este caderno contém as questões discursivas (D) e de múltipla escolha (objetivas), de formação geral e do componente específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Número das questões	Peso das questões no componente	Peso dos componentes no cálculo da nota
Formação Geral/Discursivas	D1 e D2	40%	25%
Formação Geral/Objetivas	1 a 8	60%	
Componente Específico/Discursivas	D3 a D5	15%	75%
Componente Específico/Objetivas	9 a 35	85%	
Questionário de Percepção da Prova	1 a 9	—	—

Figura 12: Composição de imagem com *print* primeira folha do ENADE (2012) para os estudantes dos cursos de Design no grau bacharelado e do ENADE (2015) para os estudantes dos cursos de Design Gráfico no grau tecnológico.

Como se pode observar, comparando as duas imagens, o tipo de prova é semelhante, seja na quantidade de questões objetivas e ou discursivas. A estrutura da prova é igual para os alunos do grau bacharelado e para os tecnólogos. No Diário Oficial da União de 2017, observa-se que o INEP publica informações detalhadas sobre a inscrição dos estudantes para a prova, com a listagem dos cursos avaliados, local, data, horário, correção e resultado, porém não foram encontrados dados sobre seu conteúdo programático (Portal INEP-ENADE-EDITAL 2017, 2017).

4.2.3.4 Cursos com nota Máxima

Dos 11 grupos separados por áreas, **13 cursos obtiveram a nota 5**. Contudo, somente o curso de Design Visual e 1 curso de Design obtiveram o mesmo conceito no CPC. São as seguintes IES: UNIVATES-Centro Universitário UNIVATES — na cidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul, com o curso de *Design* — e a UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do

Sul — na capital Porto Alegre, com o curso de Design Visual. Ambos os cursos são no grau de bacharelado e na modalidade presencial, conforme tabela abaixo:

Estado do Rio Grande do Sul: 2 cursos.					
IES	NOME DO CURSO	GRAU	CC	CPC	ENADE
UFRGS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	DESIGN VISUAL	BACHARELADO	4	5	5
UNIVATES-CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	DESIGN	BACHARELADO	3	5	5

Tabela 4: IES no cadastro e-MEC que obtiveram nota 5 no ENADE e no CPC.

Ao fazer um recorte na área/grupo dos cursos de Design Gráfico, cujo total é de 326, têm-se: 1 curso com nota 5 no ENADE; 33 cursos com nota 4; 63 cursos com nota 3; 30 cursos com nota 2; 1 curso com nota 1; 3 cursos SC e 195 sem nenhuma informação. Este último valor corresponde aos cursos que ainda não realizaram a prova.

Dentre os 13 cursos aprovados com nota máxima, 6 atingiram o conceito 4 no CPC, 3 obtiveram o conceito 3 e apenas 2 ficaram sem conceito. É importante ressaltar que todos esses cursos são na Modalidade Presencial.

Segue abaixo outra tabela detalhada com os cursos indicados nesta categoria com nota 5 (cinco):

IES	NOME DO CURSO	GRAU	CC	CPC	ENADE
UNEB-UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	DESIGN	BACHARELADO	-	3	5
UTFPR-UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	DESIGN	BACHARELADO	4	4	5
UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	DESIGN	BACHARELADO	4	4	5
UFAM-UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	DESIGN	BACHARELADO	-	4	5
UNISINOS	DESIGN	BACHARELADO	5	SC	5
UCAM-UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	DESIGN DE MODA	TECNOLÓGICO	3	3	5
UCPEL-UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	DESIGN DE MODA	TECNOLÓGICO	4	4	5
SENACPE-FACULDADE SENAC PERNAMBUCO	DESIGN DE MODA	TECNOLÓGICO	3	3	5
UFG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	DESIGN DE MODA	BACHARELADO	4	4	5
UFRGS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	DESIGN DE PRODUTO	BACHARELADO	4	SC	5
UEMG-UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	DESIGN DE PRODUTO	BACHARELADO	-	4	5

Tabela 5 – 11 cursos que obtiveram nota 5 no ENADE e conceito diferenciado no CPC.

4.2.3.5 Cursos com nota Mínima

Dos 11 grupos separados por áreas, 8 obtiveram a nota 2, totalizando 54 cursos aprovados com nota mínima, ou seja, 7,4% do total. Se a Instituição alcançar apenas o Grau 2 em dois exames consecutivos, ficará impossibilitada de abrir uma nova turma naquele curso.

São as seguintes IES que obtiveram nota 2 no ENADE e no CPC:

Estado do Espírito Santo: 1 curso.

IES	NOME DO CURSO	GRAU	CC	CPC	ENADE
UFES-UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	DESIGN	BACHARELADO	3	2	2

Estado de Minas Gerais: 2 cursos.

IES	NOME DO CURSO	GRAU	CC	CPC	ENADE
FAESSA-FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADOS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	DESIGN	BACHARELADO	4	2	2
UNA-CENTRO UNIVERSITÁRIO UMA	DESIGN DE MODA	TECNOLÓGICO	5	2	2

Estado do Paraná: 2 cursos.

IES	NOME DO CURSO	GRAU	CC	CPC	ENADE
UEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	DESIGN	BACHARELADO	-	2	2
UNIPAR-UNIVERSIDADE PARANAENSE	DESIGN DE MODA	TECNOLÓGICO	4	2	2

Estado do Rio de Janeiro: 1 curso.

IES	NOME DO CURSO	GRAU	CC	CPC	ENADE
UNIVERSO-UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	DESIGN	BACHARELADO	4	2	2

Estado do Rio Grande do Sul: 1 curso.

IES	NOME DO CURSO	GRAU	CC	CPC	ENADE
UNILASALLE-CENTRO UNVIERSITÁRIO LA SALLE	DESIGN DE PROUTO	TECNOLÓGICO	4	2	2

Estado de São Paulo: 9 cursos.

IES	NOME DO CURSO	GRAU	CC	CPC	ENADE
FAI-FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS	DESIGN	BACHARELADO	-	2	2
UAM-ANHEMBI MORUMBI	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	4	2	2
UNIARA-CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA	DESIGN	BACHARELADO	4	2	2
UNIFIEO-CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	DESIGN DIGITAL	BACHARELADO	-	2	2
	DESIGN DE MODA	TECNOLÓGICO	4	2	2
UNIFRAN-UNIVERSIDADE DE FRANCA	DESIGN DE PROUTO	BACHARELADO	4	2	2
	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	4	2	2
UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA	DESIGN DE MODA	TECNOLÓGICO	3	2	2
UNIVAP-UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	DESIGN DE MODA	BACHARELADO	3	2	2

Tabela 6: IES no cadastro e-MEC que obtiveram nota 2 no ENADE e no CPC; visualização por estados brasileiros.

Ao observar a tabela acima, percebe-se que, independentemente da região do Brasil e do grau do curso, as notas de CC, CPC e ENADE são muito parecidas em quase todas as IES. Nenhum dos cursos que tirou nota 2 no exame repetiu a nota baixa no indicador de qualidade CC; ao contrário, a maioria obteve conceito 4 ou 5.

Se os cursos apresentarem resultados insatisfatórios, serão estabelecidos encaminhamentos, procedimentos e ações com indicadores, prazos e métodos a serem adotados. Essa iniciativa faz referência a um protocolo de compromisso firmado entre as Instituições de Ensino Superior e o MEC que objetiva a superação de eventuais dificuldades. (PORTAL INEP-SINAES-PROCESSO DE AVALIAÇÃO, 2017). O protocolo de compromisso consiste na oportunidade da IES sanear as fragilidades apresentadas naquele curso após a realização de uma avaliação in loco ou após a divulgação dos resultados dos indicadores de qualidade calculados pelo INEP. A instauração de Protocolo de Compromisso tem como fundamentação legal o art. 10, da Lei nº 10.861, de 2004; os arts. 60 e 61 do Decreto nº 5.773, de 2006; o art. 36 - A da Portaria Normativa MEC nº 40/2010, redação incluída pela Portaria Normativa MEC nº 24/2012.

4.3 Pesquisa por cursos de “Design/Design Gráfico/Desenho Industrial”

Os dados apresentados nesta pesquisa decorreram de uma Busca Interativa por Estados e por Nome de Curso - Design/Design Gráfico/Desenho Industrial, realizada em 14 de março de 2016 no portal e-MEC — Cursos como Design de Moda, Design de Interiores, e outros, foram excluídos desta amostra, atendendo ao objetivo de comparar os cursos que apresentassem grades curriculares semelhantes.

Os outros itens da busca ficaram na situação *default* do sistema, ou seja, não foram assinalados o Município da IES, a Gratuidade do Curso, a Modalidade (à Distância ou Presencial), o Grau (Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico e Sequencial), o índice (CC, CPC, ENADE), a nota (1, 2, 3, 4, 5 e SC) e a situação (em atividade, em extinção, extinto e *sub judice*). A operação de busca foi repetida seguidamente três vezes em cada estado do país, sempre na mesma ordem por nome de curso: primeiro, uma busca por curso de nome Design; depois, por nome Design Gráfico; por fim, pelo nome Desenho Industrial.

Além dos detalhes das IES (código do curso, modalidade, grau, nome do curso, UF, Município, nota do ENADE, CPC e CC), criou-se uma tabela para cada uma delas, detalhando as informações dos cursos nas categorias: data de início de funcionamento do curso, carga horária mínima, periodicidade e número de vagas oferecidas. É importante ressaltar que alguns cursos não aparecem com todos os dados completos no registro. Foi necessário criar tabelas separadamente e retirar manualmente estas informações da tela do

computador. As tabelas mais extensas, separadas por estados do Brasil, podem ser utilizadas para consulta nos Anexos (A, B, C, D e E) desta pesquisa.

Após o resultado, consideraram-se somente os cursos “em atividade”, **totalizando 357 cursos na área** denominados pelas três categorias citadas acima. Para facilitar o entendimento, separaram-se os mesmos pelas cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), sendo considerados somente os cursos em atividade.

Os tópicos a seguir indicam a quantidade dos cursos em atividade por região do Brasil, da região que apresenta maior quantidade de cursos à de menor quantidade:

1. Região Sudeste – 53 cursos em Design, 84 cursos em Design Gráfico, 15 cursos em Desenho Industrial e 2 cursos em Design de Produto. **Total: 154.**

2. Região Sul – 36 cursos em Design, 51 cursos em Design Gráfico, 7 cursos em Desenho Industrial, 1 curso em Design Visual e 1 curso em Design de Produto. **Total: 96.**

3. Região Nordeste – 20 cursos em Design e 32 cursos em Design Gráfico. **Total: 52.**

4. Região Norte – 8 cursos em Design e 20 cursos em Design Gráfico. **Total: 28.**

5. Região Centro-Oeste – 4 cursos em Design, 21 cursos em Design Gráfico e 2 cursos em Desenho Industrial. **Total: 27.**

Portanto, a maior concentração de cursos está na região Sudeste e a menor encontra-se na região Centro-Oeste. Como se pode perceber, novos nomes de curso estão sendo utilizados para registro no portal e-MEC, como Design Visual e Design de Produto. Estes cursos têm a mesma grade curricular dos antigos cursos denominados Desenho Industrial - Programação Visual e Desenho Industrial - Projeto de Produto.

O nome de curso Design Gráfico apresenta-se em maior quantidade (50%) do total de cursos na área, o nome Design também possui quantidade expressiva (27%). Já o nome utilizado para registro desde a década de 1960, Desenho Industrial, tem uma participação menor com, somente, 18 cursos registrados neste nome no portal do e-MEC (5%). Todos os cursos de nome Desenho Industrial, Design Visual e Design de Produto são no grau bacharelado e na modalidade presencial. Assim como 100% dos cursos na modalidade à distância são tecnológicos e de nome Design Gráfico.

A seguir, apresenta-se um gráfico que facilita a visualização dos resultados:

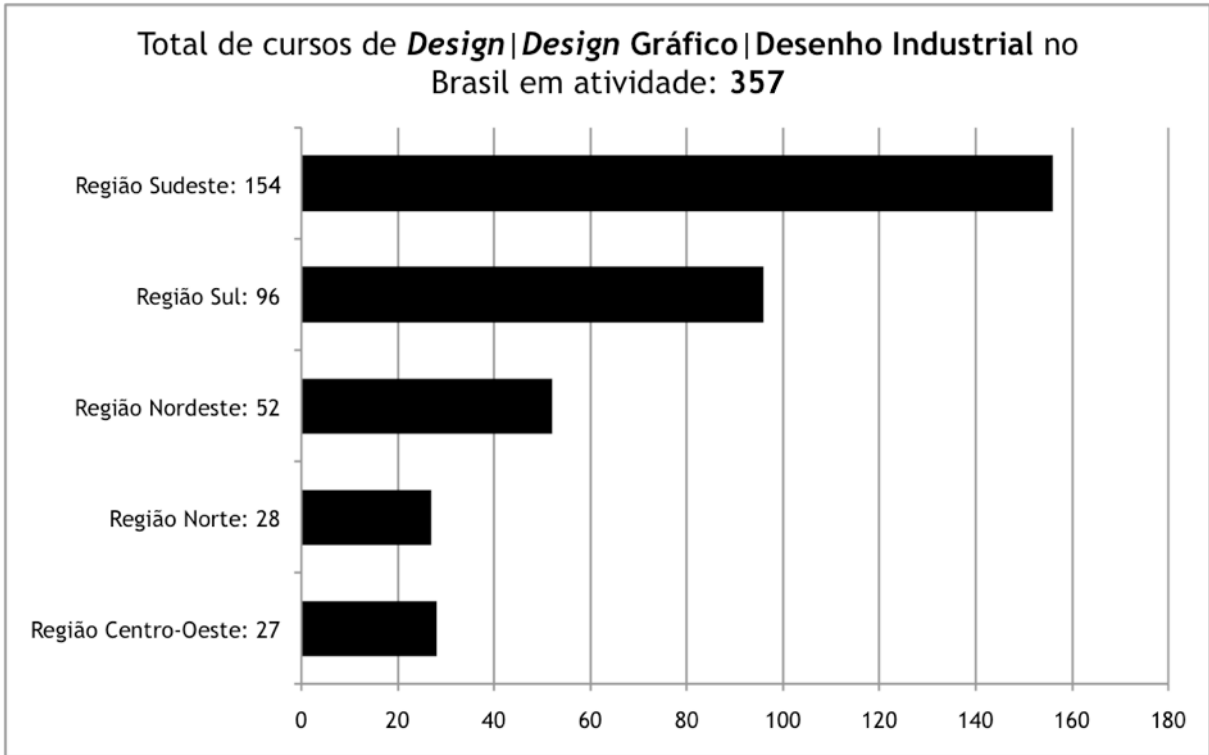


Figura 13: Consulta avançada no portal do MEC por: Cursos de Graduação, Nome do Curso (*Design*, *Design Gráfico* e *Desenho Industrial*) e estado brasileiro (UF).

Ao observar o gráfico, fica evidente que a Região Sudeste tem uma quantidade superior de cursos em face às outras regiões do país e que as regiões Norte e Centro-Oeste dispõe de um número menor.

4.3.1 Tipos de Cursos

No Brasil, há atualmente **357 cursos superiores na área em atividade, sendo 160 com grau de bacharelado e 199 tecnológicos**. Além da maior quantidade de cursos, a Região Sudeste tem mais cursos no grau tecnológico do que as regiões Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

A seguir, apresenta-se um gráfico atualizado que facilita a visualização da realidade brasileira na categoria Grau X IES:

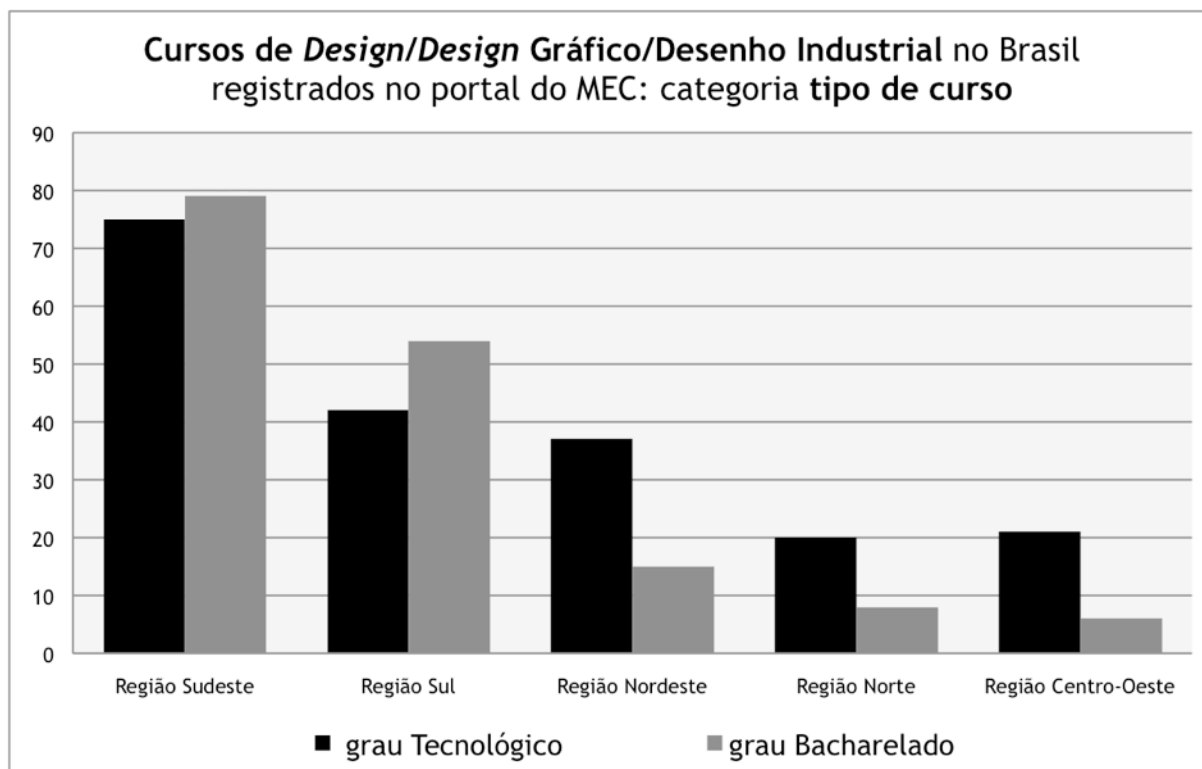


Figura 14: Gráfico demonstrativo por região do país dos cursos com grau de Tecnológico e Bacharelado.

Percebe-se que, somente na Região Sul, a oferta de cursos tecnológicos em Design é menor do que nos outros estados. São 54 cursos no grau bacharelado e 42 no grau tecnológico. Nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste os cursos no grau tecnológico têm mais de 50% em quantidade que os cursos no grau bacharelado. Na Região Sudeste a diferença é mínima, 4 cursos no grau bacharelado a mais de um total de 154.

4.3.2 Modalidade dos cursos

No Brasil, há atualmente **287 cursos na modalidade presencial e 70 a distância**. Todos os cursos com grau de bacharelado são na modalidade presencial, **todos os cursos a distância são no grau tecnológico**.

A maior concentração de cursos tecnológicos a distância está na região Sul do país (27 cursos), seguida da região Norte (14 cursos). Já a maior concentração de cursos tecnológicos na modalidade presencial está na região Sudeste: São Paulo (46 cursos), Rio de Janeiro (10 cursos), Minas Gerais (11 cursos) e Espírito Santo (1 curso). **A Região Sudeste é a que possui menor quantidade de cursos na modalidade a distância**.

4.3.3 Cronologia das IES: 1962-2017

Em 1999, das 47 instituições que ofereciam cursos com habilitações em Projeto de Produto e Programação Visual, 29 cursos de Graduação em Design estavam concentrados na Região Sudeste do país (quase 60% dos cursos). Hoje, a situação continua semelhante: dos 357 cursos superiores na área em atividade, 156 localizam-se na Região Sudeste (cerca de 44% do total).

O registro mais antigo no site do MEC de uma graduação tecnológica na modalidade presencial na área data de 25 de setembro de 2000. O IFPE-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco ainda mantém o curso em atividade na cidade do Recife, com 1.620 horas/aulas e 80 vagas. Já o início de funcionamento do curso mais recente se deu na região Sul do país, na FACID-Faculdade Integral Diferencial (no Paraná), em 20 de novembro de 2015, com 1.700 horas/aulas e 50 vagas.

Conforme já foi dito no início deste capítulo, foi feita uma consulta interativa no portal do MEC (20/03/2016) por cursos de graduação em Design Gráfico, Desenho Industrial e Design. Após o *feedback* de informações do sistema, selecionou-se o tipo de curso, a IES e buscou-se o detalhamento de cada curso superior em atividade na área naquele determinado estado do país.

No detalhamento, foi possível adquirir a data de registro no MEC de início de cada curso, além de diversas informações, como: grau, modalidade, notas no CC, CPC e ENADE, situação, data de registro, quantidade de horas/aulas, periodicidade (integralização) e número de vagas oferecidas. Foram analisados os 24 estados brasileiros e verificou-se que **há cursos na área em todos os estados do país.**

Para facilitar o entendimento, os dados obtidos foram computados por região do país. Os gráficos cronológicos, que apresentam o desenho em colunas na vertical, mostrando simultaneamente os nomes dos cursos por meio de cores: barras brancas (cursos denominados Desenho Industrial), barras cinza-médio (Design), barras pretas (Design Gráfico) e barras cinza-claro com borda na cor preta (novos nomes: Design Visual e Design de Produto). Alguns nomes/cores de cursos não aparecem nos gráficos de determinadas regiões, visto que podem não existir registros deles. Cada região foi analisada separadamente, para melhor visualização dos resultados. Seguem os gráficos e tabelas dos cursos superiores tecnológicos em design no Brasil registrados no portal e-MEC:

Cronologia da criação das escolas de Design Gráfico no Brasil.

Região Norte: 28 cursos

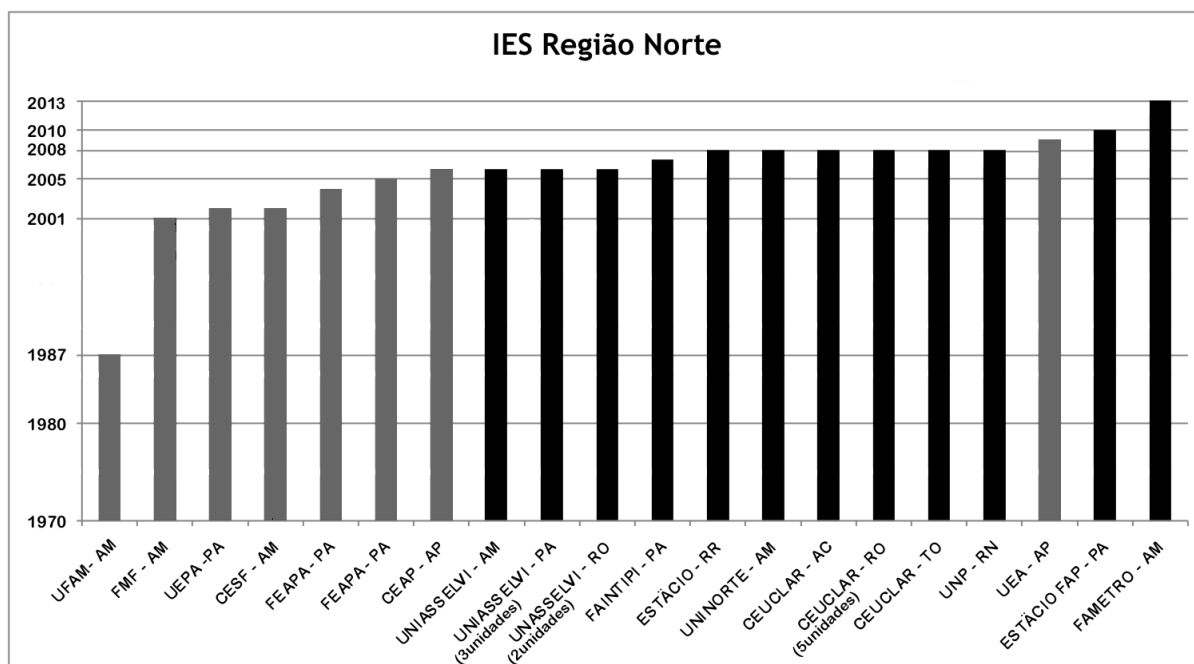


Figura 15: Gráfico cronológico - IES - Região Norte do Brasil (composta pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins)

Como se pode observar, há prevalência do termo **Design para nome de curso de 1970 a 2009 e todos são no grau bacharelado e na modalidade presencial**, com somente uma exceção: o curso da Universidade do Estado do Amapá consta com data de registro em 09/02/2009: chama-se Design, mas é no grau tecnológico e na modalidade presencial. Após esta data, praticamente todos os cursos da Região Norte foram registrados no termo Design Gráfico até o momento. Não há cursos registrados com o nome Desenho Industrial.

Existe mais um curso de Design Gráfico da UNAMA-Universidade da Amazônia/PA, porém, como não apresenta data de registro no portal e-MEC, o mesmo foi desconsiderado do gráfico cronológico. Este dado será considerado para os gráficos demonstrativos individuais por nome de curso, grau e modalidade. Este curso é no grau tecnológico e na modalidade presencial; está em atividade com 3.560 horas/aulas e oferta 240 vagas por ano.

A Região Norte mostra prevalência sob a rubrica Design Gráfico para nome de curso, assim como predominam os cursos no grau tecnológico. Apresenta metade na modalidade presencial e metade na modalidade a distância. Atualmente, não há cursos registrados com o nome Desenho Industrial (o curso da UFAM-Universidade Federal do Amazonas foi extinto há alguns anos).

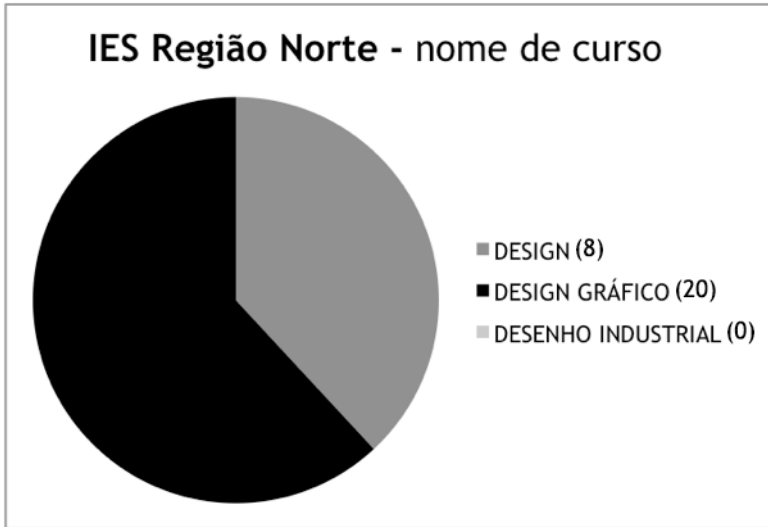


Figura 16: Gráfico demonstrativo das IES da Região Norte do país; nome dos cursos.

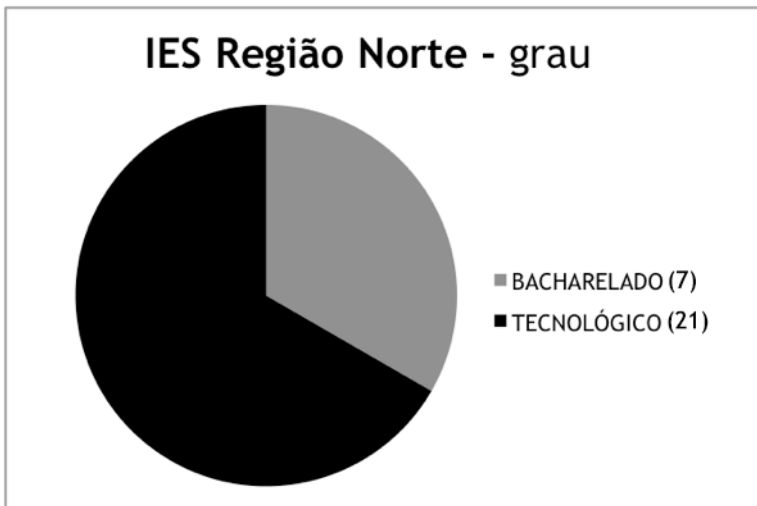


Figura 17: Gráfico demonstrativo das IES da Região Norte do país; grau dos cursos.

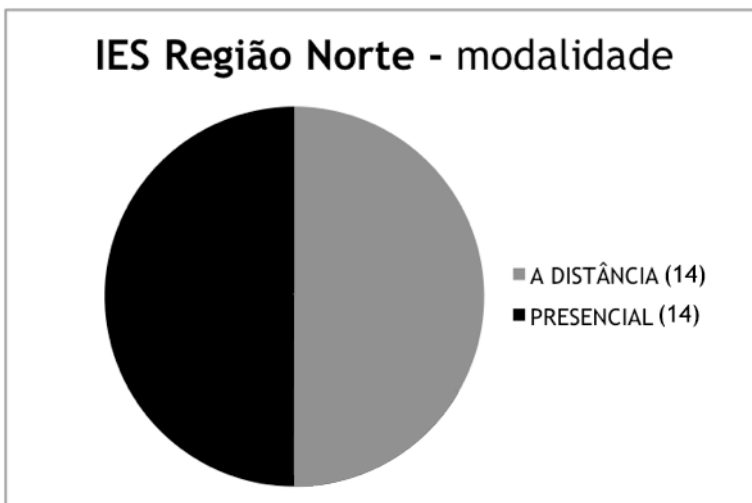


Figura 18: Gráfico demonstrativo das IES da Região Norte do país; modalidade dos cursos.

Região Nordeste: 52 cursos

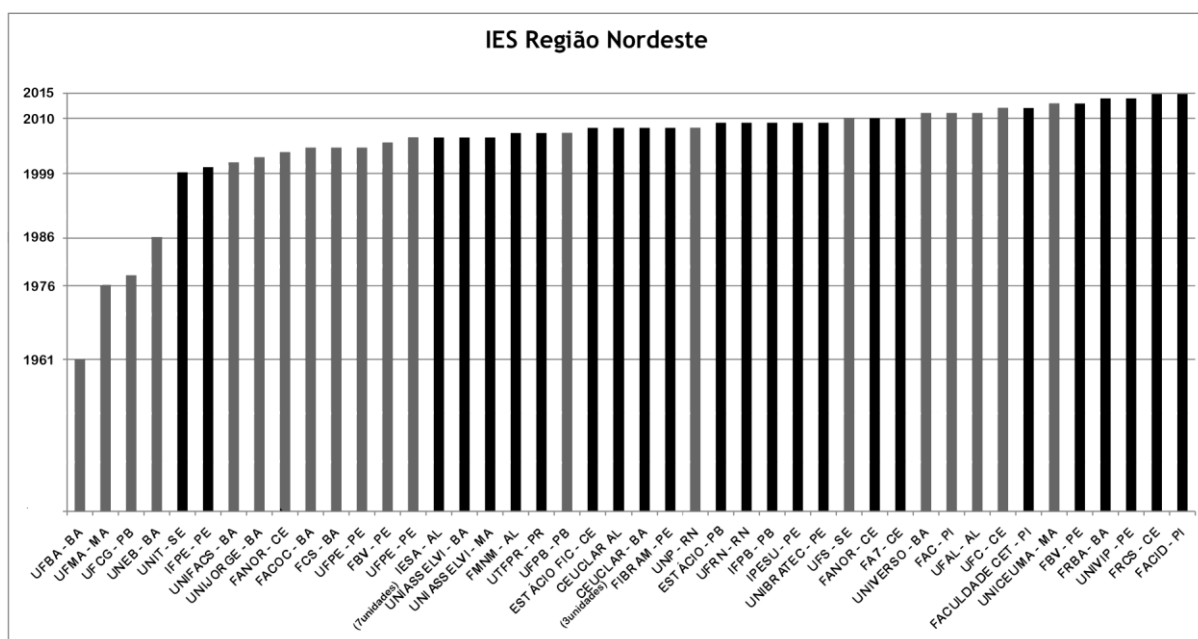


Figura 19: Gráfico cronológico - IES - Região Nordeste do Brasil (composta pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). Todos são cursos de nome Design Gráfico, no grau tecnológico e na modalidade a distância.

A Região Nordeste mostra prevalência sob a rubrica Design para nome de curso de 1961 a 2000. Após este período, praticamente todos os 48 cursos foram registrados com o termo Design Gráfico. Não foi realizada uma pesquisa para averiguar se os cursos mais antigos atualizaram seu nome no registro do portal e-MEC. Não há cursos registrados como Desenho Industrial.

Percebe-se que, no período de 2011 a 2013, cinco cursos foram registrados com o termo Design, todos no grau bacharelado e na modalidade presencial. Esta região do país é a que apresenta a maior quantidade de estados (oito). No entanto, somente Ceará e Pernambuco apresentam uma quantidade bastante superior de cursos em atividade que os demais (respectivamente, sete e nove).

A Região Nordeste apresenta uma quantidade maior de cursos com o nome Design Gráfico (trinta e dois) e no grau tecnológico (quarenta e dois), prevalecendo também a modalidade presencial (quarenta). É a terceira região no *ranking* de quantidade de cursos registrados e em atividade no portal e-MEC. Possui quase o dobro de cursos ao ser comparada com as regiões Norte e Centro-Oeste, consideradas as regiões menos desenvolvidas do país.

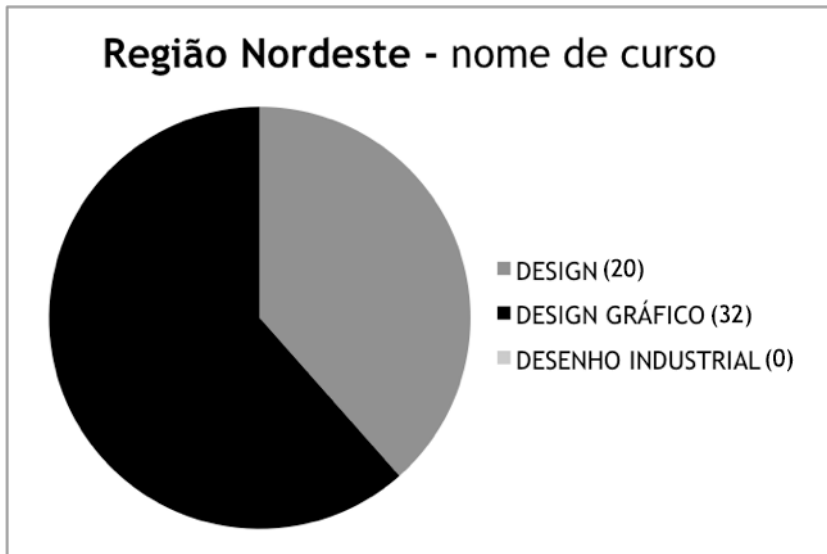


Figura 20: Gráfico demonstrativo das IES da Região Nordeste do país; nome dos cursos.

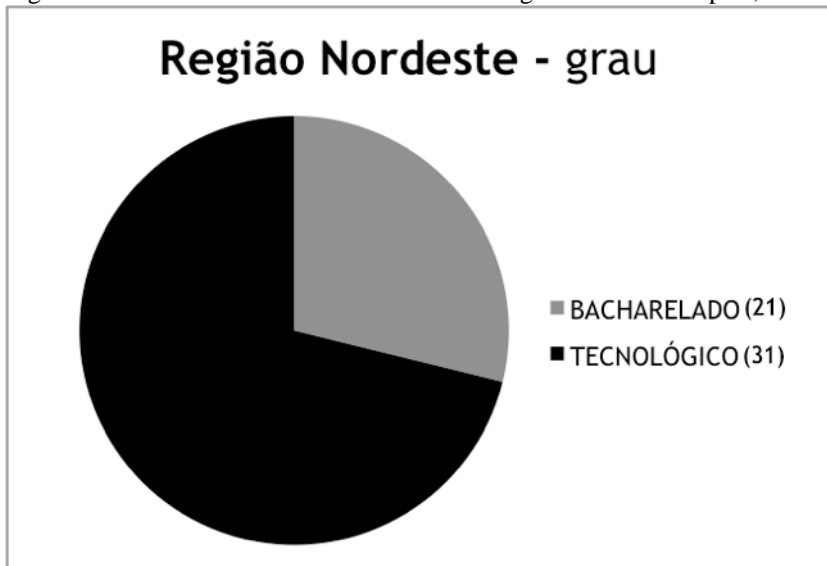


Figura 21: Gráfico demonstrativo das IES da Região Nordeste do país; grau dos cursos.

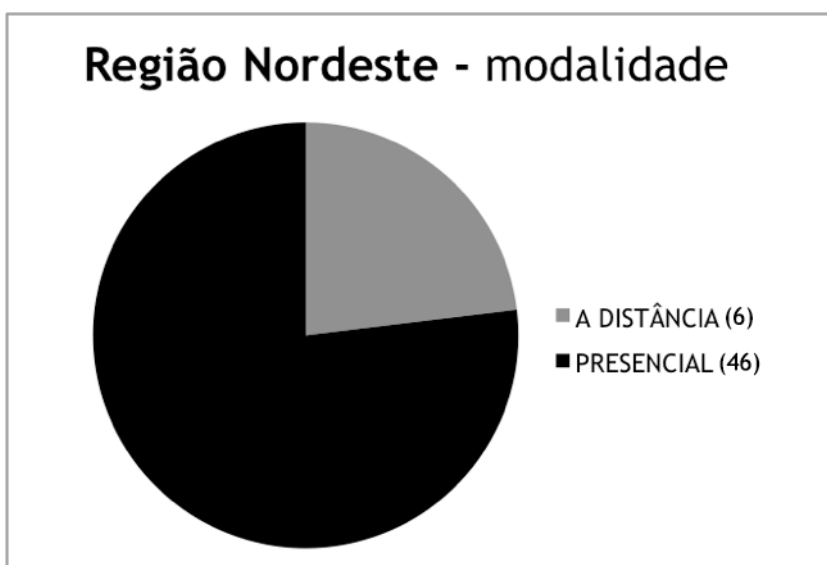


Figura 22: Gráfico demonstrativo das IES da Região Nordeste do país; modalidade dos cursos.

Região Centro-Oeste: 27 cursos

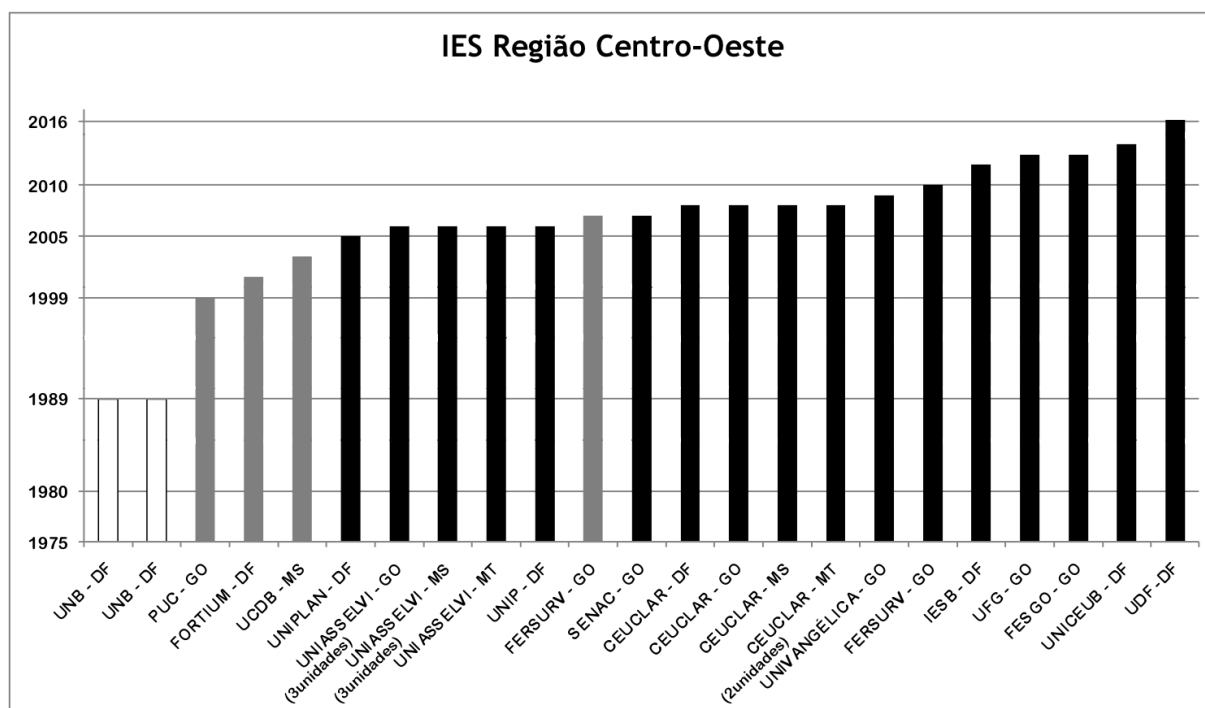


Figura 23: Gráfico cronológico - IES - Região Centro-Oeste do Brasil (composta pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal).

Na Região Centro-Oeste, há prevalência sob a rubrica Design Gráfico, facilmente observada no gráfico cronológico após o ano 2005, quando ocorre, na região, o registro de 22 cursos no intervalo de apenas 10 anos.

Os cursos mais antigos registrados são da UNB-Universidade de Brasília — uma turma de Desenho Industrial-Programação Visual e outra de Desenho Industrial-Projeto de Produto — ambas no grau bacharelado (2.940 horas/aulas de curso) e na modalidade presencial, ofertando 20 vagas para cada turma.

A Região Centro-Oeste mostra prevalência sob a rubrica Design Gráfico para nome de curso, assim como predominam os cursos no grau tecnológico. No entanto, é importante observar que quase metade de seus cursos são na modalidade a distância (onze cursos).

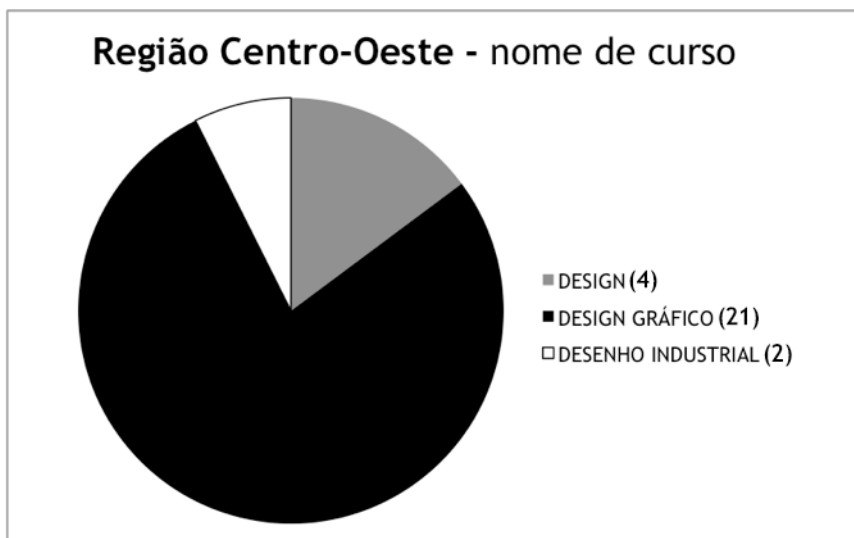


Figura 24: Gráfico demonstrativo das IES da Região Centro-Oeste do país; nome dos cursos.

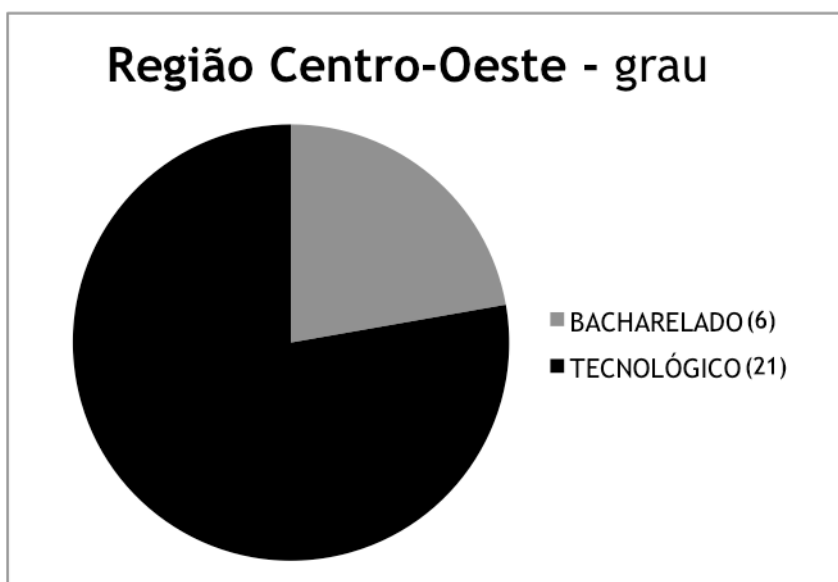


Figura 25: Gráfico demonstrativo das IES da Região Nordeste do país; grau dos cursos.

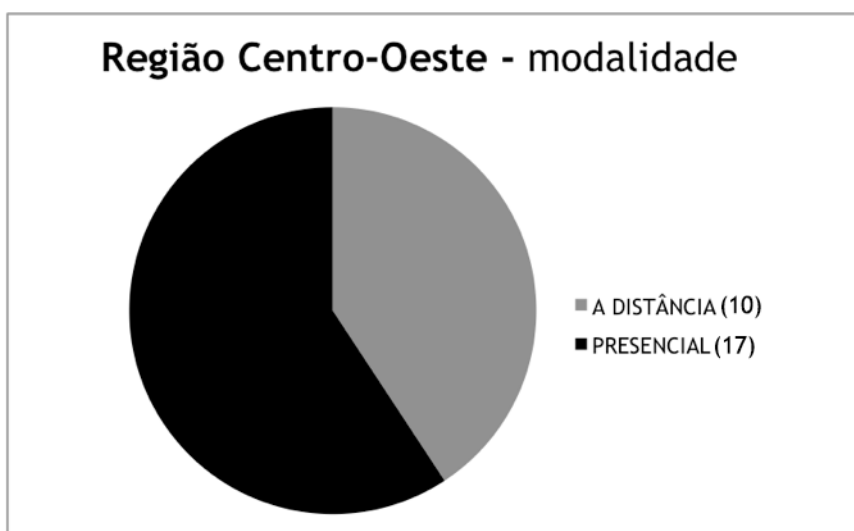


Figura 26: Gráfico demonstrativo das IES da Região Nordeste do país; modalidade dos cursos.

Região Sul: 96 cursos

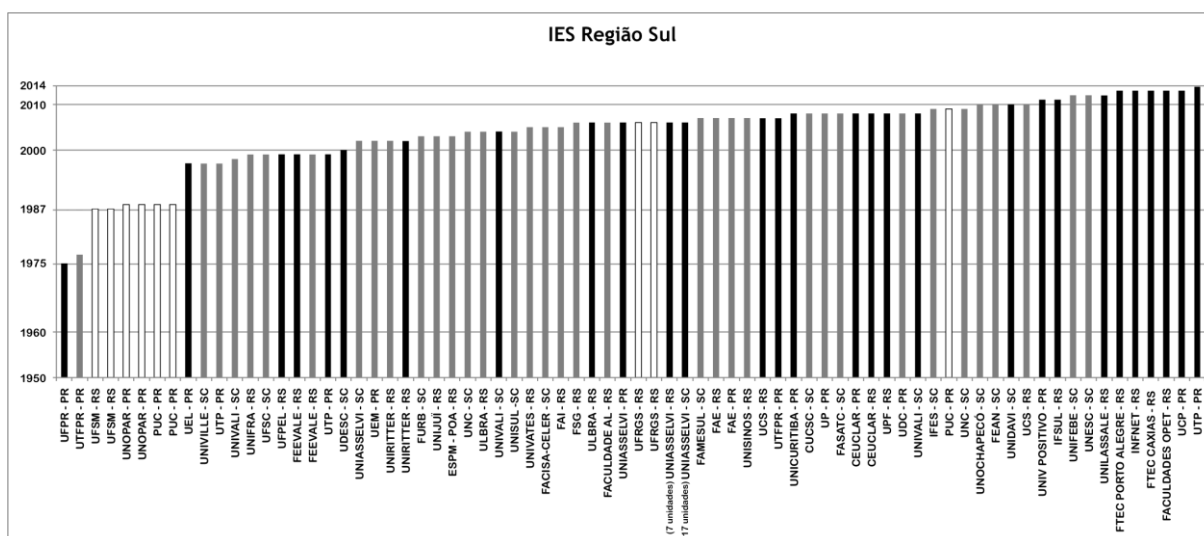


Figura 27: Gráfico cronológico - IES - Região Sul do Brasil (composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

A Região Sul apresenta-se um pouco mais complexa para análise em função da grande quantidade de cursos registrados no portal e-MEC, embora apresente o menor número de estados do país (somente três: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e menor extensão territorial. É a segunda região mais desenvolvida do Brasil e a terceira mais populosa.

Ao analisar o gráfico cronológico da região, percebe-se claramente que a grande maioria dos cursos foram registrados após o ano 2000, cerca de 82% total. Dos 15 cursos registrados nos últimos 5 anos, 10 mostram uma prevalência sob a rubrica Design Gráfico para nome de curso.

É na UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul que se encontram os registros dos novos nomes para designar o curso na área: Design Visual e Design de Produto. Conforme já foi apontado na pesquisa (Capítulo 5, no item 5.1.3.1-Cursos com nota Máxima desta pesquisa, p. 64), esta IES destaca-se no país em excelência por suas notas altas nos quesitos CC, CPC e ENADE.

A Região Sul mostra prevalência sob a rubrica Design Gráfico para nome de curso, assim como predominam os cursos no grau bacharelado. Contudo, a quantidade de cursos sob a rubrica Design é alta (36 cursos) e também a de cursos a distância (27 cursos).

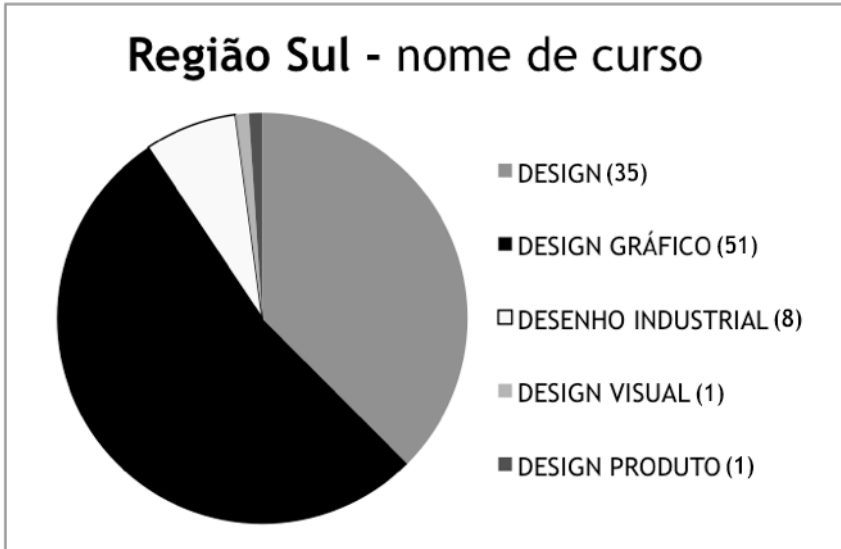


Figura 28: Gráfico demonstrativo das IES da Região Sul do país; nome dos cursos.

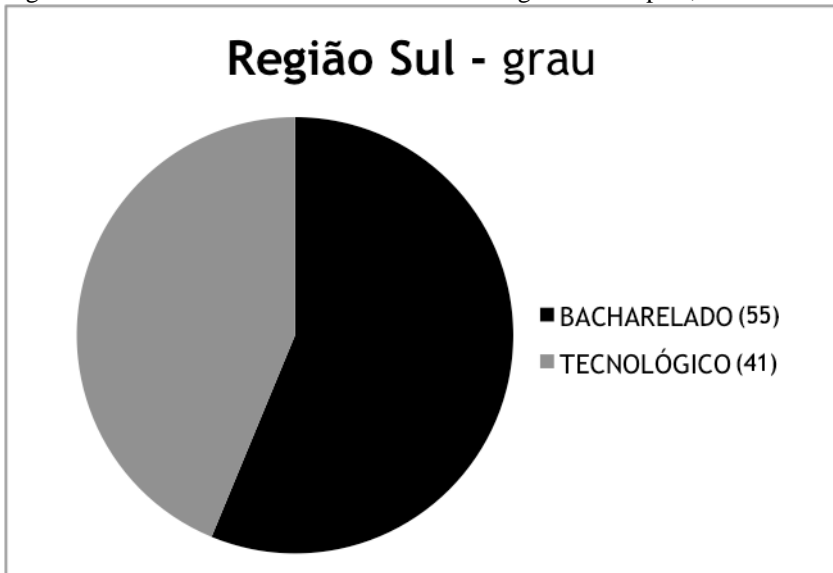


Figura 29: Gráfico demonstrativo das IES da Região Sul do país; grau dos cursos.

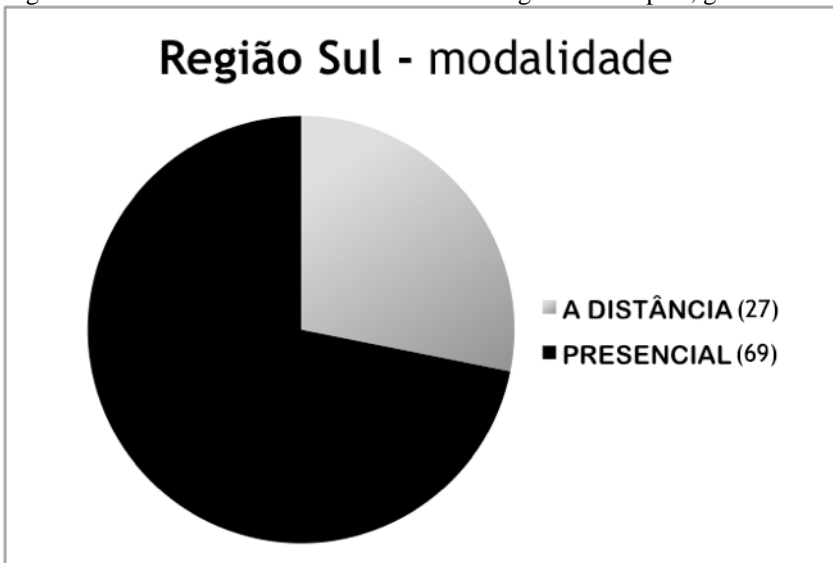


Figura 30: Gráfico demonstrativo das IES da Região Sul do país; modalidade dos cursos.

Região Sudeste: 154 cursos

Figura 31: Gráfico cronológico - IES - Região Sudeste do Brasil (composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo).

A Região Sudeste lidera o ranking em quantidade de IES na área. O estado de São Paulo tem, sozinho, mais cursos que a Região Sul do país. É a segunda menor região do Brasil (maior apenas que a Região Sul). Apresenta o maior número de cursos dentre todas as regiões, constituindo quase a metade do total (154 cursos do total de 357 cursos). Existem apenas 6 cursos na modalidade a distância.

Os tópicos a seguir apresentam a quantidade dos cursos em atividade na Região Sudeste, do estado com maior quantidade de cursos ao de menor quantidade:

- 1. São Paulo** – 55 cursos em Design Gráfico, 28 cursos em Design, 8 cursos em Desenho Industrial e 2 cursos em Design de Produto. **Total: 93.**
- 2. Rio de Janeiro** – 11 cursos em Design Gráfico, 12 cursos em Design e 7 cursos em Desenho Industrial. **Total: 30.**
- 3. Minas Gerais** – 15 cursos em Design Gráfico e 9 cursos em Design. **Total: 24.**
- 4. Espírito Santo** – 3 cursos em Design Gráfico e 4 cursos em Design. **Total: 7.**

A Região Sudeste manteve-se praticamente sozinha no mercado do Design por 10 anos (entre 1960 e 1970). Observa-se que o crescimento da quantidade de IES foi suave e ordenado ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1990. Nas demais regiões/estados do país, o crescimento da quantidade de IES foi marcante somente após o ano 2.000 – correspondendo ao item 1.2 “Linha do Tempo” – ao final do Governo FHC e início do Governo Lula.

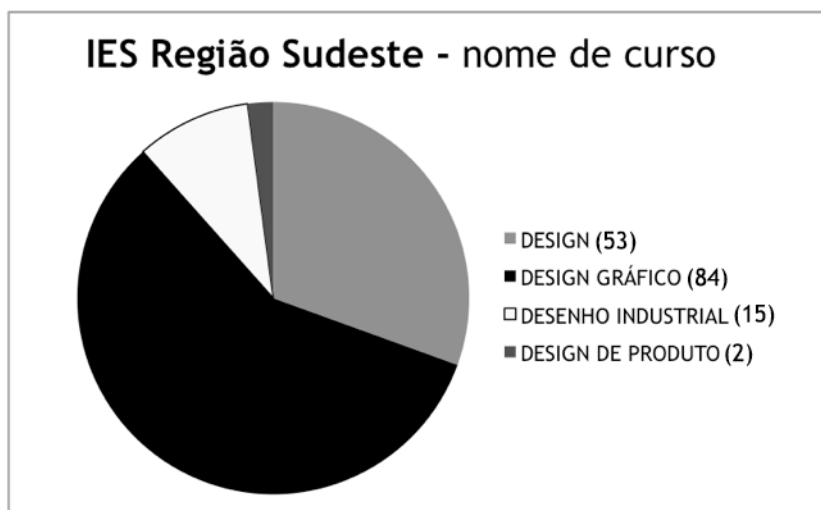


Figura 32: Gráfico demonstrativo das IES da Região Sudeste do país; nome dos cursos.

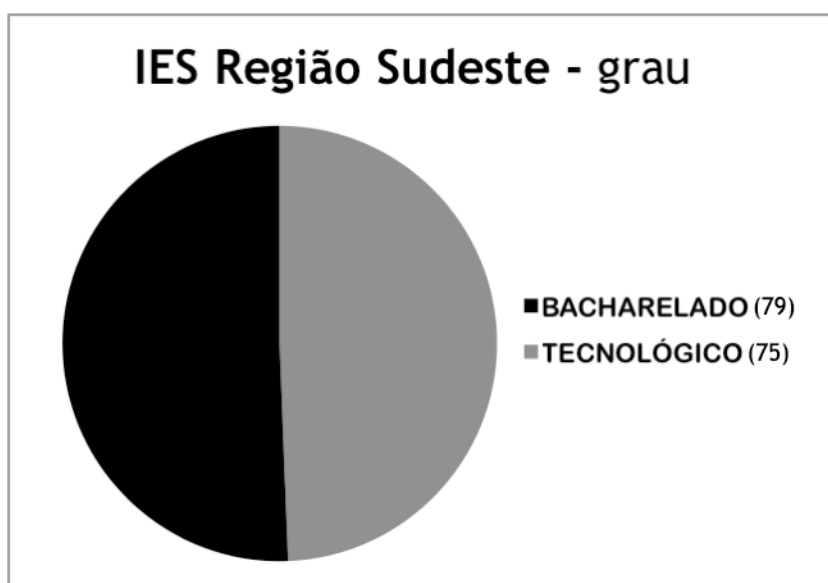


Figura 33: Gráfico demonstrativo das IES da Região Sudeste do país; grau dos cursos.

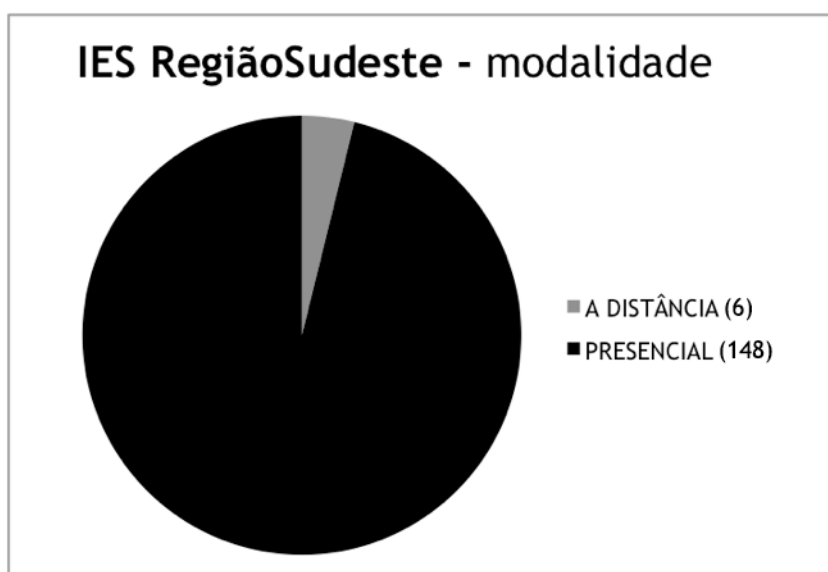


Figura 34: Gráfico demonstrativo das IES da Região Sudeste do país; modalidade dos cursos.

Como se pode observar, **todas as regiões do Brasil mostram uma prevalência sob a rubrica Design Gráfico para nome de curso.** Prevalecem também os cursos no grau tecnológico em quase todas as regiões, com exceção das Regiões Sudeste e Sul, a primeira apresenta diferença mínima (4 cursos), já a segunda apresenta uma diferença significativa: de 96 cursos no portal do MEC, 67 cursos são no grau bacharelado e 41 no grau tecnológico (26 cursos de diferença).

Os cursos na modalidade presencial são também uma máxima em quase todas as regiões, com exceção da Região Norte, que apresenta o registro total de 28 cursos no portal do MEC, sendo 14 presenciais e 14 a distância. Todos os cursos nesta última modalidade são no grau tecnológico. **A Região Sudeste é a que possui a menor quantidade de cursos à distância, todos são no grau tecnológico.**

4.3.4 O Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro: 30 cursos

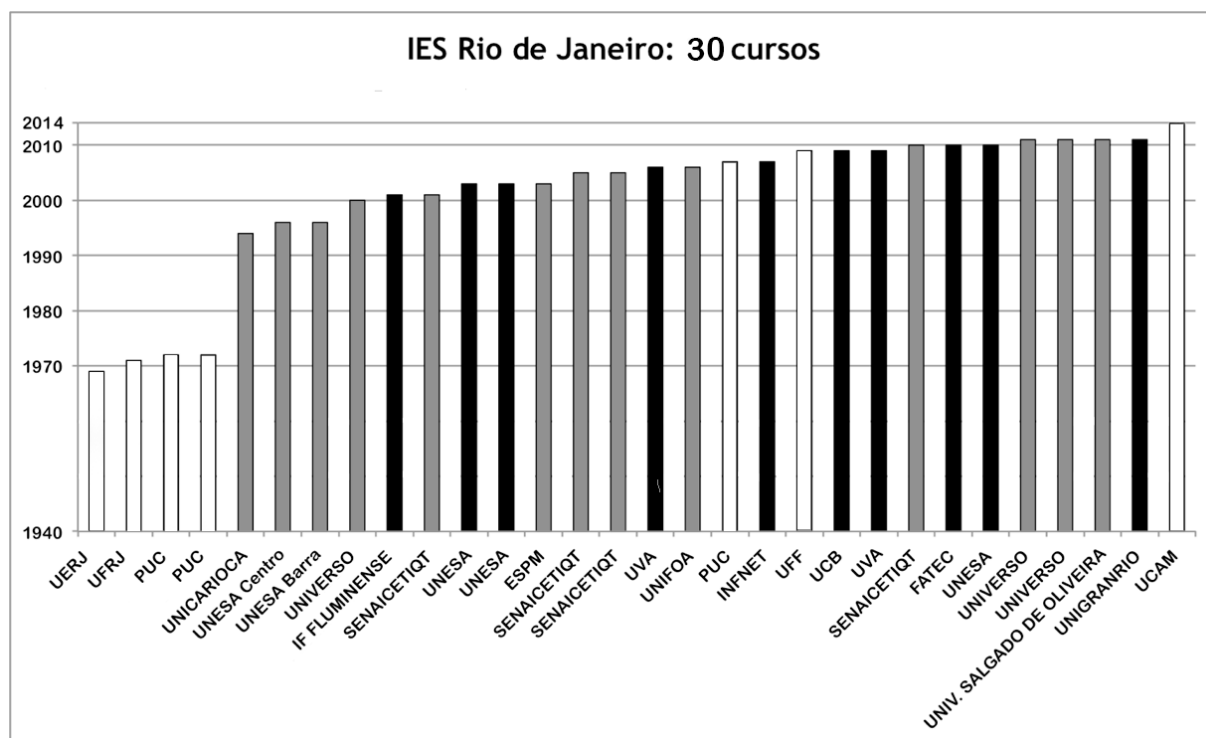


Figura 35: Gráfico cronológico - IES - Estado do Rio de Janeiro.

O destaque para o estado do Rio de Janeiro na pesquisa não foi dado somente pelas

informações históricas levantadas — a cidade foi pioneira na criação dos Liceus de Artes e Ofícios no Período Monárquico e da primeira IES em Design, a UERJ — mas também pela minha experiência acadêmica. Além de morar na cidade, já trabalhei como docente na Graduação e na Pós-Graduação das seguintes IES: INFNET, PUC e UVA, além de ser coordenadora atual do curso superior Tecnológico em Design Gráfico da Faculdade Tecnológica SENAC RJ.

O Rio de Janeiro apresenta todos os cursos com o nome Design Gráfico no grau tecnológico, sendo 10 na modalidade presencial e 1 a distância. Os demais, com o nome Design e Desenho Industrial, são no grau bacharelado.

Segue a Tabela Cronológica (2001-2016) do Estado do Rio de Janeiro das IES tecnológicas registradas no MEC já com a coluna da nota alcançada pelos cursos no ENADE 2015, resultado obtido no site do INEP, em 03 de Março de 2017:

ANO	UF	IES	NOME DO CURSO	GRAU	HS	MODALIDADE	VAGAS	ENADE
2001	RJ	IF FLUMINENSE- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.116	PRESENCIAL	60	4
2003	RJ	UNESA-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	1.796	PRESENCIAL	280	3
2003	RJ	UNESA-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	4	PRESENCIAL	280	3
2006	RJ	UVA-UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	-	PRESENCIAL	180	2
2007	RJ	INFNET-INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	5	PRESENCIAL	100	4
2009	RJ	UCB-UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3	PRESENCIAL	160	2
2009	RJ	UVA-UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	4	PRESENCIAL	180	3
2010	RJ	FATEC-FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC RJ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3	PRESENCIAL	140	3
2010	RJ	UNESA-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	4	PRESENCIAL	80	
2011	RJ	UNIGRANRIO- UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	4	PRESENCIAL	100	2
2013	RJ	INFNET-INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	-	À DISTÂNCIA	500	-

Tabela 7: IES Tecnológicas do estado do Rio de Janeiro em ordem cronológica de registro no Portal do MEC. Obs.: a quantidade de vagas da IES FATEC foi atualizada nessa tabela

Verifica-se que o crescimento da quantidade de IES tecnológicas foi suave ao longo dos anos 2.000. Há um equilíbrio em quantidade de cursos em relação ao grau. E, merece destaque, o fato de todos os cursos serem registrados com o nome Design Gráfico (conforme Anexos I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R e S).

Segue o gráfico-pizza para melhor visualização da informação sobre o grau dos cursos:

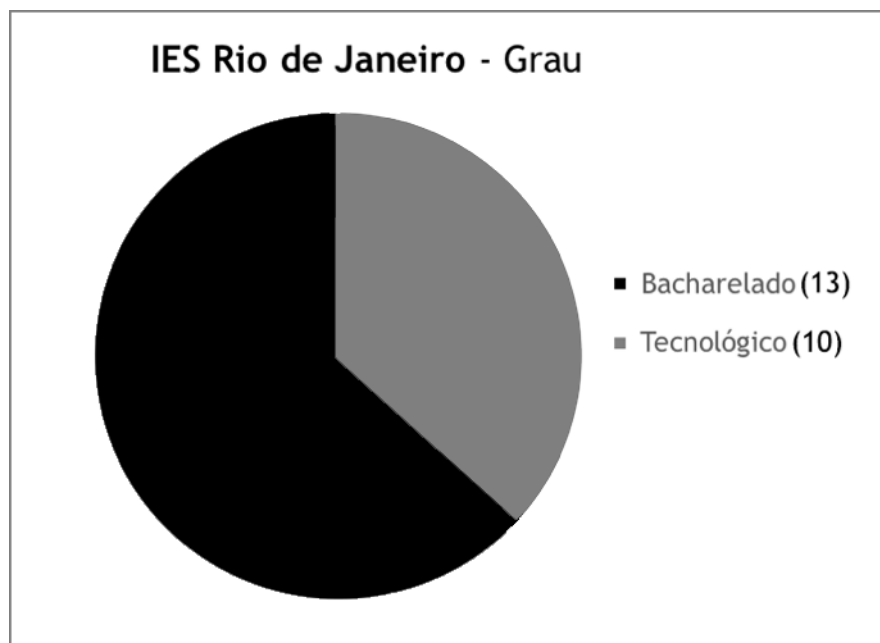


Figura 36: Gráfico demonstrativo das IES do Estado do Rio de Janeiro; grau dos cursos.

Os **11 cursos em Design Gráfico do estado do Rio de Janeiro são no grau tecnológico**, sendo 10 na modalidade presencial e 1 a distância. Os cursos de nome Design (12) e os de nome Desenho Industrial (7) são no grau bacharelado e na modalidade presencial.

4.4 Análise da Entrevista Semiestruturada com coordenadores de curso

Os coordenadores de cursos tecnológicos em atividade pertencem às seguintes IES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense–IF Fluminense, Universidade Estácio de Sá–UNESA, Instituto INFNET Rio de Janeiro–INFNET, Universidade Castelo Branco–UCB, Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy–UNIGRANRIO e Faculdade de Tecnologia SENAC Rio–FATEC.

Com o objetivo de levantar dados que contribuam para traçar o perfil do cargo, tomou-se como referência a última titulação. Há somente 1 Doutor em Design, os Mestres (2) e os Especialistas (3) são formados em outras áreas do conhecimento. A maioria é graduada e bacharel em Design, apenas 1 possui a graduação tecnológica em Design Gráfico.

As respostas das entrevistas foram organizadas em 5 categorias e algumas subcategorias: Perfil do aluno tecnólogo, Inserção no mercado de trabalho, Indicadores de Qualidade (subcategorias: Percetual de doutores e Prova do ENADE), Habilitações em

Design (subcategorias: Grau dos 742 cursos) e Pesquisa em Design (subcategoria: Iniciação Científica nos cursos tecnológicos).

As expressões e emoções que contribuíram para melhor compreensão dos discursos foram destacadas. Nenhum entrevistado relacionou suas respostas com a História da Educação Profissional do Brasil, seja destacando alguma lei do ensino superior seja até mesmo mencionando algum período político importante para o ensino superior.

4.4.1 Perfil do aluno tecnólogo

Os respondentes foram unânimes em relação ao perfil do aluno tecnólogo em Design Gráfico quanto à urgência no aprendizado prático para um acesso mais rápido ao mercado de trabalho (sempre se referindo à realidade brasileira). Metade mencionou que este tipo de formação contribui para a inserção social do indivíduo, justificando que o aluno tecnólogo precisa ganhar dinheiro “hoje”.

Seguem termos utilizados sobre seus alunos quando questionados sobre a contribuição de seu curso para a formação tecnológica em Design: “*up to date* com as questões tecnológicas (R6)”, “pertence à cultura imediatista, acha que grande parte da carga teórica dos cursos de bacharelado é dispensável (R3)”, “vem para mexer no Photoshop, no Illustrator (R5)”, “é o cara da produção; gosta de meter a mão na massa (R2)”, “é focado na execução e na prática e, talvez, menos na estética (R4)”, “é aquele que sai da faculdade sem saber quem é Walter Gropius, sem saber quem é David Carson, mas saberá fazer um *grid*, entende de faca de corte e envia o trabalho para a gráfica corretamente (R1)”.

Quando perguntados se incentivariam seus filhos a fazerem um curso tecnológico, apenas 2 entrevistados responderam prontamente que sim, 2 disseram que dependeria do perfil de seu filho, enquanto os outros 3 (hesitaram) responderam que não incentivariam. Percebeu-se que esta pergunta deixou os entrevistados numa “saia-justa”. Seguem as justificativas dos respondentes: “sim, minha formação é tecnológica, então é claro que eu incentivaria (R5)”, “sim, se eu observar que a inteligência dele é mais cinestésica, que tem uma relação mais com a prática, gosta de produzir e não é alguém que vá crescer debruçado muito na questão de pesquisa textual, aí eu acho que incentivaria ele (R2)”, “olha, dependendo do perfil do meu filho, sim, mas, conhecendo o meu filho, estou tomando isso como uma pergunta bem pessoal, eu não incentivaria, se você estuda design numa IES de

renome, você pode ter contato com outras áreas do conhecimento, então eu incentivaria a fazer um bacharelado, sem dúvida, para que ele possa ampliar ao máximo essa formação (R6)”, “depende da área que ele irá escolher, se for design, por exemplo, e eu falasse para fazer um curso tecnológico, falaria que ele se formaria rápido, mas que ele precisaria entender que terá deficiências, você aprenderia a fazer um *grid*, mas não vai entender como ele funciona em estéticas diferentes (R1)”, “você vê as empresas torcendo o nariz quando o cara é formado no curso superior de tecnologia, independentemente do aprendizado, e isso é algo que a gente não quer para o nosso filho (R3)”, “não vejo por esse lado (que deva incentivar), mas sim por uma condição de possibilidades, pois tanto o curso de bacharelado como o tecnólogo ele teria condições de atuar plenamente no mercado de trabalho (R4)”, Mais da metade dos respondentes alertaram para o preconceito ainda existente neste tipo de formação.

4.4.2 Inserção no Mercado de Trabalho

Em relação à inserção no mercado de trabalho, 100% dos entrevistados têm a certeza de que os alunos dos cursos superiores de tecnologia buscam uma inserção rápida no mercado de trabalho, quando perguntados sobre o porquê da escolha entre um curso superior de tecnologia e não um bacharelado. E 80% comentaram que aconselham seu aluno a buscar uma especialização para se aprofundar mais na área (cursos de extensão ou Pós-Graduação), visto que o tempo da formação é curto para que o aluno se aprofunde nas teorias do Design, já que precisa atualizado o tempo todo.

Seguem termos utilizados sobre a inserção no mercado de trabalho: “sempre permitem um acesso rápido por parte dos estudantes no mercado de trabalho e podem contribuir para preencher algumas lacunas da graduação tradicional, principalmente na questão da especialização nos programas gráficos (R5)”, “o perfil técnico é um curso de curta duração, é o cara que não quer se aprofundar, tem pressa, é o cara que vai apertar botão, é até horrível falar isso (R1)”, “os cursos tecnológicos são o caminho mais rápido que os cursos de bacharelado (R3), “a graduação tecnológica é muito interessante para a nossa sociedade, para a nossa realidade brasileira, porque ela tem essa missão, esse propósito de inserir o profissional mais rapidamente no mercado de trabalho (R6), “essa formação é mais compacta e visa o ingresso no mercado (R2)”.

Os entrevistados acreditam que há emprego para o aluno tecnólogo e que não é demérito

algum a formação prática em detrimento da teoria. Apenas dois colocaram que seu aluno é um profissional competente somente para trabalhar em parte do processo de um projeto na área, configurando uma submão de obra que, brevemente, terá que se especializar/estudar mais para manter-se no mercado de trabalho.

4.4.3 Indicadores de Qualidade

Os coordenadores de curso demonstraram conhecimento aprofundado sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, assim como a grande maioria (80%) conhece bem os indicadores de qualidade do MEC. Foram feitas duras críticas à prova, que, segundo eles, só avalia conteúdo teórico.

A pergunta sobre os Indicadores de Qualidade mostrou que a maioria dos entrevistados não sabe que existem particularidades na avaliação dos cursos tecnológicos face aos cursos de bacharelado. No entanto, 2 respondentes mencionaram com detalhes conhecer profundamente o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC.

Seguem as opiniões de 4 entrevistados que parecem conhecer superficialmente os indicadores de qualidade, conforme a afirmativa da pergunta : “é bastante complicada essa questão. Eu acho que os indicadores poderiam ter algumas nuances, assim como os cursos de bacharelado e tecnológicos têm as suas diferenças no foco de sua formação (R3)”, “é um mero instrumento do MEC para otimizar a avaliação, realmente não faz sentido avaliar igual, as graduações têm objetivos diferentes (R1)”, “acho pertinente, tendo em vista que os cursos têm conteúdo e carga horária diferenciados (R4)”, “eu acho, sim, que os indicadores têm que ser igualitários, mas com provas diversas e talvez com avaliação de infraestrutura diferenciada (R6)”. Este último justificou-se dizendo que um curso de graduação tecnológica tem que ter uma infraestrutura muito *up to date*, equipamentos de ponta e *softwares* de ponta. Acredita que o nível do laboratório dos alunos deveria constar do indicador de qualidade do MEC e ser diferenciado para os cursos tecnológicos. Entretanto, ficou na dúvida se esta informação já constava do documento oficial do INEP para avaliar os cursos.

Os entrevistados que conhecem mais profundamente a realidade diferenciada de avaliação dos cursos criticaram o atual instrumento de avaliação dos cursos: “os instrumentos têm que ser completamente diferentes, a começar, por exemplo, por tituação de corpo docente: um curso tecnólogo ele tem que aceitar mais docentes com especialização (R5)”, “às

vezes é difícil para mim montar um Núcleo Docente Estruturante (NDE) porque a maioria dos meus professores de design são especialistas e vêm do mercado, eles estão atuando no mercado (R2)”, “existem alguns critérios que são na verdade uma bobagem: os coordenadores tem que ter gabinetes exclusivos para atender os alunos (R5)”, “é completamente equivocado você ter um instrumento similar para bacharelado e para os cursos tecnológicos, os instrumentos têm que ser completamente diferentes (R2)”.

4.4.3.1 Percentual de doutores

Não foi feita pergunta direta sobre o Indicador Titulação do corpo docente do curso. Contudo, este assunto surgiu logo no preenchimento do cabeçalho da pauta das entrevistas, nos seguintes itens: última titulação do coordenador e minicurrículo vitae. Ficou evidente que os coordenadores que não são mestres ou doutores sentiram-se desconfortáveis ao preencher o item, lembrando que, no início do tópico, menciona-se que somente 1 dos coordenadores de curso é doutor em Design, os demais são mestres e ou especialistas em outras áreas do conhecimento.

Somente os mestres mencionaram o desejo de fazer doutorado, 1 deles já está, inclusive, fomentando um orientador e IES; mas afirmou que sua pesquisa não será em Design. Quanto aos especialistas, 1 está aguardando equivalência de mestrado profissional do exterior e 2 não devem prestar concurso ainda no próximo ano, visto que acreditam não conseguir no momento conciliar o atual cargo de coordenação de curso com pesquisa. Dois especialistas mencionaram desinteresse em fazer doutorado, a exigência para cursos tecnológicos deveria ser diferenciada.

Três entrevistados mencionaram ter dificuldades de encontrar no mercado doutores em Design, seja pela falta deste profissional no mercado seja pelo perfil. Seguem alguns comentários a respeito: “por exemplo, a IES gostaria de lançar um curso novo de efeitos visuais para TV e cinema e não tenho gente do mercado para contratar (R1)”, “a dificuldade que eu vejo como coordenador é a de encontrar professor que tenham conhecimentos de topo de linha”, “no nosso curso atualmente só tem 1 doutor e o mesmo já está se aposentando (R5)”, “um curso de tecnologia deveria exigir uma quantidade maior professores especialistas com certificações, não acho correta a exigência atual do MEC em relação a quantidade de doutores no curso (R3)”, “uma grande empresa bate à minha porta requisitando mão de obra

para um *software* específico de efeitos visuais, mas eu não consigo formar esse aluno porque preciso de determinada quantidade de mestres e doutores para dar aula no curso (R1)”.

4.4.3.2 Prova do ENADE

Sobre a pergunta “O ENADE faz dois tipos de prova, uma para o bacharelado e outra para o tecnológico. O que você acha do MEC fazer a prova do ENADE diferente para os tecnólogos?”. Ficou evidente também que metade dos coordenadores não tem certeza se a prova para os tecnólogos é realmente diferente, mas todos acreditam que ela deveria ser.

Seguem algumas respostas: “acho pertinente (R4)”, “eu acho que realmente esta é a situação ideal, porque o tecnólogo não tem um aprofundamento em História da Arte (R1)”, “fazer prova diferente eu acho bacana, então você tem duas provas teoricamente diferentes, mas que cobram basicamente os mesmos tipos de conteúdo (R3)”, “para mim, é essencial ter uma prova só para o tecnólogo, o MEC tem que pensar numa modalidade prática de avaliar; a prova teórica está distante da realidade do aluno do curso tecnológico (R2)”. “acho correto as provas serem diferentes sim, o bacharel deveria ter questões de maior profundidade e com reflexões maiores nas questões socioeconômicas e o tecnólogo deveria ter questões mais direcionadas para tecnologia mesmo (R6)”, “eu acho bem coerente porque são cursos diferentes (R5)”.

4.4.4 Habilitações em Design

Nesta questão, solicitou-se aos coordenadores a ordenação por quantidade de curso das seguintes habilitações (distribuídas em tiras impressas em ordem alfabética): Design de Carnaval, Design de Animação, Design de Interiores, Design de Moda, Design Digital , Design Educacional, Design de *Games*, Design Gráfico Design de Produtos, Design Publicitário e *Web Design* (Tabela 1: Número de cursos no cadastro e-MEC por áreas/grupos nos diferentes graus).

Destaca-se que todos os coordenadores acertaram o posicionamento da habilitação em Design Gráfico, que possui a maior quantidade de cursos na área. Somente 1 entrevistado

acertou a segunda e a terceira posição no ranking de quantidade de cursos: Design de Interiores e Design de Moda.

Quatro entrevistados posicionaram o curso de Design de Produtos em segundo lugar, que, na verdade, ocupa a quarta posição no *ranking*. E 4 entrevistados também colocaram *Web Design* na quarta posição. Na realidade, este curso ocupa o quinto lugar na tabela.

Todos acertaram em indicar os cursos de Design de Carnaval, Design Publicitário e Design Educacional para as últimas posições da tabela, constituindo uma quantidade pequena do total.

4.4.4.1 Grau dos 742 cursos de Design

Atualmente existem as seguintes quantidades de cursos por grau: 461 tecnológicos, 275 bacharelados, 5 sequenciais, 1 licenciatura. Quanto aos graus dos cursos, nenhum coordenador conseguiu acertar as porcentagens exatas desenhando no gráfico-pizza. Apenas um coordenador acertou que os cursos tecnológicos são em maior quantidade, porém desenhou uma porcentagem muito alta de cursos de licenciatura. Todos os entrevistados revelaram não conhecer os cursos sequenciais.

Quando questionados sobre a discrepância entre o que desenharam e o que mostra a tabela real, fornecida pela pesquisadora logo em seguida, as justificativas pelo não acerto foram as seguintes: “não teve tanta discrepância assim, porque os cursos tecnológicos são cursos mais acessíveis, realmente é investimento de tempo hoje em dia, eu já sabia este dado, são os tipos de cursos que têm crescido mais (R6)”, “a minha memória acadêmica é da minha época de mestrado, ou seja, no início do ano 2.000 a modalidade de tecnólogo não era tão conhecida assim, então eu realmente achei que os cursos de bacharelado ainda dominassem a oferta (R2)”, “realmente desconheço esses dados, o que são cursos de licenciatura e sequenciais? (R4)”, “o que é um curso sequencial? Esses cursos de licenciatura são práticos, né? (R5)”, “deve ter mais cursos de tecnólogo do que bacharelado por ser uma formação mais rápida, o aluno economiza em vários sentidos: no tempo e no dinheiro dele (R3)”, “me lembro que na Estácio, foi mais ou menos em 2.005, que apareceu o tecnológico lá, eu estava cursando o tradicional... é o que me lembro”, “eu sequer sei o que é um cursos sequencial... (risos) (R1)”. “eu acredito que o crescimento dos cursos de graduação tecnológica se deva a uma cultura imediatista, o fato do aluno querer se inserir rapidamente no mercado de trabalho, ter um poder aquisitivo menor e precisar encontrar um emprego rapidamente (R5)”,

Percebeu-se uma surpresa muito grande por parte dos entrevistados ao constatarem a existência de um número mais alto de cursos tecnológicos do que bacharelados, assim como o desconhecimento pelos cursos sequenciais na área.

4.4.5 Pesquisa em Design

Na pergunta sobre o conhecimento de algum estudo com o tema “Ensino e Pesquisa em Design” com citação de nome da pesquisa e/ou do pesquisador, ficou claro que mais da metade dos coordenadores não conhecem publicações na área.

Apenas um citou a professora Lucy Niemeyer, o professor Sydney Freitas e a professora Rita Couto como referências na área. Outro citou uma pesquisa que está sendo realizada para obtenção do título de doutorado no Instituto de Arte, Design e Empresa (Portugal) sobre o tema “DI e o mercado”, de um ex-coordenador de curso tecnológico em Design Gráfico. Contudo, ressaltou que o pesquisador não está vinculado a nenhum órgão oficial de pesquisa no Brasil. Um dos entrevistados também sugeriu a leitura do artigo de uma professora sobre “Docência no Ensino Superior de Design”, que possui um canal nas redes sociais e tem Pós-Graduação em Artes.

Os entrevistados tiveram dificuldades para reponder a esta pergunta. Percebeu-se um certo esforço para lembrar de algum pesquisador e/ou pesquisa na área, bem como reforçaram o quanto é difícil realizar pesquisa aplicada no país. Somente um entrevistado defendeu a importância da titulação (doutorado) na docência para os cursos tecnológicos, principalmente para o coordenador de curso. Um deles também manifestou-se totalmente contra o perfil acadêmico dos gestores de curso: “eu nunca tive esse perfil acadêmico no sentido da pesquisa e tinha preconceito, como muitos do mercado ainda tem”. Em sua maioria, os coordenadores de curso defendem para os cursos tecnológicos a importância da expertise profissional e não acadêmica.

4.4.5.1 Iniciação científica nos cursos tecnológicos

Os entrevistados acreditam na importância da pesquisa para o desenvolvimento reflexivo dos seus alunos. No entanto, é importante destacar que a metade deles afirma que

ela não deve ser obrigatória. Três dos entrevistados foram unânimes em dizer que, para os alunos de curso tecnológico, a pesquisa é muito importante, uma vez que complementa com mais teoria o curto tempo do curso. A maioria também ressaltou que a iniciação científica deve contemplar projetos com empresas reais do mercado para que seus alunos possam fazer pesquisas aplicadas.

Seguem alguns apontamentos dos entrevistados sobre a importância da iniciação científica nos cursos tecnólogos em Design: “sendo o Design uma profissão recente, somente iniciou no Brasil com a implantação da ESDI há 50 anos, é realmente preciso se pesquisar mais sobre a temática do Ensino e educação na área, porque a área vem se modificando muito nos últimos anos (R5)” e completa, “a pesquisa influencia a sociedade, precisa existir mais pesquisas como a sua (R5)”, “é de grande importância no desenvolvimento dos trabalhos da graduação e também como preparação para a Pós-Graduação (R4)”, “eu acredito que seja importante porque muitos de nossos alunos acabam entrando e saindo sem sequer ter noção do que é escrever um artigo científico ou o que é gerar um conhecimento científico (R3)”, “é preciso retirar esse ranço de que fazer pesquisa é escrever artigo numa linguagem distante do público leigo (nossos alunos) (R2)”, “é a oportunidade de fazer pesquisas pontuais, bem pragmáticas, de testagem, de prototipagem, seria excelente, fundamental, na verdade (R6)”, “muito importante, o que acontece é que ainda temos aqui no Brasil um modelo que afasta a academia do mercado, a produção acadêmica se encontra em termos de relacionamento distante do mercado (R3)”, “eu quero fazer pesquisa que venha de conhecimento da prática e registrar para compartilhar com outras gerações, outros pesquisadores (R1)”, “é importantíssimo, pois é uma forma de complementar essa formação (R6)”, “é claro que num curso tecnológico em design a importância é menor do que num curso de bacharelado, até porque você tem um curso de carga horária reduzido (R2)”.

Somente 2 dos respondentes têm, em seus cursos, trabalhos sendo realizados em iniciação científica com os alunos. Um deles mencionou que a produção ainda é muito modesta. Vê-se, pois, que os principais problemas que impactam a iniciação científica nas IES tecnológicas cariocas são o tempo curto para seduzir e gerar interesse por parte dos alunos e o investimento financeiro.

Sobre a pergunta em relação à quantidade de cursos no grau bacharelado ser maior nas Regiões Sudeste e Sul, os respondentes mencionaram que são polos de produção da economia do país — berço da primeira escola de Design do Brasil (ESDI-Rio de Janeiro) — e que o poder aquisitivo mais alto da sociedade faz com que se possa investir tempo e dinheiro em

curso de longa duração. No entanto, não conheciam os dados reais da quantidade dos cursos; a diferença é mínima.

5 CONCLUSÃO E DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

Foram identificadas 100 instituições no Brasil, oferecendo um total de 156 cursos superiores em Design, Design Gráfico e/ou Desenho Industrial somente na Região Sudeste do país: 79 no grau bacharelado e 75 no grau tecnológico (MEC). O crescimento da quantidade de IES foi rápido e elevado, causando surpresa aos coordenadores de curso das graduações tecnológicas em Design Gráfico do Rio de Janeiro.

Retornando à questão central desta pesquisa, “Os Indicadores de Qualidade da Educação Superior (CPC, CC e ENADE) calculados pelo INEP expressam ou não a qualidade da instituição de ensino?”, os resultados indicam que não. Os cursos superiores tecnológicos em Design Gráfico (item 1.4 “Os cursos do eixo tecnológico Produção Cultural e Design”) são de curta duração e com o perfil do profissional de conclusão voltado para a prática profissional, porém estão sendo avaliados pelo MEC praticamente no mesmo formato que os cursos de bacharelado (longa duração e perfil teórico). Até a realização da primeira prova do ENADE para os tecnólogos (2015) só havia como modelo/gabarito as provas anteriores aplicadas pelo MEC aos alunos dos cursos de bacharelado em design. A prova deveria ser um sinalizador de conteúdos abordados pelas IES, porém está direcionando os alunos justamente no que estudar/aprender para realizá-la. Inclusive seus conteúdos deveriam ser diferenciados em relação à regionalidade brasileira.

É importante ressaltar que o INEP disponibiliza tipos de provas diferentes para os tecnólogos e bacharéis em Design. De fato, elas exigem competências muito parecidas e a estrutura da prova é exatamente igual para os dois perfis profissionais, principalmente em quantidade de questões discursivas. Tudo indica que os cursos tecnológicos devam reavaliar seus currículos e inserir mais disciplinas teóricas. Há necessidade de pesquisas que comparem detalhadamente seus conteúdos ou até mesmo proponham a realização de uma prova prática para os tecnólogos.

O aluno tecnólogo tem o perfil de formação de mão de obra específica para o mercado de trabalho e só se torna “empregável” se estiver atualizado com os conhecimentos exigidos. A urgência no aprendizado prático de *softwares* e na realidade para ganhar dinheiro

“hoje” o tornam refém de atualizar constantemente seu currículo. É importante, então, que haja um equilíbrio entre teoria x prática e que sejam implantadas unidades de apoio profissional (incubadoras, escritórios modelo de Design, etc).

A evolução histórica da Educação no Brasil mostra que os Liceus, as Escolas Técnicas, CEFETS etc, sempre formaram para um mercado de trabalho com este perfil de profissional. Percebe-se esforço dos governos com os órgãos que regulam o ensino superior no país, em categorizar e configurar as IES que oferecem cursos na área. Entretanto, o portal e-MEC ainda é muito frágil para constituir a única fonte de informações que disponibiliza esses dados. A ferramenta desenvolvida para o sistema de acesso ao público é ineficiente e, muitas vezes, deixa o pesquisador sem as informações atualizadas sobre dados importantes. Recomenda-se que os dados sobre as IES e cursos (códigos, modalidade, grau, nome, UF, Município, ENADE, CPC e CC, data de início de funcionamento, carga horária, coordenador, situação de funcionamento, periodicidade, vagas anuais, etc) sejam disponibilizados e auxiliem com essas informações.

O resultado da pesquisa mostra que os cursos de graduação tecnológicas cariocas estão adaptando sensivelmente seus projetos de cursos em função do resultado não satisfatório no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, seja aumentando a carga horária de disciplinas teóricas, realizando simulados, seja até mesmo revendo a estrutura física (quantidade de salas de aulas x computadores) para estimular mais o pensamento reflexivo em seu aluno tecnólogo.

Por fim, há necessidade de maior titulação dos coordenadores e professores para que se possa realizar pesquisas nas IES cariocas e para trabalhar iniciação científica com os alunos tecnólogos. **Foi dado o primeiro passo para o entendimento da expansão e contexto atual dos cursos superiores de graduação tecnológica em Design.**

5.1 Desdobramentos da pesquisa

Ainda tornam-se necessários muitos estudos sobre a estrutura das IES tecnológicas de Design, perfil do aluno tecnólogo, inserção no mercado de trabalho, perfil dos coordenadores de cursos e professores, habilitações em Design e Indicadores de Qualidade (INEP). O ENADE, por exemplo, tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas

diretrizes curriculares do respectivo curso superior de graduação. O resultado do exame produz dados por IES — categoria administrativa, organização acadêmica, município, estado, região geográfica e Brasil — só serão construídos referenciais que permitam a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação tecnológica por parte dos coordenadores, professores, dirigentes e autoridades educacionais se forem feitas mais pesquisas sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ W. R. C. **Educação Profissional e Tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 92, p. 719-742, jul/set 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v24n92/1809-4465-ensaio-24-92-0719.pdf>>. Acesso em: 12/06/2017.
- BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. **A Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Editora Alínea, 2013.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA 3^a Edição. **República Federativa do Brasil - Ministério da Educação - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/DF, 2016.
- CERVO, A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a educação tecnológica, no quadro da educação profissional brasileira. 2005**. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/biblioteca/wp-content/uploads/2013/03/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf>. Acesso em: 28 maio. 2010.
- COSTA D. M; PAIVA R. V. C.; FERREIRA J. P. C.; e BARBOSA F. V. **O ensino da pesquisa científica em cursos superiores de Tecnologia em Gastronomia**. Revista PRETEXTO (ISSN 1517-672X e-ISSN 1984-6983). Revista da Universidade FUMEC/FAC; v.13, n.4 (2012). <http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/49/pdf>. Data de acesso: 05 de janeiro de 2017.
- DEMO, P. **Desafios Modernos da Educação**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Divisão de Capacitação Tecnológica. **Manual de técnicas de conclaves**. - 2 ed. - Rio de Janeiro, 1996. 173p.
- DURHAM, E. **Educação superior, pública e privada (1808 – 2000)**. In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2005. p.197-240.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FAVRETTO, J. **Cursos Superiores de Tecnologia: surgimento, legislação e expansão no período pós-LDB**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.
- FAVRETTO J.; e MORETTO C. F. **Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da Educação Superior no Brasil: a retomada da ênfase na Educação Profissional**. Revista Educação e Sociedade – Campinas, v. 34, n. 123, p. 407-424, abr-jun 2013. Disponível em <[HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>
- FREITAS, S. **A Influência de tradições acrílicas no processo de estruturação do ensino/pesquisa de Design**. 1999. 429f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) –

Programa de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FLUSSER, V. O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução: Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 224 pp.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, F. R. **Formação e Perfil dos Coordenadores de Curso de Ensino Superior em Design**. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-graduação em Design, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MALDONADO, T. **Design Industrial**. São Paulo, Edições 70, LDA., 2012.

MANCEBO, D. A.; SILVA JÚNIOR, J. R. Reforma Universitária no contexto de um governo popular democrático: primeiras aproximações. Disponível:

<http://www.adufpa.org.br/reform_univ/artigos.html>. Acesso 23/07/2009. 21h34, s/d.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MELLO, J. C. S. **Áreas de formação e diferenciação institucional: evidências de estratificação dos estudantes no ensino superior brasileiro**. 2011. 158f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENDES B. C.; e FALEIROS P. B. **O ensino da pesquisa científica em cursos superiores de Tecnologia em Gastronomia**. Revista Hospitalidade (ISSN 1807-975X e-ISSN 2179-9264). Revista coordenada pelo PPG em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP); v. X, n.12 (2013). <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/509>. Data de acesso: 05 de janeiro de 2017.

MONTAGNER M. A.; e MONTAGNER M. I. **A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura**. Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva (ISSN 1982-8829). Revista coordenada pela Unidade de Tecnologias da Informação e Comunicação em Saúde (UTICS) do Núcleo de Estudos de Saúde Pública (NESP) da Universidade de Brasília (UnB); v. 5, n. 2 (2011). <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/979/91>. Data de acesso: 18 de abril de 2014.

NIEMEYER, L. **Design no Brasil: Origens e instalação**. Rio de Janeiro: 2AB, 2007.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO. Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico – Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design. Código Senac Rio: 11062. Código DN: 734. Reconhecido pelo MEC/SERES sob nº 134 em 27/07/2012. Graduação Tecnológica em Design Gráfico.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil – o setor privado**. São Paulo, Hucitec, 2000.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA E. A. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**. *Anais do IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*. Florianópolis, SC, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. In: _____ . **Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 187-233.

SCHNAIDER, S. H. de C. **Web + Design = Quebra-cabeça de pixel?** 2006. 264 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Desenho Industrial, FAAC-UNESP Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

SCHNAIDER, S. H. de C.; FREITAS, S. F. **A distribuição dos cursos superiores de design no Brasil.** In: SPGD 2016 - SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN DA ESDI, 2., 9-11 nov. 2016, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Escola Superior de Desenho Industrial – Programa de Pós-Graduação em Design, UERJ, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7Wa7g_bCGFoNnVpRVctWTdQVvm8/view>. Acesso em: 01 set. 2017.

SCHULMANN, D. **O Desenho Industrial.** São Paulo: Editora Papirus, 1994.

TEIXEIRA, A. **Ensino Superior no Brasil - análise e interpretação de sua evolução até 1969,** Rio de Janeiro. EdUFRJ, 2005.

WITTER, G. **Desenho Industrial - Uma perspectiva Educacional.** São Paulo: CNPq/Coordenação Editorial, 1985.

WOLLNER, A. DVD: **Alexandre Wollner e a formação do design moderno no Brasil. Depoimentos sobre o design visual brasileiro.** Um projeto de André Stolarki. São Paulo: Cosacnaify, 2005.

PORTAL ADG. Disponível em: <<http://www.adg.org.br/institucional/apresentacao>>. Acesso em: 06/01/2017.

PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS-LEGISLAÇÃO. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/2003/decreto-52428-20-outubro-2003-603937-publicacaooriginal-124832-pe.html>>. Acesso em 18/09/2017. vc hn

PORTAL CEFET/RJ-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017. Disponível em: <<http://www.cefet-rj.br/index.php/2015-06-02-16-38-34>>. Acesso em: 05/01/2017.

PORTAL E-MEC - Consulta interativa e consulta textual. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20/03/2016.

PORTAL E-MEC - Consulta textual - Cadastro. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTc4/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MTk=/>>>. Acesso em: 30/01/2018.

PORTAL INEP. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf>. Acesso em: 06/01/2017.

PORTAL INEP. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-aprimora-avaliacao-da-educacao-superior-e-define-conceito-preliminar-de-curso/21206. A acesso em: 15/09/2017.

PORTAL INEP. ENADE-EDITAL, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/edital/2017/edital_n26_de_16062017_enade_2017.pdf>. Acesso em: 12/11/2017.

PORTAL INEP. ENADE-MANUAL ENADE, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade/manual-do-enade>>. Acesso em: 21/03/2016.

- PORTAL INEP. ENADE-PERGUNTAS FREQUENTES, 2016. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/enade/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 20/03/2016.
- PORTAL INEP-INDICADORES. Disponível em:
<<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores>>. Acesso em: 06/01/2017.
- PORTAL INEP-CONHEÇA O INEP. Disponível em:
< [http:// portal.inep.gov.br/web/guest/conheca-o-inep](http://portal.inep.gov.br/web/guest/conheca-o-inep) >. Acesso em: 06/01/2017.
- PORTAL INEP-PERGUNTAS FREQUENTES. Disponível em:
<<http://inep.gov.br/perguntas-frequentes4>>. Acesso em: 10/11/2017.
- PORTAL MEC. Carga Horária - Ensino Superior – Bacharelado. Disponível em:
<[http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-
pareceres-e-resolucoes?id=12801](http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12801)>. Acesso em: 20/03/2016.
- PORTAL MEC. CNE-Apresentação. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces108_03.pdf>. Acesso em 20/03/2016.
- PORTAL DO MEC. Instituições Credenciadas. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas-sp-1781541355> >. Acesso em:
20/03/2016.
- PORTAL DO MEC. E-MEC. APRESENTAÇÃO. Disponível em:
< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces108_03.pdf >. Acesso em: 20/03/2016.
- PORTAL DO MEC. E-MEC. CURSOS. Disponível em:
<<http://emec.mec.gov.br/emec/educacao-superior/cursos> >. Acesso em: 20/03/2016.
- PORTAL DO MEC. E-MEC. PROGRAMAS E AÇÕES. Disponível em:
< <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoess> >. Acesso
em: 20/03/2016.
- PORTAL MEC. O que é CPC?. Disponível em:
<[http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13074:o-que-e-o-conceito-preliminar-
de-curso](http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13074:o-que-e-o-conceito-preliminar-de-curso)>. Acesso em: 20/03/2016.
- PORTAL MEC. Perguntas frequentes sobre Educação Superior. Disponível em:
<[http://portal.mec.gov.br/busca-geral/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-
superior-399764090/14384-perguntas-frequentes-sobre-educacao-
superior#curso_sequenciais](http://portal.mec.gov.br/busca-geral/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/14384-perguntas-frequentes-sobre-educacao-superior#curso_sequenciais) >. Acesso em: 20/03/2016.
- PORTAL MEC. Instituições Credenciadas. Disponível
em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas-sp-1781541355>>. Acesso em:
E20/03/2016.
- PORTAL MEC-CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA, 2009. Disponível em:
<[HTTP://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>.
Acesso em: 04/01/2017.
- PORTAL MEC-CNE-APRESENTAÇÃO. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces108_03.pdf> Acesso em: 02/01/2017.
- PORTAL MEC- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2009. Disponível em:
< [http://portal.mec.gov.br/component/content/article/209-noticias/564834057/10879-sp-
77617786?Itemid=164](http://portal.mec.gov.br/component/content/article/209-noticias/564834057/10879-sp-77617786?Itemid=164)>. Acesso em: 04/01/2017.

PORTAL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil - subchefia para assuntos Jurídicos. Lei Nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm >. Acesso em: 02/09/2017.

PORTAL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil - subchefia para assuntos Jurídicos. Lei Nº 5.773, de 09 de Maio de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm >. Acesso em: 02/09/2017.

PORTAL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil - subchefia para assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.394/96, de 16 de Julho de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02/09/2017.

PORTAL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil - subchefia para assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.861/04, de 14 de Abril de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm >. Acesso em: 12/11/2017.

PORTAL PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil - subchefia para assuntos Jurídicos. Lei Nº 10.870/04, de 19 de Maio de 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.870.htm >. Acesso em: 12/11/2017.

PORTAL PUC RIO- HISTÓRIA, 2017. Disponível em: < <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/historia/>>. Acesso em: 10/09/2017.

PORTAL UNIFESP. Disponível em: < <https://www3.unifesp.br/prograd/app/cursos/index.php/prograd/descricao/2047>>. Acesso em: 10/09/2016.

POTAL WORLD DESIGN ORGANIZATION. . Disponível em: < <http://wdo.org/about/definition/>>. Acesso em: 10/09/2017.

7 ANEXOS

ANEXO A: Tabela da Região Norte (28 cursos)

ANO	UF	IES	NOME	GRAU	HS	MODALIDADE	VAGAS
1987	AM	UFAM-UNIVERSIDADE FEDERAL DE AMAZONAS	DESIGN	BACHARELADO	3.105	PRESENCIAL	48
2001	AM	FMF-FACULDADE MARTHA FALCÃO	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	100
2002	PA	UEPA-UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	DESIGN	BACHARELADO	3.220	PRESENCIAL	40
2002	AM	CESF-INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FUCAPE	DESIGN	BACHARELADO	2.560	PRESENCIAL	80
2004	PA	FEAPA-FACULDADE DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ	DESIGN	BACHARELADO	2.550	PRESENCIAL	100
2005	PA	FEAPA-FACULDADE DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ	DESIGN	BACHARELADO	2.550	PRESENCIAL	100
2006	AP	CEAP-CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	100
2006	AM	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	PA	UNIASSELVI-BELÉM-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	PA	UNIASSELVI-CAMETÁ-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	PA	UNIASSELVI-MARABÁ-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	RO	UNIASSELVI-JI PARANÁ-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	RO	UNIASSELVI-ROLIM DA MOURA-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2007	PA	FAINTIPI-FACULDADES INTEGRADAS IPIRANGA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.605	PRESENCIAL	160
2008	RR	ESTÁCIO ATUAL-FACULDADE ESTÁCIO DA AMAZÔNIA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.124	PRESENCIAL	200
2008	AM	UNINORTE-CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.500	PRESENCIAL	150
2008	AC	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	RO	CEUCLAR-BURITIS-CLARENTIANO CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	150
2008	RO	CEUCLAR-JI PARANÁ-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	150
2008	RO	CEUCLAR-PORTO VELHO-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	150
2008	RO	CEUCLAR-SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	150
2008	RO	CEUCLAR-VILHENA-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	150
2008	RR	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	150
2008	TO	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	150
2009	RN	UNP-UNIVERSIDADE POTIGUAR	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.920	PRESENCIAL	180
2009	AP	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ	DESIGN	TECNOLÓGICO	2.800	PRESENCIAL	100
2010	PA	ESTÁCIO FAP-FACULDADE ESTÁCIO PARÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.920	PRESENCIAL	200
2013	AM	FAMETRO-FACULDADE METROPOLITANA DE MANAUS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.700	PRESENCIAL	200
	PA	UNAMA-UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.560	PRESENCIAL	240

IES da Região Norte do Brasil: Estado do Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Rondônia, (RO) Roraima (RR), Pará (PA) e Tocantins (TO). Observação: a IES UNAMA, no Pará, não possui a data de início do curso no portal e-MEC.

ANEXO B: Tabela da Região Nordeste (52 cursos)

ANO	UF	IES	NOME DO CURSO	GRAU	HS	MODALIDADE	VAGAS
1961	BA	UFBA-UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	DESIGN	BACHARELADO	3.687	PRESENCIAL	25
1976	MA	UFMA-UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	DESIGN	TECNOLÓGICO	2.865	PRESENCIAL	60
1978	PB	UFCG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	DESIGN	BACHARELADO	3.500	PRESENCIAL	60
1986	BA	UNEB-UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	DESIGN	BACHARELADO	2.865	PRESENCIAL	40
1999	SE	UNIT-UNIVERSIDADE TIRADENTES	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.680	PRESENCIAL	240
2000	PE	IFPE-INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.620	PRESENCIAL	80
2001	BA	UNIFACS-UNIVERSIDADE DE SALVADOR	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	135
2002	BA	UNIJORGE-CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO	DESIGN	BACHARELADO	2.800	PRESENCIAL	240
2003	CE	FANOR-FACULDADE NORDESTE	DESIGN	BACHARELADO	2.700	PRESENCIAL	100
2004	BA	FACOC SALVADOR	DESIGN	BACHARELADO	-	PRESENCIAL	100
2004	BA	FCS-FACULDADE CIDADE DE SALVADOR	DESIGN	BACHARELADO	-	PRESENCIAL	100
2004	PE	UFPE-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	DESIGN	BACHARELADO	3.210	PRESENCIAL	70
2005	PE	FBV-FACULDADE BOA VIAGEM	DESIGN	BACHARELADO	2.408	PRESENCIAL	240
2006	PE	UFPE-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	DESIGN	BACHARELADO	3.030	PRESENCIAL	160
2006	AL	IESA- INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	100
2006	BA	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	MA	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2007	AL	FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE MACEIÓ	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	220
2007	PR	UTFPR-UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.775	PRESENCIAL	88
2007	PB	UFPB-UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	DESIGN	BACHAREALDO	2.820	PRESENCIAL	50
2008	CE	ESTÁCIO FIC- CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.936	PRESENCIAL	160
2008	AL	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	BA	CEUCLAR-BARREIRAS-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150

2008	BA	CEUCLAR-FEIRA DE SANTANA-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	BA	CEUCLAR-VITÓRIA DA CONQUISTA-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	PE	FIBRAM-FACULDADES INTEGRADAS BARROS DE MELO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.320	PRESENCIAL	80
2008	PB	ESTÁCIO PARAÍBA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.800	PRESENCIAL	240
2009	RN	UNP-UNIVERSIDADE POTIGUAR	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.920	PRESENCIAL	180
2009	RN	UFRN-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	DESIGN	BACHARELADO	2.690	PRESENCIAL	40
2009	PB	IFPB-INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.800	PRESENCIAL	240
2009	PE	IPESU-INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ENSINO SUPERIOR	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	100
2009	PE	UNIBRATEC-FACULDADE DE TECNOLOGIA IBRATEC	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.800	PRESENCIAL	200
2010	SE	UFS-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	DESIGN	BACHARELADO	3.210	PRESENCIAL	50
2010	CE	FANOR-FACULDADE NORDESTE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.700	PRESENCIAL	50
2010	CE	FA7-FACULDADE SETE DE SETEMBRO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	200
2011	BA	UNIVERSO-UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	DESIGN	BACHARELADO	2.985	PRESENCIAL	500
2011	PI	FAC-FACULDADE PIAUÍENSE	DESIGN	BACHARELADO	2.408	PRESENCIAL	200
2011	AL	UFAL-UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	DESIGN	BACHARELADO	2.880	PRESENCIAL	60
2012	CE	UFC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	DESIGN	BACHARELADO	3.200	PRESENCIAL	40
2012	PI	FACULDADE CET-FACULDADE DE TECNOLOGIA DE TERESINA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.680	PRESENCIAL	240
2013	MA	UNICEUMA-UNIVERSIDADE DO CEUMA	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	200
2013	PE	FBV-FACULDADES BOA VIAGEM	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.724	PRESENCIAL	100
2014	BA	FRBA-FACULDADE RUY BARBOSA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.724	PRESENCIAL	80
2014	PE	UNIVIP-CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IPOJUCA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.720	PRESENCIAL	100
2015	CE	FRCS-FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.100	PRESENCIAL	100
2015	PI	FACID-FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.700	PRESENCIAL	50

IES da Região Nordeste do Brasil: Estado de Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE).

ANEXO C: Tabela da Região Centro-Oeste (27 cursos)

ANO	UF	IES	NOME DO CURSO	GRAU	HS	MODALIDADE	VAGAS
1989	DF	UNB-UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DESENHO INDUSTRIAL-PROGRAMAÇÃO VISUAL	BACHARELADO	2.940	PRESENCIAL	20
1989	DF	UNB-UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DESENHO INDUSTRIAL-PROJETO DE PRODUTO	BACHARELADO	2.940	PRESENCIAL	20
1999	GO	PUC GOIÁS-PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	DESIGN	BACHARELADO	3.672	PRESENCIAL	120
2001	DF	FACULDADE FORTIUM	DESIGN	BACHARELADO	2.910	PRESENCIAL	200
2003	MS	UCDB-UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	70
2005	DF	UNIPLAN-CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANATO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	100
2006	GO	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-ITUMBIARA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	GO	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-PORANGATU	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	GO	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-POSSE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	MS	UNIASSELVI-CAMPO GRANDE-CENTRO UNIVERSITÁRIO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	TECNOLÓGICO	180
2006	MS	UNIASSELVI-MARACAJU-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	MT	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	DF	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	230
2007	GO	FESURV-UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	DESIGN	TECNOLÓGICO	1.989	PRESENCIAL	60
2007	GO	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC GOIÁS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.160	PRESENCIAL	100
2008	DF	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	GO	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	MS	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	MT	CEUCLAR-CUIABÁ-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	180
2008	MT	CEUCLAR-RONDONÓPOLIS-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	180
2009	GO	UNIVANGÉLICA-CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	60
2010	GO	FESURV-UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.755	PRESENCIAL	60
2012	DF	IESB-CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO SUPERIOR DE BRASÍLIA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.700	PRESENCIAL	240
2013	GO	UFG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.770	PRESENCIAL	35
2013	GO	FESGO-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ DE GOIÁS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	5.172	PRESENCIAL	200
2014	DF	UNICEUB-CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	160
2016	DF	UDF-CENTRO UNIERSTÁRIO DO DF	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.635	PRESENCIAL	120

IES da Região Centro-Oeste do Brasil: Distrito Federal, Estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ANEXO D: Tabela da Região Sul (96 cursos)

ANO	UF	IES	NOME DO CURSO	GRAU	HORAS	MODALIDADE	VAGAS
1975	PR	UFPR-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.490	PRESENCIAL	33
1977	PR	UTFPR-UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	DESIGN	BACHARELADO	2.412	PRESENCIAL	350
1987	RS	UFSM-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	DESENHO INDUSTRIAL – PROGRAMAÇÃO VISUAL	BACHARELADO	3.600	PRESENCIAL	20
1987	RS	UFSM-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	DESENHO INDUSTRIAL – PROJETO DE PRODUTO	BACHARELADO	3.600	PRESENCIAL	20
1988	PR	UNOPAR-UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	DESENHO INDUSTRIAL-PROGRAMAÇÃO VISUAL	BACHARELADO	2.692	PRESENCIAL	20
1988	PR	UNOPAR-UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	DESENHO INDUSTRIAL-PROJETO DE PRODUTO	BACHARELADO	2.692	PRESENCIAL	20
1988	PR	PUCPR-PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	DESENHO INDUSTRIAL-PROGRAMAÇÃO VISUAL	BACHARELADO	3.420	PRESENCIAL	60
1992	PR	PUCPR-PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	DESENHO INDUSTRIAL-PROGRAMAÇÃO VISUAL	BACHARELADO	3.420	PRESENCIAL	60
1997	PR	UEL-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.915	PRESENCIAL	20
1997	SC	UNIVILLE-UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	318
1997	PR	UTP-UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	DESIGN	BACHARELADO	2.412	PRESENCIAL	350
1998	SC	UNIVALI-UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	DESIGN	BACHARELADO	2.888	PRESENCIAL	80
1999	RS	UNIFRA-CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO	DESIGN	BACHARELADO	3.1451	PRESENCIAL	40
1999	SC	UFSC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	DESIGN	BACHARELADO	2.925	PRESENCIAL	120
1999	RS	UFPEL-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	3.216	PRESENCIAL	25
1999	RS	FEEVALE-UNIVERSIDADE FEEVALE	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	100
1999	RS	FEEVALE-UNIVERSIDADE FEEVALE	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	100
1999	PR	UTP-UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.412	PRESENCIAL	100
2000	SC	UDESC-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	3.240	PRESENCIAL	20
2002	SC	UNIASSSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-INDAIAL	DESIGN	BACHARELADO	3.348	PRESENCIAL	100
2002	PR	UEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	DESIGN	BACHARELADO	3.373	PRESENCIAL	40
2002	RS	UNIRITTER-CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	DESIGN	BACHARELADO	2.818	PRESENCIAL	240

2002	RS	UNIRITTER-CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRITTER DO REIS	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.818	PRESENCIAL	160
2003	SC	FURB-UNIVERSIDADE FEDERAL DE BLUMENAU	DESIGN	BACHARELADO	3.456	PRESENCIAL	100
2003	RS	UNIJUI-UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	DESIGN	BACHARELADO	2.530	PRESENCIAL	20
2003	RS	ESPM-POA ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING DE PORTO ALEGRE	DESIGN	BACHARELADO	3.225	PRESENCIAL	150
2004	SC	UNC-UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CANOINHAS	DESIGN	BACHARELADO	2.685	PRESENCIAL	40
2004	RS	ULBRA-UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	DESIGN	BACHARELADO	2.652	PRESENCIAL	120
2004	SC	UNIVALI-UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – BALNEÁRIO CAMBURIÚ	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.880	PRESENCIAL	80
2004	SC	UNISUL-UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	DESIGN	BACHARELADO	2.760	PRESENCIAL	100
2005	RS	UNIVATES-CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	DESIGN	BACHARELADO	2.880	PRESENCIAL	60
2005	SC	FACISA-CELER FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	DESIGN	BACHARELADO	2.252	PRESENCIAL	100
2005	RS	FAI-FACULDADE DOS IMIGRANTES	DESIGN	BACHARELADO	2.880	PRESENCIAL	100
2006	RS	FSG-FACULDADE DA SERRA GAÚCHA	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	200
2006	RS	ULBRA-UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.768	PRESENCIAL	80
2006	RS	FACULDADE AMÉRICA LATINA	DESIGN	BACHARELADO	3.210	PRESENCIAL	100
2006	PR	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	RS	UFRGS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	DESIGN VISUAL	BACHARELADO	3.930	PRESENCIAL	40
2006	RS	UFRGS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	DESIGN DE PRODUTO	BACHARELADO	3.930	PRESENCIAL	40
2006	RS	UNIASSELVI-BENTO GONÇALVES-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	RS	UNIASSELVI-CAMAQUÃ- CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	RS	UNIASSELVI-CAPÃO DA CANOA-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	RS	UNIASSELVI-ERVAL SECO-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	RS	UNIASSELVI-PASSO FUNDO-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	RS	UNIASSELVI-PORTO ALEGRE-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180

2006	RS	UNIASSELVI-SÃO PAULO DAS MISSÕES-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-BALNEÁRIO CAMBORIÚ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-BLUMENAU	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-BRUSQUE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-CAPIVARI DE BAIXO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-BRICIÚMA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-FLORIPA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-GUARÁMIRIM	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-HERVAL D'OESTE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-IMBITUBA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-INDAIAL	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-ITAPIRANGA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-ITUPORANGA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-JOINVILLE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-LAGES	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-PALHOÇA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-RIO DO SUL	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SC	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI-XAXIM	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2007	SC	FAMESUL-FACULDADE METROPOLITANA DE RIO DO SUL	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	100
2007	RS	FAE-FACULDADE ANGLICANA DE EREXIM	DESIGN	BACHARELADO	3.000	PRESENCIAL	100
2007	PR	FAE - CENTRO UNIVERSITÁRIO	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	50
2007	RS	UNISINOS-UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO SINOS	DESIGN	BACHARELADO	2.803	PRESENCIAL	80

2007	RS	UCS-UNIVERSIDADE CAXIAS DO SUL	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.550	PRESENCIAL	60
2007	PR	UTPR-UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.775	PRESENCIAL	88
2008	PR	UNICURITIBA CENTRO UNIVERSITÁRIO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	200
2008	SC	CATÓLICO DE SANTA CATARINA EM JARAGUÁ DO SUL	DESIGN	BACHARELADO	2.535	PRESENCIAL	120
2008	PR	UP-UNIVERSIDADE POSITIVO	DESIGN	BACHARELADO	3.000	PRESENCIAL	70
2008	SC	FASATC-FACULDADE SATC	DESIGN	BACHARELADO	2.490	PRESENCIAL	80
2008	PR	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	RS	CLARENTIANO CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	RS	UPF-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.620	PRESENCIAL	100
2008	PR	UDC-CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	80
2008	SC	UNIVALI-UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – FLORIANÓPOLIS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.605	PRESENCIAL	85
2009	SC	IFES-INSTITUTO CENESISTA FAYAL DE ENSINO SUPERIOR	DESIGN	BACHARELADO	3.020	PRESENCIAL	200
2009	PR	PUCPR-PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	DESENHO INDUSTRIAL- DESIGN DIGITAL	BACHARELADO	3.420	PRESENCIAL	120
2009	SC	UNC-UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-RIO NEGRINHOS	DESIGN	BACHARELADO	2.685	PRESENCIAL	40
2010	SC	UNOCHAPECÓ- UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	DESIGN	BACHARELADO	2.440	PRESENCIAL	40
2010	SC	FEAN-FACULDADE ENERGIA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS	DESIGN	BACHARELADO	3.150	PRESENCIAL	100
2010	SC	UNIDAVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.785	PRESENCIAL	50
2010	RS	UCS-UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	DESIGN	BACHARELADO	2.880	PRESENCIAL	80
2011	PR	UNIVERSIDADE POSITIVO IFSUL-INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO- GRANDENSE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.200	PRESENCIAL	100
2011	RS	UNIFEBE-CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	DESIGN	BACHARELADO	2.920	PRESENCIAL	66
2012	SC	UNESC-UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	80
2012	SC	UNILASSALE-CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SSALE	DESIGN	BACHARELADO	2.606	PRESENCIAL	100
2012	RS	UNILASSALE-CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SSALE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.620	PRESENCIAL	100
2013	RS	FTEC PORTO ALEGRE INFNET-INSTITUTO INFNET	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.700	PRESENCIAL	80
2013	RS	RIO DE JANEIRO (PORTO ALEGRE)	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.700	PRESENCIAL	80
2013	RS	FTEC-CAXIAS FACULDADE DE TECNOLOGIA TECBRASIL	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.700	PRESENCIAL	80
2013	PR	FACULDADES OPET	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.200	PRESENCIAL	200

2013	PR	PUCPR-PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.132	PRESENCIAL	60
2014	PR	UTP-UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.674	PRESENCIAL	120

IES da Região Sul do Brasil: Estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

ANEXO E: Tabela da Região Sudeste (154 cursos)

ANO	UF	IES	NOME DO CURSO	GRAU	HORAS	MODALIDADE	VAGAS
1967	SP	FAAP-FACULDADE DE ARTES PLÁSTICAS DA FUNDAÇÃO ARMANDO ÁLVARES PENTEADO	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	3.300	PRESENCIAL	300
1969	RJ	UERJ-UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	3.600	PRESENCIAL	35
1971	RJ	UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	3.090	PRESENCIAL	50
1972	SP	UNIFRAN-UNIVERSIDADE DE FRANCA	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	120
1972	RJ	PUC-RIO PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	DESENHO INDUSTRIAL-COMUNICAÇÃO VISUAL	BACHARELADO	3.570	PRESENCIAL	86
1972	RJ	PUC-RIO PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	DESENHO INDUSTRIAL-PROJETO DE PRODUTO	BACHARELADO	3.570	PRESENCIAL	86
1974	SP	UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	60
1974	SP	UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	DESIGN DE PRODUTO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	60
1974	SP	UNG-UNIVERSIDADE DE GUARULHOS	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	3.280	PRESENCIAL	60
1974	SP	UNG-UNIVERSIDADE DE GUARULHOS	DESIGN	BACHARELADO	3.280	PRESENCIAL	120
1975	SP	FADIM-FACULDADE DE DESENHO INDUSTRIAL DE MAUÁ	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	3.200	PRESENCIAL	100
1976	SP	MAKENZIE-UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MAKENZIE	DESIGN	BACHARELADO	3.052	PRESENCIAL	240
1984	SP	FEBASP-CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.880	PRESENCIAL	300
1987	SP	FDT-FACULDADE DE DESENHO DE TATUÍ	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	3.024	PRESENCIAL	60
1988	SP	FATEB-FACULDADES DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	3.180	PRESENCIAL	60
1989	SP	FATEA-FACULDADES INTEGRADAS TERESA D'AVILA	DESIGN	BACHARELADO	2.880	PRESENCIAL	50
1990	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-SÃO7 PAULO	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	115
1991	SP	USJT-UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	DESIGN	BACHARELADO	2.933	PRESENCIAL	270
1994	RJ	UNICARIOCA	DESIGN	BACHARELADO	2.960	PRESENCIAL	240
1996	RJ	UNESA-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ- CENTRO	DESIGN	BACHARELADO	2.994	PRESENCIAL	120
1996	RJ	UNESA-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ- BARRA DA TIJUCA	DESIGN	BACHARELADO	2.994	PRESENCIAL	140
1997	SP	UNIAN-SP UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	DESIGN	BACHARELADO	3.040	PRESENCIAL	90
1998	SP	FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E DESIGN "OSWALDO CRUZ"	DESIGN	BACHARELADO	3.092	PRESENCIAL	160
1998	ES	UFES-UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	DESIGN	BACHARELADO	2.790	PRESENCIAL	60
1999	SP	UBC-UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	140
2000	RJ	UNIVERSO-UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA-NITERÓI	DESIGN	BACHARELADO	2.985	PRESENCIAL	500
2000	SP	FMU-CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES	DESIGN	BACHARELADO	3.000	PRESENCIAL	250
2000	MG	METROPOLITANAS UNIDAS UNIVALE-UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.816	PRESENCIAL	80

2001	MG	FESBH-CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE BELO HORIZONTE	DESIGN	TECNOLÓGICO	4.968	PRESENCIAL	200
2001	ES	FAESA-FACULDADES INTEGRADAS ESPÍRITO SANTO	DESIGN	BACHARELADO	2.376	PRESENCIAL	200
2001	RJ	IF FLUMINENSE-INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.116	PRESENCIAL	60
2001	MG	FUMEC- FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	60
2001	RJ	SENAI-CETIQT FACULDADE-RIACHUELO	DESIGN	BACHARELADO	3.194	PRESENCIAL	120
2002	SP	ESAMAC-FACULDADE ESAMAS DE CAMPINAS	DESIGN	BACHARELADO	3.636	PRESENCIAL	160
2002	SP	FACAMP-FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	DESIGN	BACHARELADO	5.004	PRESENCIAL	100
2002	SP	IESB-INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE BAURU	DESIGN	BACHARELADO	3.200	PRESENCIAL	80
2003	ES	UCL-FACULDADE DO CENTRO LESTE	DESIGN	BACHARELADO	2.800	PRESENCIAL	100
2003	RJ	UNESA-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.796	PRESENCIAL	280
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-BAURU	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-CAMPINAS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-JUNDIAÍ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-RIBEIRÃO PRETO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-SANTANA DE PARNAÍBA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-SANTOS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA- SOROCABA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	115
2003	RJ	UNESA-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.796	PRESENCIAL	280
2003	RJ	ESPM-ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	DESIGN	BACHARELADO	2.940	PRESENCIAL	80
2004	MG	UEMG-UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	100
2004	SP	ESPM-ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	DESIGN	BACHARELADO	3.881	PRESENCIAL	80

2004	SP	FAAL-FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E ARTES DE LIMEIRA	DESIGN	BACHARELADO	3.320	PRESENCIAL	50
2004	SP	FAI-FACULDADES ADAMANTINENSES INTEGRADAS UNIVEM-CENTRO	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	2.652	PRESENCIAL	100
2004	SP	UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.760	PRESENCIAL	120
2004	MG	FAESSA-FACULDADE UBERLANDENSE DE NÚCLEOS INTEGRADAS DE ENSINO, SERVIÇO SOCIAL E APRENDIZAGEM	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	100
2005	RJ	SENAI-CETIQT FACULDADE-BARRA I	DESIGN	BACHARELADO	3.300	PRESENCIAL	120
2005	RJ	SENAI-CETIQT FACULDADE-BARRA II	DESIGN	BACHARELADO	3.300	PRESENCIAL	120
2005	SP	SENAC SP-CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC	DESIGN	BACHARELADO	2.430	PRESENCIAL	50
2006	SP	USP-UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	DESIGN	BACHARELADO	3.870	PRESENCIAL	40
2006	SP	FAIMI-UNIÃO DAS ESCOLAS DO GRUPO FAIMI DE EDUCAÇÃO	DESIGN	BACHARELADO	3.060	PRESENCIAL	100
2006	SP	UNISO-UNIVERSIDADE DE SOROCABA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.920	PRESENCIAL	60
2006	RJ	UVA-UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	180
2006	MG	UNA-CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	240
2006	MG	ESAMC-FACULDADE ESAMC DE UBERLÂNDIA	DESIGN	BACHARELADO	3.476	PRESENCIAL	200
2006	RJ	UNIFOA-CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA	DESIGN	BACHARELADO	3.200	PRESENCIAL	80
2006	ES	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2006	SP	UNIASSELVI-CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	180
2007	SP	UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	25
2007	SP	UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	DESIGN DE PRODUTO	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	30
2007	RJ	PUC-RIO PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	DESENHO INDUSTRIAL-MÍDIA DIGITAL	BACHARELADO	3.570	PRESENCIAL	80
2007	SP	UAM-UNIVERSIDADE AHEMBI MORUMBI	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	3.320	PRESENCIAL	360
2007	SP	CEUN-IMT CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA	DESIGN	BACHARELADO	2.667	PRESENCIAL	60
2007	RJ	INFNET-INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.110	PRESENCIAL	100
2007	MG	UNI-BH CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.813	PRESENCIAL	200
2007	MG	UFU-UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	DESIGN	BACHARELADO	3.240	PRESENCIAL	35
2007	SP	ESTÁCIO UNIRADIAL-CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.650	PRESENCIAL	100

2008	SP	ESAMAC-FACULDADE ESAMAC DE SOROCABA CSET DRUMMOND-	DESIGN	BACHARELADO	3.636	PRESENCIAL	160
2008	SP	FACULDADE DE TECNOLOGIA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.000	PRESENCIAL	150
2008	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	115
2008	SP	UNINOVE-UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO-MEMORIAL UNIARA-CENTRO	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	2.558	PRESENCIAL	140
2008	SP	UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	80
2008	SP	ESTÁCIO UNIRADIAL- CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.650	PRESENCIAL	250
2008	SP	FMU-CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.760	PRESENCIAL	180
2008	SP	METROPOLITANAS UNIDAS ESTÁCIO UNIRADIAL- CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.650	PRESENCIAL	250
2008	ES	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	SP	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARENTIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	A DISTÂNCIA	150
2008	MG	FESJF-FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE JUÍZ DE FORA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.760	PRESENCIAL	100
2008	MG	CEUCLAR-CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	À DISTÂNCIA	150
2008	MG	FAT-INAP FACULDADE TECNOLÓGICA INAP MULTIVIX SERRA-	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.920	PRESENCIAL	200
2009	ES	FACULDADE CAPIXABA DA SERRA	DESIGN	BACHARELADO	3.200	PRESENCIAL	80
2009	SP	ESAMAC-ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, MARKETING E COMUNICAÇÃO DE PERDIZES	DESIGN	BACHARELADO	3.632	PRESENCIAL	160
2009	SP	UNORP-CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.634	PRESENCIAL	80
2009	MG	UFMG-UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUÍZ DE FORA	DESIGN	BACHARELADO	2.700	PRESENCIAL	60
2009	SP	UNIMESP-CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.728	PRESENCIAL	80
2009	SP	UNICID-FACULDADE CIDADE DE SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.907	PRESENCIAL	100
2009	RJ	UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	3.166	PRESENCIAL	100
2009	RJ	UCB-UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.840	PRESENCIAL	160
2009	RJ	UVA-UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	180
2010	RJ	SENAI-CETIQT FACULDADE-RIACHUELO	DESIGN	BACHARELADO	3.100	PRESENCIAL	120

2010	SP	ESTÁCIO UNIRADIAL-CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.650	PRESENCIAL	250
2010	SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO	DESIGN	BACHARELADO	2.710	PRESENCIAL	160
2010	SP	FRB-FACULDADES INTEGRADAS RIO BRANCO	DESIGN	BACHARELADO	3.350	PRESENCIAL	120
2010	SP	ESAMC-FACULDADES ESAMC SANTOS	DESIGN	BACHARELADO	3.940	PRESENCIAL	200
2010	SP	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, MARKETING E COMUNICAÇÃO DO MORUMBI	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	160
2010	SP	IED SÃO PAULO-FACULDADE DE TECNOLOGIA DO INSTITUTO EUROPEU DE DESIGN	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.00	PRESENCIAL	450
2010	SP	UNIMEP-UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.666	PRESENCIAL	60
2010	RJ	FATEC-FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC RJ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	180
2010	RJ	UNESA-UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.796	PRESENCIAL	80
2011	RJ	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA-NITERÓI	DESIGN	BACHARELADO	2.985	PRESENCIAL	500
2011	RJ	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA-CAMPO DE GOYTACAZES	DESIGN	BACHARELADO	2.985	PRESENCIAL	500
2011	SP	FAFIBE-CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAFIBE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.820	PRESENCIAL	60
2011	SP	FATEB-FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE BIRIGUI	DESIGN	BACHARELADO	2.850	PRESENCIAL	
2011	SP	USC-UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	DESIGN	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	90
2011	SP	UNICSUL-UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.601	PRESENCIAL	270
2011	SP	CBM-CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.920	PRESENCIAL	60
2011	RJ	UNIGRANRIO-UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.780	PRESENCIAL	100
2011	MG	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA-JUIZ DE FORA	DESIGN	BACHARELADO	2.985	PRESENCIAL	500
2011	MG	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA-BELO HORIZONTE	DESIGN	BACHARELADO	2.985	PRESENCIAL	500
2012	SP	UNIP-UNIVERSIDADE PAULISTA DE CAMPINAS	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	2.400	PRESENCIAL	230
2012	MG	FESBH-CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE BELO HORIZONTE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.448	PRESENCIAL	200
2013	MG	UNI-BH CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	DESIGN	BACHARELADO	2.700	PRESENCIAL	120

2013	SP	CEUNSP-CENTRO UNIVERSITÁRIO NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO	DESIGN GRÁFICO	BACHARELADO	1.600	PRESENCIAL	90
2013	SP	FIB-FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU	DESIGN	BACHARELADO	3.000	PRESENCIAL	120
2013	SP	UNILAGO-UNIÃO DAS FACULDADES DO GRANDE LAGO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.400	PRESENCIAL	160
2013	RJ	INFNET-INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.182	À DISTÂNCIA	500
2013	ES	UCL-FACULDADE DO CENTRO LESTE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.960	PRESENCIAL	150
2014	SP	UNIMONTE-CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE SERRAT	DESIGN	BACHARELADO	2.510	PRESENCIAL	120
2014	SP	FNC-FACULDADE NOSSA CIDADE	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.920	PRESENCIAL	200
2014	SP	FAM-FACULDADES DE AMÉRICANA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	200
2014	SP	FAM-FACULDADES DAS AMÉRICAS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.200	PRESENCIAL	180
2014	SP	UNORP-CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PAULISTA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.633	PRESENCIAL	60
2014	SP	UNISANT'ANNA-CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT'ANNA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.200	PRESENCIAL	100
2014	RJ	UCAM-UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	DESENHO INDUSTRIAL	BACHARELADO	2.414	PRESENCIAL	100
2014	MG	FUNAC-FACULDADE UNA DE CONTAGEM	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	2.216	PRESENCIAL	90
2015	SP	UMC-UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.840	PRESENCIAL	100
2015	MG	FUMEC-UNIVERSIDADE FUMEC	DESIGN	BACHARELADO	2.680	PRESENCIAL	120
2015	MG	FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.680	PRESENCIAL	120
2015	MG	FACULDADE PITÁGORAS DE POÇOS DE CALDAS	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.680	PRESENCIAL	120
2015	MG	FPAS-FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE-UNIDADE I	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.740	PRESENCIAL	160
2015	MG	FPAS-FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE-UNIDADE I	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	3.480	PRESENCIAL	120
2015	MG	FPAS-FACULDADE PITÁGORAS DE BELO HORIZONTE-UNIDADE I	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.680	PRESENCIAL	120
2015	SP	UNIFRAN-UNIVERSIDADE DE FRANCA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	60
2015	SP	UNINOVE-UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	DESIGN	BACHARELADO	2.920	PRESENCIAL	420
2015	SP	UNINOVE-UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO-SANTO AMARO	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	280
2015	SP	UNINOVE-UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO-BARRA FUNDA	DESIGN GRÁFICO	TECNOLÓGICO	1.600	PRESENCIAL	280

IES da Região Sudeste do Brasil: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

ANEXO F: Página do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESIGN GRÁFICO

Eixo Tecnológico: PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN



1600 horas

Perfil profissional de conclusão	Projeta a programação visual em meios físico e digital. Desenvolve linguagens visuais. Supervisiona a funcionalidade e usabilidade dos projetos adaptados aos diversos tipos de processos e produção gráfica. Produz criações integradas aos sistemas de comunicação e da arte. Elabora portfólios, com uso de técnicas diferenciadas de expressão gráfica. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.
Infraestrutura mínima requerida	Biblioteca incluindo acervo específico e atualizado. Laboratório de informática com programas e equipamentos compatíveis com as atividades educacionais do curso. Escritório acadêmico experimental de design. Laboratório de desenho. Laboratório de processos gráficos.
Campo de atuação	Agências de Comunicação. Departamentos de Marketing. Empresas de Publicidade. Escritórios de Design. Estúdios de Design. Gráficas e Bureaus de Impressão. Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.
Ocupações CBO associadas	2623-30 - Diretor de arte. 2624-10 - Desenhista industrial gráfico (designer gráfico). 2624-10 - Técnico em design gráfico.
Possibilidades de prosseguimento de estudos na Pós-Graduação	Pós-graduação na área de Artes. Pós-graduação na área de Comunicação. Pós-graduação na área de Desenho Industrial, entre outras.

ANEXO G: Capa da prova do ENADE (2012), cursos superiores de grau Bacharelado



DESIGN

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste caderno, você recebeu o Caderno de Respostas, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha (objetivas), das questões discursivas e do questionário de percepção da prova.
2. Confira se este caderno contém as questões de múltipla escolha (objetivas), as discursivas de formação geral e do componente específico da área e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Número das questões	Peso das questões	Peso dos componentes
Formação Geral/Objetivas	1 a 8	60%	25%
Formação Geral/Discursivas	Discursiva 1 e Discursiva 2	40%	
Componente Específico/Objetivas	9 a 35	85%	75%
Componente Específico/Discursivas	Discursiva 3 a Discursiva 5	15%	
Questionário de Percepção da Prova	1 a 9	-	-

3. Verifique se a prova está completa e se o seu nome está correto no Caderno de Respostas. Caso contrário, avise imediatamente um dos responsáveis pela aplicação da prova. Você deve assinar o Caderno de Respostas no espaço próprio, com caneta esferográfica de tinta preta.
4. Observe as instruções sobre a marcação das respostas das questões de múltipla escolha (apenas uma resposta por questão), expressas no Caderno de Respostas.
5. Use caneta esferográfica de tinta preta tanto para marcar as respostas das questões objetivas quanto para escrever as respostas das questões discursivas.
6. Não use calculadora; não se comunique com os demais estudantes nem troque material com eles; não consulte material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie.
7. Você terá quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e discursivas e ao questionário de percepção da prova.
8. Quando terminar, entregue ao Aplicador ou Fiscal o seu Caderno de Respostas.
9. Atenção! Você só poderá levar este Caderno de Prova após decorridas três horas do início do Exame.



INEP

**Ministério
da Educação**



ANEXO H: Capa da prova do ENADE (2015), cursos superiores de grau Tecnológico



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste caderno, você recebeu o Caderno de Respostas, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha (objetivas), das questões discursivas e do questionário de percepção da prova.
2. Confira se este caderno contém as questões discursivas (D) e de múltipla escolha (objetivas), de formação geral e do componente específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

Partes	Número das questões	Peso das questões no componente	Peso dos componentes no cálculo da nota
Formação Geral/Discursivas	D1 e D2	40%	25%
Formação Geral/Objetivas	1 a 8	60%	
Componente Específico/Discursivas	D3 a D5	15%	75%
Componente Específico/Objetivas	9 a 35	85%	
Questionário de Percepção da Prova	1 a 9	—	—

3. Verifique se a prova está completa e se o seu nome está correto no Caderno de Respostas. Caso contrário, avise imediatamente um dos responsáveis pela aplicação da prova. Você deve assinar o Caderno de Respostas no espaço próprio, com caneta esferográfica de tinta preta.
4. Observe as instruções de marcação das respostas das questões de múltipla escolha (apenas uma resposta por questão), expressas no Caderno de Respostas.
5. Use caneta esferográfica de tinta preta, tanto para marcar as respostas das questões objetivas quanto para escrever as respostas das questões discursivas.
6. Responda cada questão discursiva em, no máximo, 15 linhas. Qualquer texto que ultrapasse o espaço destinado à resposta será desconsiderado.
7. Não use calculadora; não se comunique com os demais estudantes nem troque material com eles; não consulte material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie.
8. Você terá quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e discursivas e ao questionário de percepção da prova.
9. Quando terminar, entregue seu Caderno de Respostas ao responsável pela aplicação da prova.
10. **Atenção!** Você deverá permanecer, no mínimo, por uma hora, na sala de aplicação das provas e só poderá levar este Caderno de Prova após decorridas três horas do início do Exame.



INEP


**Ministério
da Educação**



ANEXO I: Quadro do MEC Detalhes da Faculdade de Tecnologia SENAC RIO-FATEC

Instituição de Educação Superior	Endereço	Curso	e-MEC							
DETALHES	ATO REGULATÓRIO	PROCESSOS E-MEC	OCORRÊNCIAS							
▶ DETALHES DA IES (Código) Nome da IES: (3332) FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC RIO - FATEC										
▶ RELAÇÃO DE CURSOS										
Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC		
1078530	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	3	4		
Registro(s): 1 a 1 de 1				<input type="button" value="«"/> <input type="button" value="1"/> <input type="button" value="»"/>			Página 1 de 1			<input type="button" value="20"/>
▶ DETALHES DO CURSO - (1078530) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO										
(Código) Grau:		(1078530) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO								
Modalidade:		Educação Presencial								
Data de início do funcionamento do curso:		16/08/2010				Periodicidade (Integralização) Semestral (4.0)				
Carga horária mínima:		1600 horas				Vagas Anuais Autorizadas: 140				
Coordenador:		SILVIA HELENA DE CARVALHO SCHNAIDER								
Situação de Funcionamento:		Em atividade								
▶ ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO										
Endereço	CEP	Município	UF							
Rua Santa Luzia 735	20030-040	Rio de Janeiro	RJ							
Registro(s): 1 a 1 de 1				<input type="button" value="«"/> <input type="button" value="1"/> <input type="button" value="»"/>			Página 1 de 1			<input type="button" value="20"/>

ANEXO J: Quadro do MEC Detalhes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IF Fluminense



Instituição de Educação Superior	Endereço	Curso																		
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> DETALHES ATO REGULATÓRIO PROCESSOS E-MEC OCORRÊNCIAS </div>																				
<p>▶ DETALHES DA IES</p> <p>(Código) Nome da IES: (1120) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE - IF Fluminense</p>																				
<p>▶ RELAÇÃO DE CURSOS</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Modalidade</th> <th>Grau</th> <th>Curso</th> <th>UF</th> <th>Município</th> <th>ENADE</th> <th>CPC</th> <th>CC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>52437</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Campos dos Goytacazes</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 <input type="text" value="20"/></p>			Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	52437	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Campos dos Goytacazes	4	4	4
Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC												
52437	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Campos dos Goytacazes	4	4	4												
<p>▶ DETALHES DO CURSO - (52437) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>(Código) Grau: (52437) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>Modalidade: Educação Presencial</p> <p>Data de início do funcionamento do curso: 07/08/2001 Periodicidade (Integralização) Semestral (6.0)</p> <p>Carga horária mínima: 2116 horas Vagas Anuais Autorizadas: 60</p> <p>Coordenador: JOELMA ALVES DE OLIVEIRA</p> <p>Situação de Funcionamento: Em atividade</p>																				
<p>▶ ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Endereço</th> <th>CEP</th> <th>Município</th> <th>UF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rua Doutor Siqueira 273</td> <td>28030-130</td> <td>Campos dos Goytacazes</td> <td>RJ</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 <input type="text" value="20"/></p>			Endereço	CEP	Município	UF	Rua Doutor Siqueira 273	28030-130	Campos dos Goytacazes	RJ										
Endereço	CEP	Município	UF																	
Rua Doutor Siqueira 273	28030-130	Campos dos Goytacazes	RJ																	

ANEXO K: Quadro do MEC Detalhes do Instituto INFNET Rio de Janeiro - INFNET

Instituição de Educação Superior	Endereço	Curso	e-MEC																																
<p>DETALHES DA IES</p> <p>(Código) Nome da IES: (3998) INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO - INFNET</p>																																			
<p>RELAÇÃO DE CURSOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Modalidade</th> <th>Grau</th> <th>Curso</th> <th>UF</th> <th>Município</th> <th>ENADE</th> <th>CPC</th> <th>CC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1135270</td> <td>A Distância</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td></td> <td>Vários municípios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>97147</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td> Visita Obrigatória no Próximo Ato: <i>Aditamento - Deferimento provisório sobre mudança de endereço (Portaria SERES nº 643/2016).</i> </td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 2 de 2 Página 1 de 1 20</p>									Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	1135270	A Distância	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO		Vários municípios	-	-	3	97147	Presencial	Tecnológico	Visita Obrigatória no Próximo Ato: <i>Aditamento - Deferimento provisório sobre mudança de endereço (Portaria SERES nº 643/2016).</i>	RJ	Rio de Janeiro	4	4	4
Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC																											
1135270	A Distância	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO		Vários municípios	-	-	3																											
97147	Presencial	Tecnológico	Visita Obrigatória no Próximo Ato: <i>Aditamento - Deferimento provisório sobre mudança de endereço (Portaria SERES nº 643/2016).</i>	RJ	Rio de Janeiro	4	4	4																											
<p>DETALHES DO CURSO - (1135270) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>(Código) Grau: (1135270) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>Modalidade: Educação a Distância</p> <p>Data de início do funcionamento do curso: 14/04/2015 Periodicidade (Integralização) Trimestral (12.0)</p> <p>Carga horária mínima: 2182 horas Vagas Anuais Autorizadas: 500</p> <p>Coordenador: JONAS GIMENEZ ALMEIDA</p> <p>Situação de Funcionamento: Em atividade</p>																																			
<p>ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Endereço</th> <th>CEP</th> <th>Município</th> <th>UF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rua São José 90 2º andar</td> <td>20010-020</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>RJ</td> </tr> <tr> <td>Avenida Cristovão Colombo 1496</td> <td>90560-001</td> <td>Porto Alegre</td> <td>RS</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 2 de 2 Página 1 de 1 20</p>									Endereço	CEP	Município	UF	Rua São José 90 2º andar	20010-020	Rio de Janeiro	RJ	Avenida Cristovão Colombo 1496	90560-001	Porto Alegre	RS															
Endereço	CEP	Município	UF																																
Rua São José 90 2º andar	20010-020	Rio de Janeiro	RJ																																
Avenida Cristovão Colombo 1496	90560-001	Porto Alegre	RS																																

ANEXO L: Quadro do MEC Detalhes do Instituto INFNET Rio de Janeiro - INFNET

Instituição de Educação Superior	Endereço	Curso	e-MEC																																
<p>DETALHES DA IES</p> <p>(Código) Nome da IES: (3998) INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO - INFNET</p>																																			
<p>RELAÇÃO DE CURSOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Modalidade</th> <th>Grau</th> <th>Curso</th> <th>UF</th> <th>Município</th> <th>ENADE</th> <th>CPC</th> <th>CC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1135270</td> <td>A Distância</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td></td> <td>Vários municípios</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>97147</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td> Visita Obrigatória no Próximo Ato: <i>Aditamento - Deferimento provisório sobre mudança de endereço (Portaria SERES nº 643/2016).</i> </td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>4</td> <td>4</td> <td>4</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 2 de 2 Página 1 de 1 20</p>									Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	1135270	A Distância	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO		Vários municípios	-	-	3	97147	Presencial	Tecnológico	Visita Obrigatória no Próximo Ato: <i>Aditamento - Deferimento provisório sobre mudança de endereço (Portaria SERES nº 643/2016).</i>	RJ	Rio de Janeiro	4	4	4
Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC																											
1135270	A Distância	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO		Vários municípios	-	-	3																											
97147	Presencial	Tecnológico	Visita Obrigatória no Próximo Ato: <i>Aditamento - Deferimento provisório sobre mudança de endereço (Portaria SERES nº 643/2016).</i>	RJ	Rio de Janeiro	4	4	4																											
<p>DETALHES DO CURSO - (1135270) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>(Código) Grau: (1135270) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>Modalidade: Educação a Distância</p> <p>Data de início do funcionamento do curso: 14/04/2015 Periodicidade (Integralização) Trimestral (12.0)</p> <p>Carga horária mínima: 2182 horas Vagas Anuais Autorizadas: 500</p> <p>Coordenador: JONAS GIMENEZ ALMEIDA</p> <p>Situação de Funcionamento: Em atividade</p>																																			
<p>ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Endereço</th> <th>CEP</th> <th>Município</th> <th>UF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rua São José 90 2º andar</td> <td>20010-020</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>RJ</td> </tr> <tr> <td>Avenida Cristovão Colombo 1496</td> <td>90560-001</td> <td>Porto Alegre</td> <td>RS</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 2 de 2 Página 1 de 1 20</p>									Endereço	CEP	Município	UF	Rua São José 90 2º andar	20010-020	Rio de Janeiro	RJ	Avenida Cristovão Colombo 1496	90560-001	Porto Alegre	RS															
Endereço	CEP	Município	UF																																
Rua São José 90 2º andar	20010-020	Rio de Janeiro	RJ																																
Avenida Cristovão Colombo 1496	90560-001	Porto Alegre	RS																																


ANEXO M: Quadro do MEC Detalhes da Universidade Castelo Branco - UCB

Instituição de Educação Superior	Endereço	Curso	e-MEC																								
DETALHES	ATO REGULATÓRIO	PROCESSOS E-MEC	OCORRÊNCIAS																								
<p>➤ DETALHES DA IES</p> <p>(Código) Nome da IES: (176) UNIVERSIDADE CASTELO BRANCO - UCB</p>																											
<p>➤ RELAÇÃO DE CURSOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Modalidade</th> <th>Grau</th> <th>Curso</th> <th>UF</th> <th>Município</th> <th>ENADE</th> <th>CPC</th> <th>CC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1116853</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1</p>										Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	1116853	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	2	3	4
Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC																			
1116853	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	2	3	4																			
<p>➤ DETALHES DO CURSO - (1116853) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>(Código) Grau: (1116853) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>Modalidade: Educação Presencial</p> <p>Data de início do funcionamento do curso: 10/08/2009 Periodicidade (Integralização) Semestral (4.0)</p> <p>Carga horária mínima: 1840 horas Vagas Anuais Autorizadas: 160</p> <p>Coordenador: DIOGO DUARTE RODRIGUES</p> <p>Situação de Funcionamento: Em atividade</p>																											
<p>➤ ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Endereço</th> <th>CEP</th> <th>Município</th> <th>UF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Avenida Santa Cruz 1631</td> <td>21710-250</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>RJ</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1</p>										Endereço	CEP	Município	UF	Avenida Santa Cruz 1631	21710-250	Rio de Janeiro	RJ										
Endereço	CEP	Município	UF																								
Avenida Santa Cruz 1631	21710-250	Rio de Janeiro	RJ																								

ANEXO N: Quadro do MEC Detalhes da Universidade Estácio de Sá - UNESA

Instituição de Educação Superior	Endereço	Curso	e-MEC																																									
DETALHES	ATO REGULATÓRIO	PROCESSOS E-MEC	OCORRÊNCIAS																																									
<p>DETALHES DA IES</p> <p>(Código) Nome da IES: (163) UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - UNESA</p>																																												
<p>RELAÇÃO DE CURSOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Modalidade</th> <th>Grau</th> <th>Curso</th> <th>UF</th> <th>Município</th> <th>ENADE</th> <th>CPC</th> <th>CC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>70239</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>80455</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>1135828</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 3 de 3 Página 1 de 1 20</p>									Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	70239	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	3	80455	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-	1135828	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-
Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC																																				
70239	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	3																																				
80455	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-																																				
1135828	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-																																				
<p>DETALHES DO CURSO - (70239) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>(Código) Grau: (70239) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>Modalidade: Educação Presencial</p> <p>Data de início do funcionamento do curso: 19/02/2003 Periodicidade (Integralização) Semestral (5.0)</p> <p>Carga horária mínima: 1776 horas Vagas Anuais Autorizadas: 280</p> <p>Coordenador: MARCOS VINÍCIUS BOUÇAS</p> <p>Situação de Funcionamento: Em atividade</p>																																												
<p>ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Endereço</th> <th>CEP</th> <th>Município</th> <th>UF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Av. Presidente Vargas 1306 ao fim 2560 - lado par</td> <td>20213-900</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>RJ</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 20</p>									Endereço	CEP	Município	UF	Av. Presidente Vargas 1306 ao fim 2560 - lado par	20213-900	Rio de Janeiro	RJ																												
Endereço	CEP	Município	UF																																									
Av. Presidente Vargas 1306 ao fim 2560 - lado par	20213-900	Rio de Janeiro	RJ																																									

ANEXO O: Quadro do MEC Detalhes da Universidade Estácio de Sá - UNESA

Instituição de Educação Superior **Endereço** **Curso** 

[DETALHES](#)
[ATO REGULATÓRIO](#)
[PROCESSOS E-MEC](#)
[OCORRÊNCIAS](#)

DETALHES DA IES

(Código) Nome da IES: (163) UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - UNESA

RELAÇÃO DE CURSOS

Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC
70239	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	3
80455	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-
1135828	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-

Registro(s): 1 a 3 de 3 Página 1 de 1 20

DETALHES DO CURSO - (80455) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO

(Código) Grau: (80455) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO

Modalidade: Educação Presencial

Data de início do funcionamento do curso: 11/02/2004 **Periodicidade (Integralização)** Semestral (5.0)

Carga horária mínima: 1796 horas **Vagas Anuais Autorizadas:** 65

Coordenador: MARCOS VINÍCIUS BOUÇAS

Situação de Funcionamento: **Em atividade**

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO

Endereço	CEP	Município	UF
Av. das Américas 4.200 Bloco 11	22640-102	Rio de Janeiro	RJ

Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 20

ANEXO P: Quadro do MEC Detalhes da Universidade Estácio de Sá - UNESA

Instituição de Educação Superior	Endereço	Curso	e-MEC																																										
DETALHES	ATO REGULATÓRIO	PROCESSOS E-MEC	OCORRÊNCIAS																																										
<p>➤ DETALHES DA IES</p> <p>(Código) Nome da IES: (163) UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ - UNESA</p>																																													
<p>➤ RELAÇÃO DE CURSOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Modalidade</th> <th>Grau</th> <th>Curso</th> <th>UF</th> <th>Município</th> <th>ENADE</th> <th>CPC</th> <th>CC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>70239</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>80455</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>1135828</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 3 de 3 Página 1 de 1 <input type="text" value="20"/></p>										Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	70239	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	3	80455	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-	1135828	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-
Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC																																					
70239	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	3																																					
80455	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-																																					
1135828	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	4	-																																					
<p>➤ DETALHES DO CURSO - (1135828) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>(Código) Grau: (1135828) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>Modalidade: Educação Presencial</p> <p>Data de início do funcionamento do curso: 22/07/2010 Periodicidade (Integralização) Semestral (5.0)</p> <p>Carga horária mínima: 1776 horas Vagas Anuais Autorizadas: 130</p> <p>Coordenador: MARCELO BAETA DE SOUZA LIMA</p> <p>Situação de Funcionamento: Em atividade</p>																																													
<p>➤ ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Endereço</th> <th>CEP</th> <th>Município</th> <th>UF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Estrada do Portela 222 1º, 5º, 6º e 7º andares</td> <td>21351-050</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>RJ</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 <input type="text" value="20"/></p>										Endereço	CEP	Município	UF	Estrada do Portela 222 1º, 5º, 6º e 7º andares	21351-050	Rio de Janeiro	RJ																												
Endereço	CEP	Município	UF																																										
Estrada do Portela 222 1º, 5º, 6º e 7º andares	21351-050	Rio de Janeiro	RJ																																										

ANEXO Q: Quadro do MEC Detalhes da Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy - UNIGRANRIO



Instituição de Educação Superior
Endereço
Curso

DETALHES
ATO REGULATÓRIO
PROCESSOS E-MEC
OCORRÊNCIAS

▶ DETALHES DA IES

(Código) Nome da IES: (472) UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY - UNIGRANRIO

▶ RELAÇÃO DE CURSOS

Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC
1159851	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Duque de Caxias	2	3	4

Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1

▶ DETALHES DO CURSO - (1159851) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO

(Código) Grau: (1159851) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO

Modalidade: Educação Presencial

Data de início do funcionamento do curso: 08/02/2011 **Periodicidade (Integralização)** Semestral (4.0)

Carga horária mínima: 1760 horas **Vagas Anuais Autorizadas:** 100

Coordenador: ÁLVARO LUIZ VITORIO MACHADO


Situação de Funcionamento: **Em atividade**

▶ ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO

Endereço	CEP	Município	UF
Rua Professor José de Souza Herdy 1160	25073-200	Duque de Caxias	RJ

Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1

ANEXO R: Quadro do MEC Detalhes da Universidade Veiga de Almeida - UVA

Instituição de Educação Superior | Endereço | Curso 

[DETALHES](#) | [ATO REGULATÓRIO](#) | [PROCESSOS E-MEC](#) | [OCORRÊNCIAS](#)

DETALHES DA IES

(Código) Nome da IES: (165) UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA - UVA

RELAÇÃO DE CURSOS

Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC
123444	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	3	3	5

Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 20

DETALHES DO CURSO - (123444) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO

(Código) Grau: (123444) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO

Modalidade: Educação Presencial

Data de início do funcionamento do curso: 09/02/2009 Periodicidade (Integralização) Semestral (4.0)

Carga horária mínima: 1600 horas Vagas Anuais Autorizadas: 180

Coordenador: PAULO MARCOS FIGUEIREDO DE ANDRADE

Situação de Funcionamento: **Em atividade**

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO

Endereço	CEP	Município	UF
Rua Ibituruna 108	20271-901	Rio de Janeiro	RJ

Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 20

ANEXO S: Quadro do MEC Detalhes da Universidade Veiga de Almeida - UVA

Instituição de Educação Superior	Endereço	Curso	e-MEC																								
DETALHES	ATO REGULATÓRIO	PROCESSOS E-MEC	OCORRÊNCIAS																								
<p>➤ DETALHES DA IES</p> <p>(Código) Nome da IES: (165) UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA - UVA</p>																											
<p>➤ RELAÇÃO DE CURSOS</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Código</th> <th>Modalidade</th> <th>Grau</th> <th>Curso</th> <th>UF</th> <th>Município</th> <th>ENADE</th> <th>CPC</th> <th>CC</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>92759</td> <td>Presencial</td> <td>Tecnológico</td> <td>DESIGN GRÁFICO</td> <td>RJ</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>5</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 20</p>										Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC	92759	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	2	3	5
Código	Modalidade	Grau	Curso	UF	Município	ENADE	CPC	CC																			
92759	Presencial	Tecnológico	DESIGN GRÁFICO	RJ	Rio de Janeiro	2	3	5																			
<p>➤ DETALHES DO CURSO - (92759) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>(Código) Grau: (92759) Tecnológico em DESIGN GRÁFICO</p> <p>Modalidade: Educação Presencial</p> <p>Data de início do funcionamento do curso: 06/03/2006 Periodicidade (Integralização) Semestral (4.0)</p> <p>Carga horária mínima: 1600 horas Vagas Anuais Autorizadas: 180</p> <p>Coordenador: GABRIEL FILIPE SANTIAGO CRUZ</p> <p>Situação de Funcionamento: Em atividade</p>																											
<p>➤ ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Endereço</th> <th>CEP</th> <th>Município</th> <th>UF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Av. Gen. Felicíssimo Cardoso 500 Campus Barra da Tijuca</td> <td>22631-360</td> <td>Rio de Janeiro</td> <td>RJ</td> </tr> </tbody> </table> <p>Registro(s): 1 a 1 de 1 Página 1 de 1 20</p>										Endereço	CEP	Município	UF	Av. Gen. Felicíssimo Cardoso 500 Campus Barra da Tijuca	22631-360	Rio de Janeiro	RJ										
Endereço	CEP	Município	UF																								
Av. Gen. Felicíssimo Cardoso 500 Campus Barra da Tijuca	22631-360	Rio de Janeiro	RJ																								

ANEXO T: Entrevista Semiestruturada

Nome:

Coordenador da IES

Período como coordenadora:

Última Titulação:

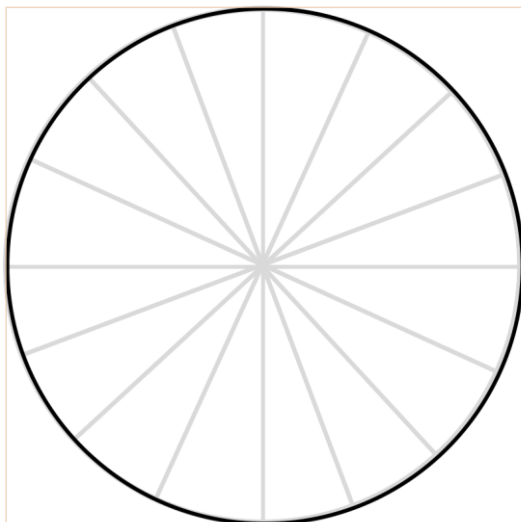
Mini CV:

1. Na sua opinião, como os cursos tecnológicos contribuem para a formação tecnológica em Design?
2. Atualmente os indicadores de qualidade são iguais para os cursos de bacharelado e tecnológicos. Qual a sua opinião sobre isso?
3. O ENADE faz dois tipos de prova, uma para o bacharelado e outra para o tecnológico. O que você acha do MEC fazer a prova do ENADE diferente para os tecnólogos?
4. Você conhece algum estudo sobre o tema “Ensino e Pesquisa em Design”? Pode citar o nome da pesquisa e/ou do pesquisador?
5. Atualmente temos muitos cursos superiores de Graduação Tecnológica em Design no Brasil. Por favor, ordene os cursos em ordem de maior quantidade para o de menor quantidade, segundo a sua opinião.

Design de Carnaval, Design de Animação, Design de Interiores, Design de Moda, Design Digital, Design Educacional, Design de *Games*, Design Gráfico Design de Produtos, Design Publicitário e *Web Design*.

1°	+ ↓ -
2°	
3°	
4°	
5°	
6°	
7°	
8°	
9°	
10°	
11°	

6. Ainda sobre o tema anterior, desenhe neste gráfico-pizza a quantidade que você acha que existem destes cursos nas modalidades bacharelado, tecnológico, licenciatura e sequencial.



Como você explica a discrepância entre o que você desenhou e o que mostra a tabela real?

7. Em todas as regiões do Brasil, os cursos tecnológicos em Design Gráfico são em maior número que os bacharelados, menos nas Regiões Sudeste e Sul. Dê a sua opinião sobre essa afirmação.
8. Na sua opinião, qual a importância da iniciação científica nos cursos tecnológicos em design?
9. Na sua opinião, porque um aluno deveria escolher um curso superior de tecnologia e não um bacharelado?
10. Você incentivaria o seu filho a fazer curso tecnológico?